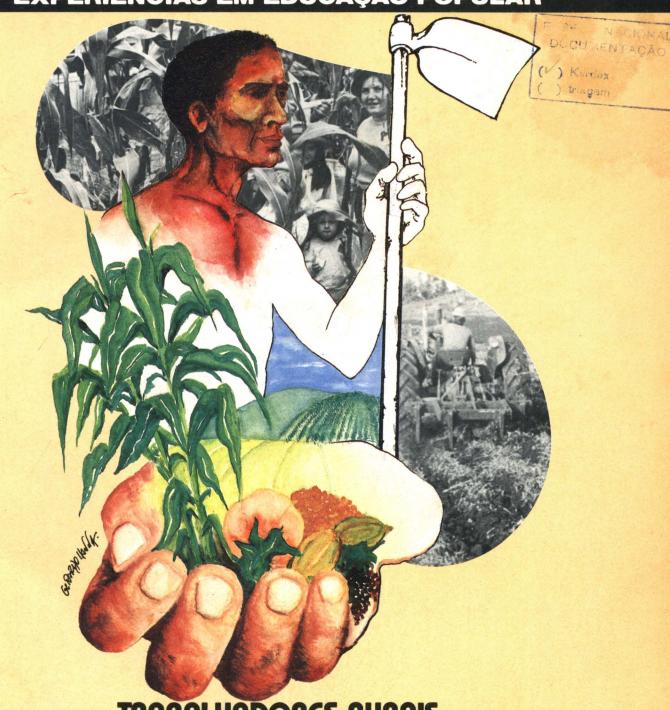
proposta

EXPERIÊNCIAS EM EDUCAÇÃO POPULAR



TRABALHADORES RURAIS

Fazer nossa a política agrícola

Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo

Cândido Grzybowski

Rio de Janeiro, co-edição Editora Vozes/FASE, 1987, 90 pp., 2º edição 1990, preço Cr\$ 250,00

• Os trabalhadores rurais através de suas lutas constroem suas diferentes identidades sociais, ampliam sua presença na arena política, se impõem como cidadãos brasileiros. Este estudo sintetiza pesquisas desenvolvidas no período de 1982-83.



Mercados Agrícolas Internacionais: Solução dos Conflitos Mundiais no Comércio Agrícola

Mark Ritchie

Rio de Janeiro, FASE, 1988, 39 pp. (Série Campo em Questão), preço Cr\$120,00

• O autor tem como eixo uma crítica à política agrícola do governo Reagan, destacando seus impactos tanto no plano interno como nas relações externas e na agricultura de outros países. O autor é economista ligado ao movimento de pequenos e médios agricultores norte-americanos.

CAMPO EM QUESTÃO

O Brasil e a Dinâmica do Oligopólio Cafeeiro

Benoit Daviron & François Lerin

Rio de Janeiro, FASE, 1988, 47 pp. (Série Campo em Questão), preço Cr\$ 170,00

 O texto contribui para a discussão do papel do Brasil na política agrícola, comercialização externa e na regulação do mercado mundial do café.

História dos Movimentos Sociais no Campo

Leonilde Sérvolo de Medeiros

Rio de Janeiro, FASE, 1989, 216 pp., preço Cr\$ 820,00.

• Trabalho de sistematização da história das organizações camponesas no Brasil de 1945 a 1987, das primeiras ligas e sindicatos, passando pela Ultab e pela Contag até a criação da secretaria da CUT rural. As lutas e organizações camponesas têm história e sentido, passado, presente e futuro.



Crise Externa e Agricultura: Brasil, anos 80 Gervásio Castro de Resende

Rio de Janeiro, FASE, 1988, 102 pp. (Série Campo em Questão), preço Cr\$ 240,00

 O texto tem por base um cuidadoso balanço do desempenho da produção agrícola brasileira e o enfrentamento da dívida externa. Mostra a forma particular como a agricultura reagiu ao ajuste dos anos 80.

Em Defesa de uma Agricultura Camponesa

Bertrand Delpeuch (Trad. Lourdes Grzybowski)

Rio de Janeiro, PTA/FASE, 1989, 43 pp. (texto para debate nº 27), preço Cr\$ 90,40

 O texto debate as saídas para o futuro da agricultura camponesa: a liberal, a socialista ou a terceira via "camponesa, familiar e associativista"? Discute o conceito de agricultura camponesa.

TRABALHADORES RURAIS **FAZER NOSSA** A POLÍTICA AGRÍCOLA

SUMÁRIO
Cartas3
Editorial Política agrícola, questão estratégica (Conselho Editorial)4
Educação Popular A relevância da política agrícola (Nelson Giordano Delgado)
Maturando: a luta dos pequenos agricultores do Rio Grande do Sul no início dos anos 80 (Luciano Gregory Brunet e Rolf Hackbart)
As lutas de 1987 e a identidade dos

Entrevista:	Con	struindo um	
movimento	class	sista (dirigentes	
sindicais do	Sul	falam de suas l	utas,
problemas e	vitó	orias)	20

(Luciano Gregory Brunet)......15

pequenos agricultores do Rio Grande do Sul

Trabalhando com a política agrícola	ì
em São Paulo	
(Danilo Prado Garcia Filho e	
Denise Pedroso Garcia)	26

Vale do Guaporé - Política agrícola	ı
na fronteira	33
Agricultura e reforma agrária no	

Agricultura e reforma agraria no	
planejamento econômico	
(1963-1985)	38

Política agrícola: do discurso	à prática
(Guilherme Costa Delgado)	46

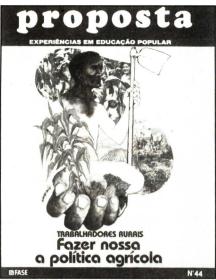
Proposta de projeto de lei agrícola da
Central Única dos Trabalhadores
(Aurélio Vianna)48

Próximo Número:

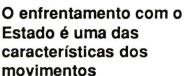
Povo & Poder - Participação popular nas administrações municipais



Proposta nº 44 Ano XIV maio de 1990

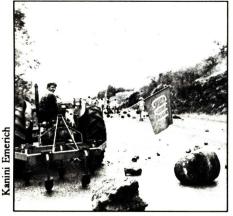


Proposta: Experiências em Educação Popular é uma publicação trimestral da FASE Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional





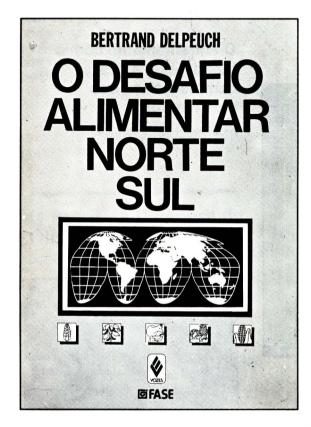
Os posseiros lutam por um espaço na fronteira agrícola



Esta edição tem o apoio do SACTES (Serviço Alemão de Cooperação Técnica e Social) Rua Aimorés, 1297 s/403-406 Belo Horizonte MG **CEP 30140**

Os pequenos produtores modernizados no caminho da CUT

PRÓXIMO LANÇAMENTO



O DESAFIO ALIMENTAR NORTE - SUL

Primeiro exportador agrícola mundial, a Comunidade Econômica Européia (CEE) é também o primeiro importador. No Brasil, cuja soja alimenta o gado da Europa Ocidental, milhões de pessoas são subnutridas.

A URSS, primeiro produtor de trigo, compra a baixo preço os excedentes europeus para engordar os seus rebanhos. E enquanto a Ásia se aproxima da auto-suficiência alimentar, a África no Sul do Saara sempre precisa importar mais cereais para alimentar a sua população. As interdependências Norte-Sul provocam desequilíbrios e fome: é preciso entender tudo isso.

Num verdadeiro texto-denúncia, Bertrand Delpeuch, engenheiro agrônomo francês, dá uma contribuição neste sentido.

Sindicalistas, políticos, educadores, estudantes e professores da área de ciências sociais encontrarão aqui dados atualizados, originalidade de análise e encaminhamentos novos.

CARTAS

CARTAS é um espaço aberto aos leitores de proposta para troca de informações, críticas, polêmicas, sugestões, etc. As cartas devem vir assinadas e com endereco do remetente. Podem ser selecionadas para publicação no todo ou em parte. Podem ser enviadas para proposta. revista Conselho Editorial, Rua Bento Lisboa, 58, Catete, Rio de Janeiro (RJ), CEP 22221.

Assalariados rurais: polêmica

Em nome dos companheiros da Fetaesp, apresento protestos com relação à reportagem publicada na edição nº 42 da revista **proposta**, no artigo "São Paulo - Os novos desafios depois de Guariba".

A nosso ver, a "intervenção educativa FASE - Jaboticabal" não vem cumprindo seu "papel de entidade a serviço da educação popular" pelo seu evidente partidarismo, pelas afirmações nem sempre verdadeiras e claramente tendenciosas. O articulista embarca em posições caluniosas quando usa expressões pejorativas (peleguismo, etc), quando defende as novidadeiras transformações em alguns sindicatos, quando elogia as "novas lideranças" da nova classe dos empregados rurais, ignorando as devastadoras consequências do enfraquecimento da classe trabalhadora rural, provocado pela divisão de uma categoria que é respeitada precisamente por ser unida.

(...) Depois deste vendaval de picaretagem e oportunismo que varreu a região de Araraquara e Ribeirão Preto, depois da tempestade, resta-nos os destroços, tentando articular de novo os sindicatos atingidos, refazer seus quadros de dirigentes, aceitando a recondução à nossa agremiação dos que perceberam, ainda a tempo, a aventura pela qual foram conduzidos por interesses pessoais mesquinhos, acobertados por uma aparência de legitimidade ideológica e partidária. Gostaríamos de saber se à FASE interessa conhecer a profundidade do mal que atingiu o trabalhador rural dessa região, os radicalismos que só agudizam os problemas.



A Fetaesp distribuiu, por meio de circular interna, a todos os STRs filiados, amplo comentário sobre o artigo, recomendando aos nossos dirigentes estudo e reflexão sobre o assunto.

Vidor Jorge Faita Tesoureiro-geral da Fetaesp São Paulo SP

Projeto Mulher Rural

O Projeto Mulher Rural, da Fundação Educacional e Cultural Padre Landell de Moura (Feplam), começou a ser aplicado em setembro de 1985, na região do Alto Uruguai, no Rio Grande do Sul, área caracterizada como de minifúndio.

O trabalho peda-

gógico vem se desenvolvendo em três etapas: problematização, reflexão e aplicação de soluções. Para alcançar esses objetivos. são realizados reuniões e cursos, onde o uso dos meios de comunicação é uma das prioridades. Um jornal comunitário, elaborado por mulheres iunto à nossa equipe, e programas radiofônicos, transmitidos pela Rádio Sideral, do município de Getúlio Vargas (RS), e Rádio Sananduva, de Sananduva (RS), fazem parte da proposta.

Oitenta mulheres, organizadas em sete grupos, participam diretamente do projeto. Uma das formas de participação são depoimentos nos programas radiofônicos sobre os problemas comuns a várias comunidades rurais. Os programas atingem cerca de 400 famílias, num universo de 3 000 pessoas.

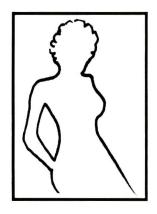
O uso de meios de comunicação tem dois objetivos: registro de informações obtidas junto às mulheres e o retorno a elas, desta vez já sistematizadas. Uma equipe de técnicos acompanha as atividades: engenheiro agrônomo, técnico agrícola, sociólogo, jornalista, pedagogo.

A finalidade do trabalho não é resolver os problemas, mas instrumentalizar as mulheres para que possam, organizadas, procurar suas próprias soluções. Alguns resultados, seguindo essa orientação, já podem ser destacados: a instalação de uma pequena farmácia e o treinamento em primeiros socorros de uma moradora local. Esse primeiro passo foi a forma que a comunidade de Anita Garibaldi encontrou para sair em busca de um projeto maior, o miniposto de saúde.

Os cursos de capacitação oferecidos pela Feplam são parte da ação educativa e resultam da insistência das mulheres rurais para terem essa alternativa. As participantes acreditam na força dos cursos como retorno eco-

nômico. A equipe da Feplam faz das atividades manuais um meio para avançar no entrosamento, solidariedade e organização. Assim, corte e costura, tricô, pintura em tecido, entre outros, são uma estratégia onde se busca maior participação, autonomia e conscientização da mulher.

A equipe da Feplam realiza encontros e treinamentos, que contam com a presença, também, de outras pessoas ligadas à proposta, inclusive participantes dos cursos, representantes de instituições locais, Sindicato de trabalhadores rurais, cooperativas.



A Feplam é uma entidade filantrópica, de direito privado, que atua há 22 anos nas áreas de educação e cultura, através de uma metodologia de multimeios que envolve rádio, vídeo, materiais impressos. O Projeto Mulher Rural procura, de várias formas, cooperar para que todas exerçam seu direito de participar, dentro de uma estratégia pedagógica conscientizadora.

Ana Maria Duzzo Gamaro Coordenadora de Depto. de Comunicação da Feplam Porto Alegre RS

Editorial

Política agrícola, questão estratégica

Por que um número de **proposta** sobre o tema da política agrícola? O compromisso fundamental da revista **proposta** é com a educação popular. Ela é um instrumento de sistematização, de reflexão crítica e de divulgação de experiências em educação popular, bem como de investigação e análise das condições em que as classes populares crescem em organização e participação política. A agenda da educação popular não é e nem pode ser independente das questões políticas enfrentadas pelos movimentos populares. A sua tarefa enquanto proposta e prática educacional é exatamente desenvolver um saber adequado e capaz de potencializar as lutas das classes populares em torno de seus problemas, reivindicações e aspirações.

A política agrícola, como questão que aflora nas lutas dos movimentos sociais no campo, aqui e lá, às vezes de forma parcial e descontínua, mas como um grande nó condensador de contradições, está se tornando um setor estratégico para quem atua em educação popular em áreas rurais. Para os movimentos de trabalhadores rurais brasileiros está ficando cada vez mais claro o papel central da política agrícola, tanto na definição do trabalho social no campo, como na criação de condições para o desenvolvimento da agricultura.

Está sendo forjado um modelo de desenvolvimento da produção agrícola que pode inviabilizar o potencial democratizador contido nas lutas dos diferentes movimentos de trabalhadores rurais. Na verdade, a política agrícola, concebida e conduzida dissociada da reforma agrária, voltada a "liberar" as chamadas leis do mercado favoráveis aos grandes negócios agrícolas colide com a necessidade e as aspirações de democratização das relações sociais no campo brasileiro. Nos debates atuais sobre a Lei Agrícola, as forças empresariais e latifundiárias sustentam para o campo a não intervenção reguladora do Estado e a entrega da gestão da agricultura às suas organizações corporativas e às forças do mercado, negando a desigualdade estrutural reinante no campo brasileiro. Tendo usado de todas as formas a alavanca do Estado (crédito, incentivos, subsídios, favores fiscais) para potencializar a acumulação privada e a modernização agricultura, agora na eminência de avanços democráticos significativos, estas mesmas forças propõem o livre mercado. Na verdade, propõem a manutenção dos fundos públicos de apoio para a agricultura, mas sem uma gestão democrática negando à política agrícola a possibilidade de servir de alavanca no combate à estrutura e modo de organização da produção agrícola que marginaliza, explora e domina a maioria da população rural.

Por trás de tudo estão questões essenciais: que democracia e que modelo de desenvolvimento queremos?

Conselho Editorial

Conselho Editorial
Alberto López Mejía
Alfons Klausmeyer
Haroldo Baptista de Abreu
Jean-Pierre Leroy
Jorge E. Saavedra Durão
Lourdes M. Grzybowsky
Maria Emília Pacheco
Pedro ClaudioCunca Bocayuva
Ricardo Tavares

Coordenação Geral Maria Emília Pacheco

Editor-responsável Ricardo Tavares (Mtb. 18135)

Planejamento Gráfico e Editorial Alfons Klausmeyer

> Organização Cândido Grybowski Jean-Pierre Leroy (Sepede/FASE)

Projeto gráfico Cecilia Leal/Marta Heilborn CONEXÃO

> Editor de Arte Gerardo Hanna

Arte Marcelo Riani Marques

Composição e Diagramação Eletrônica CONEXÃO

> Capa Gerardo Hanna

Edição de Fotografia Lourdes Grzybowski

Revisão João Luiz Pacheco Inácio Dorado

Distribuição e vendas Paulo Martinechen Neto

Redação Rua Bento Lisboa, 58 Catete Rio de Janeiro RJ 22221 tel. (021) 285 2998

Diretoria Executiva da FASE
Jorge Eduardo Saavedra Durão (Coordenador Nacional) • Maria Emília Pacheco (Coordenadora Nacional Adjunta) • Virgílio Rosa Netto (Diretor Administrativo e Financeiro) • Mateus Henricus Otterloo (Coordenador Norte) • José Luciano Freitas (Coordenador Nordeste) • Lorenzo Zanetti (Coordenador Sudeste-Sul)

Educação Popular

A Relevância da Política Agrícola

Nelson Giordano Delgado *

Quando se discute a questão da relevância da política agrícola, alguns aspectos saltam à vista para ilustrar a importância de sua consideração. Em primeiro lugar, em uma economia completamente mercantilizada e integrada ao processo de agroindustrialização, a política agrícola condiciona e regulariza as relações de precos de produtos e fatores (terra, mão-de-obra, meios técnicos e financeiros de produção, etc.), as condições de comercialização e de financiamento, os incentivos e subsídios fiscais concedidos, o padrão tecnológico adotado, e influencia decisivamente o próprio grau de integração intersetorial (com a indústria e o setor de serviços, por exemplo) e, mesmo, de internacionalização da agricultura.

Em segundo lugar, por suas consequências sobre a organização da produção no campo, a política agrácola traz sempre implícita uma política agrária determinada. Mesmo quando inexiste uma política agrária explicitada, os objetivos e os instrumentos utilizados pela política agrícola influenciam decisivamente a estrutura fundiária. Um exemplo desse fenômeno é o que ocorreu no Brasil na década de 70, quando a política agrícola da modernização conservadora levou a um aumento da concentração da posse e da propriedade da terra no meio rural.

Em terceiro lugar, como a política agrícola afeta a estrutura de produção, de comercialização, de preços, a estrutura fundiária e o grau de abertura do setor agrícola para a indústria e para o exterior, está claro que a política agrícola

influencia a organização, o poder e as reprodução condições de nômico-social das classes e grupos sociais no campo. As decisões de política agrícola condicionam a intensidade e as formas de integração ou de exclusão desses grupos sociais processos de agroinaos dustrialização e de internacionalização da agricultura, influindo sobre sua participação nos aumentos da renda agrícola e nos custos econômicos e sociais que acompanham essas transformações. Por sua vez, a política agrícola é estruturalmente afetada pela capacidade de organização e pelo poder de barganha frente ao Estado dos grupos sociais ligados ao agro, sejam rurais ou urbanos. Nesse sentido, a formulação da política agrícola passa pelo embate entre as classes e grupos sociais involucrados, sendo uma questão política no sentido pleno da expressão.

Por outro lado, a política agrícola faz parte do elenco de políticas setoriais manejadas pelo Estado. Como tal, sua importância relativa depende prioridades setoriais estabelecidas, as quais resultam de decisões políticas de caráter global, ou seja, são produto do poder de barganha dos diferentes grupos sociais existentes, das alianças realizadas, inclusive a nível internacional, e dos projetos de desenvolvimento em competição na sociedade. Em suma, a definição de prioridades significa a determinação da alocação dos recursos escassos à disposição do Estado entre os setores econômicos do país (indústria, agricultura, sistema financeiro, etc.).

Ademais, por seu caráter de política setorial, a política agrícola está sujeita à política macroeconômica adotada. Em países como o Brasil, a política macroeconômica nos anos 80 esteve voltada para o combate à inflação e para o ajuste interno à crise externa. O que

^{*} Professor e pesquisador do Centro de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ).O autor agradece às sugestões de Jean-Pierre Leroy, da FASE, à primeira versão do artigo.



significa que as políticas de precos, de salários, de juros e de câmbio, além das políticas monetária e fiscal, estiveram atreladas à consecução desses objetivos básicos. Isso significou a sujeição da política setorial, inclusive agrícola, aos determinantes da política macro. Daí que a relação entre as políticas setorial e macro é absolutamente essencial: a política macro pode anular ou inviabilizar a política setorial, pode importar em uma política setorial implícita, ou pode exigir mudanças significativas na política setorial. Isso aconteceu muito claramente no Brasil na década atual: a redução do déficit público e a elevação das taxas de juros reais, exigidas pela política macroeconômica em vigor, tornaram problemática a continuidade da política de crédito rural farto e subsidiado dos anos 70. Com isso. visando não desestimular a produção agrícola, o governo foi obrigado a reformular a política de precos mínimos, introduzindo a correção monetária dos "precos base".

Por sua vez. política macroeconômica não afeta da mesma forma todos os setores da economia. A experiência brasileira dos anos 80 indica que as políticas de ajuste foram bastante danosas ao setor industrial mas não desestimularam e mesmo favoreceram o crescimento da produção e do produto agrícolas. Isso se deve, aparentemente, ao fato de que tanto o ciclo econômico não afeta igualmente agricultura e indústria (como o indicam o comportamento do produto e dos precos relativos), dadas as características diferenciadas de cada uma delas - por exemplo, a diversidade de estruturas de mercado e de processos de produção - como as próprias políticas setoriais são afetadas de forma distinta pela política macro, em função da especificidade dos instrumentos utilizados em cada caso. Para uma discussão mais detalhada a respeito, consulte-se os trabalhos de Gervásio Rezende: "Controvérsias de Economia Agrícola: uma Revisão Crítica", mimeo, setembro de 1989, 37 p., e Crise Externa e Agricultura: Brasil, Anos 80. Rio de Janeiro: FASE, 1988, 103 p.

A agricultura, por suas características particulares que têm a ver com a importância central que a propriedade e a posse da terra desempenham para a organização da produção, para as Grosseiramente, a
esquerda valoriza e
reivindica a adoção de
uma política agrária,
especialmente a reforma
agrária,
desconsiderando a
importância e as
repercussões da política
agrícola. Essa posição
tem implicado em
custos políticos
elevadíssimos

condições de reprodução de grupos sociais distintos e para as relações de poder no campo, é usualmente contemplada com dois tipos diferentes de política: a agrícola e a agrária ou fundiária.

Num país como o Brasil e por razões históricas que muito têm a ver com a estrutura fundiária prevalecente no campo e com a forma como foi concebido o debate político sobre desenvolvimento econômico e questão agrária no final da década de 50, e que culminou com o golpe de estado de 1964, a tendência tem sido até recentemente a de estabelecer uma polarização excludente entre esses dois tipos de política. Grosseiramente, a esquerda valoriza e reivindica a adoção de uma política agrária, especialmente a agrária, desconsiderando a importância e as repercussões da política agrícola, enquanto a direita reconhece apenas a necessidade da política agrícola voltada para a modernização produtiva, reagindo com pavor maniqueísta e violência selvagem contra qualquer proposta estatal de desconcentração da estrutura fundiária dominante no país, tanto em regiões mais afetadas pelo desenvolvimento capitalista no campo, como em outras menos.

Do ponto de vista da esquerda, que é o que nos interessa, essa posição

dicotômica tem implicado em custos políticos elevadíssimos. Em primeiro lugar. ela pressupõe uma complexidade simplicação da heterogeneidade da agricultura brasileira. Concentrar a luta no campo ao ataque ao binômio latifúndio-minifúndio é reduzir a situação da agricultura a termos que não são mais generalizáveis: nem grande propriedade é inteiramente sinônimo de latifúndio, nem pequena propriedade significa exatamente minifúndio. Ao fazer isso, exclui-se uma grande massa de pequenos produtores tecnificados e completamente integrados ao sistema agroindustrial, cujos conflitos necessariamente priorizam a luta pela terra, mas que são aliados indispensáveis para qualquer projeto de democratizar o processo de modernização do campo. Para esses produtores - aos quais questões de precos. custos. financiamento produtividade, por exemplo, são cruciais para sua reprodução - ou o projeto democrático incorpora propostas efetivas e realistas de política agrícola que lhes digam respeito, ou cai no vazio, abrindo espaço para a apropriação conservadora, ao estilo da UDR, da denúncia, muitas vezes pertinente, da "penalização da agricultura" - ou seja, da transferêcia de renda gerada pelo agro para outros setores da sociedade - a qual, em nome de uma luta comum contra o "não-agrário", busca mascarar as grandes desigualdades de interesses e de oportunidades existentes no meio rural brasileiro.

Em segundo lugar, a recorrente desconsideração da política agrícola tem levado a que as propostas de reforma agrária se tornem mais vulneráveis ao contra-argumento da direita de que, se implementadas, levariam à desestruturação da produção agrícola nacional. Esse argumento não deveria ser subestimado imaginando-se que é destituído de força política - e por várias razões. A população brasileira é, hoje, basicamente urbana, o que significa que o apoio urbano à reforma agrária passa pela garantia do abastecimento dos centros urbanos. Não se trata de uma agricultura estagnada ou incapaz de produzir: pelo contrário, o desempenho da produção agrícola nos anos 80 foi bastante satisfatório e o problema alimentar no país não é um problema de incapacidade de produzir alimentos, mas sim de nível de renda que

permita garantir preços e, competitividade entre OS produtos exportáveis e os alimentares para o mercado interno. E, por fim, é uma agricultura crescentemente integrada ao sistema agroalimentar, de modo que articulada a importantes e poderosos interesses urbanos-industriais, nacionais e internacionais, que definem, inclusive, os padrões de consumo alimentar das populações urbanas e a própria estrutura da produção agrícola do país. Esses elementos, além de apontarem para a complexidade econômica e política da formulação de um projeto democrático de modernização do meio rural brasileiro, indicam a relevância central da política agrícola para o delineamento e execução de um tal projeto. Sem uma política agrícola adequada não há projeto democrático de modernização agricultura brasileira: desde, pelo menos, a década de 60, a política agrária, por si só, não é suficiente para viabilizá-lo. A separação entre política agrícola e política agrária é, portanto, totalmente falsa e politicamente atrasada e é preciso que encaremos com seriedade a necessidade de sua integração. Ou enfrentamos esse desafio, ou a formulação de um abrangente democrático projeto desenvolvimento rural brasileiro nunca sairá das meras intenções ideologizadas.

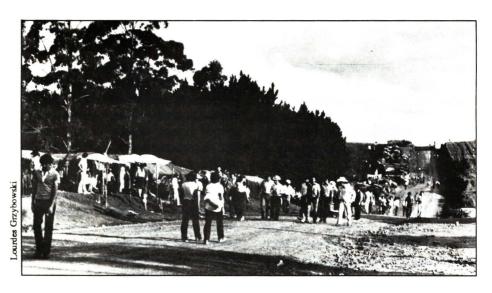
Outro instrumento de intervenção do Estado no meio rural são as políticas ou diferenciados programas desenvolvimento rural. Essas políticas são usualmente dirigidas a segmentos empobrecidos do campesinato, integrados à modernização produtiva, e têm assumido, em geral, no Brasil, um caráter de políticas de desenvolvimento rural regional. Nas últimas duas décadas, por exemplo, as políticas mais importantes de desenvolvimento rural foram o Polonordeste e o Papp (Programa de Apoio aos Pequenos Produtores Rurais), ambos voltados para o Nordeste do país.

Apesar do fracasso desses programas tendo em vista seus objetivos originais, é importante que não fiquemos cegos diante deles, desprezando-os como meras tentativas de manipulação política e de desperdício de recursos, mas que façamos um esforço efetivo de aprender com suas experiências, visando a formulação de um projeto democrático de desenvolvimento rural. Com efeito, as

políticas de desenvolvimento rural representam, em princípio, tentativas de integração da política agrácola e da política agrária, procurando levar em conta a especificidade dos segmentos empobrecidos e não integrados do campesinato e a necessidade de desenhar políticas que atendam às suas particularidades. Assim, o exame de suas experiências aponta para as dificuldades no caminho dessa integração e para as condições mínimas requeridas para seu encaminhamento mais efetivo.

Por melhor concebidas que sejam as políticas diferenciadas, sua execução enfrentará sempre terríveis dificuldades. Num país como o Brasil, em que a população é principalmente urbana, em que a agricultura é complexa e articulada aos interesses agroindustriais, e em que o dinamismo da economia e a criação de novos empregos estão bastante articulados ao comportamento da indústria, os pequenos produtores pobres rurais não são a maioria da população, nem têm condições. políticas de influenciar decisivamente os rumos da política econômica e social do país. Na verdade, eles são os principais excluídos dessas políticas, de modo que sua luta é, antes de mais nada, pela conquista da condição de cidadãos, com mínimos direitos políticos, econômicos e sociais. A maneira como são tratados os conflitos sociais no campo, no Brasil, é um exemplo da inexistência dessa condição.

A presença dessa situação estrutural repõe constantemente obstáculos à execução das políticas diferenciadas, ao mesmo tempo em que elas são uma tentativa de rompê-la, o que lhes introduz uma enorme ambigüidade permanente: formulações de propostas ambiciosas e abrangentes e seu inevitável esvaziamento na prática de sua execução. Essa constatação recorrente, claramente exemplificada pelo Papp, remete-nos a duas questões gerais que convém explicitar: os programas de desenvolvimento rural não podem desconsiderar nem as condições políticas de sua execução, os embates de forças desiguais e as alianças necessárias à sua viabilização, nem as características do processo de crescimento econômico da agricultura e dos demais setores do país onde se inserem, o qual constantemente redimensiona os papéis e as formas de



A formulação da política agrícola passa pelo embate e poder de barganha entre as classes e grupos sociais, pelas alianças, inclusive a nível internacional, e pelos projetos em competição na sociedade



A comercialização é uma das questões vinculadas à poítica agrícola

integração da pequena produção rural. Além disso, as políticas diferenciadas devem ser um instrumento de fortalecimento político do campesinato, de sua organização e representação, formas democráticas de integração do mesmo ao desenvolvimento econômico, político e social do país, o que significa que têm de ser necessariamente descentralizadas e participativas, além de possuírem uma política fundiária claramente delimitada. Sem isso não existem políticas diferenciadas, mas meros projetos de desenvolvimento rural, supostamente integrados mas que acabam reproduzindo as condições de exclusão dos beneficiários.

Para finalizar, queremos destacar que as observações acima visam chamar a atenção para a importância fundamental da intervenção do Estado na agricultura e para a necessidade crescente de que os movimentos populares levem em conta, seriamente, o elenco das diferentes políticas estatais para o campo. Tais políticas não apenas contribuem deci-

sivamente para determinar quem se apropria dos benefícios e quem arca com os custos da atual modernização agrícola, como são indispensáveis para viabilizar a própria democratização desse processo. Isso é particularmente relevante no momento atual, quando as concepções neoliberais conservadoras defendem o desmantelamento do aparato institucional do Estado e, em especial, do setor produtivo estatal. Recusando qualquer estatismo autoritário de esquerda, está claro que da perspectiva dos movimentos populares o objetivo não é a privatização Estado. sim mas democratização e modernização. A retomada do crescimento econômico e a consolidação da democracia no país dependem da possibilidade de que o Estado retome seu caráter de instituição pública e equacione, de forma equitativa, a monstruosa dívida que o estrangula, recuperando sua capacidade de financiar e articular uma nova onda de investimentos produtivos e sociais.

Revista

proposta

Experiências em Educação Popular



Faça sua assinatura e receba em seu endereço a cada três meses durante o ano inteiro exemplares de nossa revista com informações sobre educação popular.

Assinatura anual:

() Cr\$ 750,00

Número avulso:

() Cr\$ 200,00

Iome	
lairro	
	Estado
	25446

Envio anexo vale postal ()
Cheque nominal à FASE ()



Se preferir faça sua assinatura pelo telefone (021) 285-2998, ramal 405 Adelir Pires Rodrigues

Para ampliar o cadastro de assinantes, mande o nome e endereço de três amigos (ou instituições) que receberão grátis um exemplar de **proposta**.

MATURANDO: a luta dos pequenos agricultores do Rio Grande do Sul no início dos anos 80

Luciano Gregory Brunet *
Rolf Hackbart **

lutas As dos pequenos agricultores do Rio Grande do Sul vieram, últimos anos, amadurecendo, maturando. Ao longo das décadas de 70 e 80 muita coisa aconteceu e é essa história que nós vamos contar um pouco dela aqui. As mobilizações de 1987 e 1988 são extremamente importantes mas antes de chegar a elas é imprescindível abordar dois episódios da maior relevância histórica: em 1980, a "Luta contra o Confisco da Soja"; e em 1985, a mobilização denominada "O Grito do Campo".

A LUTA CONTRA O CONFISCO

Esta mobilização aconteceu num período em que o Estado brasileiro modificou sensivelmente sua política em relação à agricultura. Desde o início da década de 70, o estímulo à agricultura de exportação tomou a forma de imensos subsídios, especialmente via crédito rural, criando o principal suporte (juntamente com a extensão rural e o desenvolvimento das agroindústrias) para a chamada "modernização" da agricultura.

No decorrer desta onda modernizadora, um grande contingente de pequenos agricultores, principalmente no Sul do país, pegou uma "carona" neste processo. O setor mais beneficiado encontrava-se entre os sojicultores cooperativos do norte e noroeste do Rio
Grande do Sul. O maior símbolo do seu
"sucesso" estava nas grandes cooperativas
de grãos que conheceram um grande
desenvolvimento nesta época, como a
Cotrijuí, Cotrisa, Cotrel, etc. O patrimônio
destas cooperativas - bastante "inchado"
via endividamento - chegou ao ponto de
uma delas (a Cotrijuí) instalar um terminal
exclusivo no Porto de Rio Gande, para
garantir o embarque para exportação de
soja por ela comercializada.

Ao mesmo tempo em que esta política era implementada, os preços da soja para exportação - utilizada como fonte de proteínas em rações animais, óleo comestível e margarinas - conheceram uma grande alta na Bolsa de Mercadorias de Chicago. O preço da soja brasileira, colhida na entressafra do produto norte-americano (os EUA são o maior produtor mundial), chegou a atingir 250-270 dólares a tonelada (grãos), nos meses de abril a maio, época da colheita no Brasil, no final da década de 70. Um valor bastante alto, se compararmos com os preços atuais, girando em torno de 180 dólares.

A mudança na política agrícola do governo brasileiro começa a acontecer a partir de 1977, quando, aos poucos, o crédito rural deixa de receber uma carga tão grande de subsídios. Esta passaria a se materializar nos anos seguintes pela via da garantia dos preços mínimos.

O estopim da crise, entretanto, aconteceu quando o governo, no final de 1979, criou um imposto sobre a soja e seus derivados, taxando 13% sobre a tonelada de soja exportada em grãos, 5% sobre o farelo e 28% sobre o óleo.

Uma medida deste porte causou reflexos profundos em todos os setores

envolvidos no "complexo soja" (pequenos, médios e grandes produtores; cooperativas; agroindústrias beneficiadoras e fornecedoras de insumos; além dos comerciantes, políticos, etc., das regiões produtoras). Entretanto, a tradicional maneira de resolver os problemas do setor - via interlocutores como a Fecotrigo (órgão de representação política das cooperativas), entidades empresariais como a Abiove (Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais) e a Farsul (Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul, neste caso, representando os interesses do empresariado agrícola) desta vez não foi suficiente.

Amarradas e coniventes com a tradição clientelista e cartorial de resolver os problemas do setor diante do Estado, as elites cooperativas e empresariais perderam completamente a iniciativa frente à irredutibilidade do governo.

Coube ao movimento sindical romper o impasse, através da única iniciativa possível naquele momento: a ação direta, a mobilização.

"Só fala colono!"

O movimento foi deflagrado a partir de uma reunião com 50 dirigentes sindicais (50 municípios, portanto) realizada em Ijuí (RS), um dos centros

Amarradas
à tradição clientelista
e cartorial de resolver
os problemas do setor
frente
ao Estado,
as elites cooperativas
perderam
completamente
a iniciativa diante do
governo. Coube ao
movimento sindical
romper o impasse
através da ação direta

^{*} Agrônomo, assessor do GEA-Formação e Assessoria Sindical e do Departamento Rural da Central Única dos Trabalhadores (CUT) no Rio Grande do Sul

^{**} Economista, assessor do Camp-Centro de Assistência Multiprofissional, em Porto Alegre, e da CUT-RS (no período 1986-89)

produtores de soja e sede da maior cooperativa do ramo no estado, a Cotrijuí. No dia da reunião (21 de março de 1980), houve um grande ato público com 7.000 pessoas. A partir dali foram convocadas manifestações em todos os municípios para o dia 31 de março de 1980. Foi como um rastilho de pólvora.

A mobilização chegou a envolver 700 mil pessoas em cerca de 100 municípios da região sojicultora do Rio Grande do Sul. Durante as manifestações, os bloqueios de estradas, passeatas e comícios mudaram completamente a fisionomia da região colonial do estado. Um grande ensaio das formas de luta que, mais adiante, passariam a ser adotadas.

Uma norma nos atos e manifestações: não permitir que os "políticos" falassem. "Aqui só fala colono!", era a expressão que ficou mais conhecida para mostrar a rejeição dos camponeses ao esquema convencional de atos públicos no interior do estado, em que as lideranças tradicionais (prefeitos, deputados, vereadores) sempre acabavam por monopolizar as atenções.

Da mesma forma, assumindo-se enquanto "colonos", os camponeses retomavam coletivamente uma identidade social que nos anos anteriores os diversos agentes modernizadores (cooperativas, extensionistas, vendedores) trataram de diluir, vendendo a idéia de que estes deveriam tornar-se e agir de forma "empreendedora", como administradores de empresas, etc.

No dia seguinte à grande mobilização de 31 de março de 1980 o governo levantou o "confisco". A pressão funcionara.

O tamanho e o caráter da manifestação - marcadamente camponesa e dirigida pelos sindicatos - não foram suficientes, no entanto, para garantir uma continuidade e um aprofundamento no sentido de gestar uma alternativa própria para os colonos neste campo de reivindicações. O monopólio das negociações foi logo em seguida retomado pelo empresariado cooperativista e pelos representantes dos grandes proprietários.

Os sindicatos, mesmo correndo por fora, não conseguiram se firmar enquanto porta-vozes dos trabalhadores rurais frente ao Estado. Mesmo porque, apenas alguns sindicatos tomaram a iniciativa nestas mobilizações. A estrutura federativa foi levada "a reboque" nesta luta. Pouco mais fez do que estar presente. Foi com um certo alívio que viram as coisas voltarem "ao normal".

Um detalhe em relação às mobilizações contra o confisco da soja: elas ocorreram em plena ditadura militar (segundo ano do governo Figueiredo) e no mesmo período em que o movimento popular repreendia a luta e saía às ruas. A discrição das elites e dos setores mais atrasados do sindicalismo deve ser compreendida neste contexto.

Entretanto, o protesto contra o confisco não deixou suas lições apenas para os trabalhadores rurais.

O GRITO DO CAMPO

Convivendo com a agricultura familiar colonial existe no Rio Grande do Sul um setor "dinâmico" baseado na moderna lavoura de arroz irrigado (responsável por 35% da produção nacional) e na soja. São os chamados "granjeiros", cuja principal característica é o uso de tecnologia intensiva (mecanização, adubação química, variedades selecionadas e, no caso do arroz, irrigação).

Este setor, principalmente os sojicultores, convive com a agricultura familiar dentro do complexo coope-

Assumindo-se como
"colonos", os
camponeses
retomavam uma
identidade social que
nos anos anteriores
diversos agentes
modernizadores
(cooperativas,
extensionistas,
vendedores)
tentaram diluir

rativo. Os reflexos desta convivência nas lutas e na organização dos agricultores têm causado efeitos bastante ambíguos.

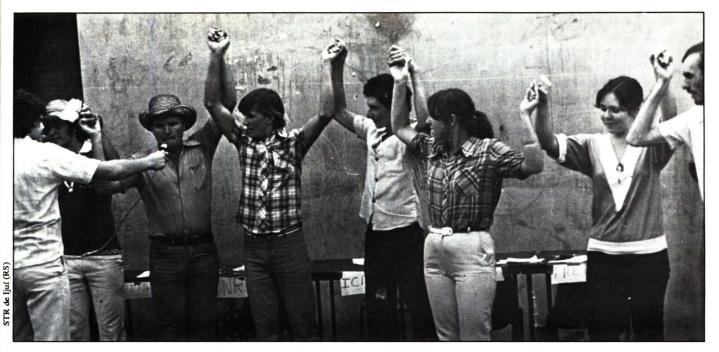
Por outro lado, a influência das idéias cooperativas - através dos famo- sos "princípios de Rochdale"(1) - incorporou entre os agricultores uma série de elementos e conceitos de participação, democracia, ajuda mútua, etc., que sempre atuaram positivamente na construção de organizações de base, associações de produtores e nos próprios sindicatos.

Desta forma, grandes cooperativas, agrupando camponeses e empresários rurais, serviram - e ainda servem - como um excelente veículo para a "modernização" da agricultura. "Estas organizações se constituem... numa espécie de 'paraíso', onde todos teriam os mesmos interesses, ou seja, como um lugar onde 'pequenos e grandes empresários' se encontram sob a égide de interesses comuns, obscurecendo, assim, as diferencas sociais dos cooperados." (Coradini, Odaci e Belato, Dinarte -"Observações sobre os movimentos sociais no campo, hoje", A questão da Assembléia terra. Porto Alegre, Legislativa, 1981, p. 163).

Como consequência disto, a aliança entre os sindicatos e o cooperativismo empresarial, e deste último com as entidades patronais, passa a ser encarada como algo perfeitamente natural. Da mesma forma, o discurso modernizador, típico da camada ascendente do empresariado rural, torna-se o discurso de todo o complexo cooperativista, na medida em que, no geral, os quadros dirigentes do cooperativismo são extraídos desta mesma camada.

No decorrer da primeira metade da década de 80, entretanto, a crise econômica e a queda dos preços internacionais da soja atingiram em cheio o sistema cooperativo. Superdimensionadas, extremamente endividadas, com quadros dirigentes sem nenhuma iniciativa, além de uma estrutura de poder completamente corrompida, o

⁽¹⁾ Foi na cidade de Rochdale, na Inglaterra, em 1884, que surgiu pela primeira vez o movimento cooperativista. Os "princípios" são os da Rochdale Pioneers Equitable, uma cooperativa que, entre outras coisas, se baseava na idéia de que "para cada cabeça um voto", independente da situação econômica do associado.



Praça da República, em Ijuí (RS): os pequenos produtores se unem

sistema todo entraria em colapso. O escândalo maior se daria com o "estouro" da Centralsul, uma espécie de pool reunindo diversas grandes cooperativas de grãos, cujo endividamento de curto prazo, em 1982, ascendia a Cr\$ 67,5 bilhões (algo em torno de 376 milhões de dólares).

A "caça aos corruptos"

A sucessão de escândalos e denúncias de corrupção acabaria por criar uma indignação profunda entre os pequenos agricultores, que em diversos casos foram diretamente lesados pelo rateio dos prejuízos.

"Nós não queremos uma cooperativa grande. Nós queremos uma grande cooperativa formada por associados fortes que possam crescer e progredir e não ir cada vez pior".

"Como acreditar que a cooperativa é um por todos e todos por um, se uns vão muito bem e outros passam fome?"

"Do jeito que a cooperativa está, a cooperativa só pensa no lucro dela, e

pra isso tira do associado, e não se importa com a desgraça do pequeno." (Extraído do manifesto de uma comissão de associados à cooperativa de Ronda Alta/RS).

Este sentimento de indignação foi capitalizado por um forte movimento de renovação a partir de um segmento da elite dirigente do cooperativismo do Rio Grande do Sul. Um grupo que, retomando as idéias modernizantes para a agricultura, faria uma síntese desta indignação dos associados com uma proposta de renovação e dinamização do funcionamento das cooperativas.

A partir da máxima "gestão democrática e eficiência empresarial" inicia-se uma verdadeira "caça aos corruptos", com auditorias, seminários, apuração de escândalos, e, principalmente, renovação dos quadros dirigentes de praticamente todas as cooperativas ligadas à Fecotrigo, juntamente com uma reestruturação dos conselhos e das formas de fiscalização das mesmas.

A salvação do sistema, porém, não dependia apenas de uma reestruturação geral. A questão deveria passar necessariamente por uma negociação política com o Estado.

Neste ponto, valeu o aprendizado com as mobilizações que, desde a luta contra o confisco da soja, vinham se avolumando no estado.

O ano de 1984 seria marcado pelas grandes manifestações pelas "diretas já" e pela candidatura de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral.

Os granjeiros do arroz, também neste ano, realizaram um bloqueio em todas as saídas do Estado do Rio Grande do Sul, exigindo um maior preço para a comercialização do produto.

Neste clima geral é que as cooperativas organizaram uma grande manifestação que ficou denominada como "O Grito do Campo". Objetivo central: entregar aos presidenciáveis (Maluf acabou não comparecendo), "o programa dos agricultores gaúchos".

No "programa": proposta de reforma agrária, crédito subsidiado para a produção de alimentos, viabilização da pequena propriedade, além de "garantia dos recursos necessários para financiar o custeio, os investimentos e a comercialização de toda a produção agrícola, prioritariamente para o abastecimento do mercado interno mas, sem esquecer... a expansão de nossa agroindústria e nossas

exportações"(Jornal O Interior nº 506, 8/10/84, p. 9).

Após este processo de mobilização, aos poucos, o cooperativismo foi abandonando a cena política. Contudo, não resta dúvidas de que neste período nenhum movimento social no campo gaúcho ficou imune ao seu discurso renovador.

Além disto, o "Grito do Campo" serviu, do ponto de vista político, para suspender o processo de crise aberta em que se encontrava o cooperativismo. Muitos anéis foram perdidos (grande parte das maiores

cooperativas tiveram que sacrificar seu patrimônio), mas no fim das contas os dedos - embora arranhados - ainda se safaram. A crise continua ainda, porém de forma latente. A expansão da monocultura da soja para as regiões da fronteira agrícola, assim como o avanco do capital privado agroindustrial nas regiões nor- malmente dominadas pela estrutura cooperativa. continuam trazendo cons- tantes modificações no panorama do estado e da região Sul. Novos desafios para um movimento sindical que, há pouco, comecou a andar.

SINDICALISMO RURAL

O Rio Grande do Sul possui atualmente 298 sindicatos de trabalhadores rurais. Grande parte foi fundada em meados dos anos 60, para combater o Movimento dos Sem-Terra (Master) muito atuante até 1964. Desta forma, foram fundados sindicatos apenas para encaminhar assistência médica, aposentadoria, emplacamentos e títulos eleitorais. Era o sindicalismo dos memorandos.

Somente a partir do final da década de 70 é que se inicia um

Confisco da soja

Orlando Vicenzi, coordenador do Departamento Rural da CUT e diretor do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tenente Portela (RS) - "O Confisco da Soja" foi praticamente a primeira grande mobilização dos trabalhadores rurais que se caracterizou (outra voz: "pequenos produtores..."). É, eu não diria pequenos produtores, mas dos trabalhadores rurais. Abrindo o leque, todo mundo. Ali entrou tudo, né? Entrou todos. Na época não existia nem PUR, nem UDR, não existia a CUT. Foi o choque no preço do produto. E, como era o auge da sojá, era só o que existia, não havia outra discussão. Foi num momento onde não havia mais diversificação nas propriedades. Era só soia. A questão era preco mesmo, e isto pegou todo mundo junto.

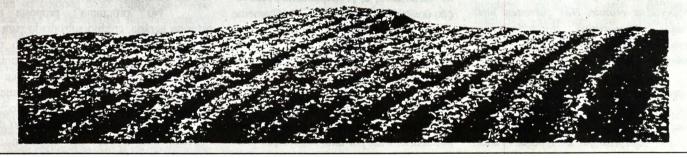
Altemir Tortelli, membro do Departamento Rural da CUT e da Oposição Sindical de Jacutinga (RS) - E a Fetag? Oual era a posição da Fetag?

Orlando - A posição da Fetag foi puxar esta luta, não é? Foi mobilizar o pessoal...

A Fetag puxou... pelo menos nas regionais, os sindicatos da Fetag puxaram. Se a Fetag puxou ou não puxou, é outra questão. Mas os sindicatos se assumiam como Fetag, não é?

No dia seguinte já se começou a sentir que foi mal encaminhada a questão. Na verdade o governo tirou o confisco e o preço continuou o mesmo. Os próprios agricultores, os próprios dirigentes sindicais, já comecaram a fazer autocrítica com relação ao que havia sido encaminhado. Foi uma coisa muito seca. Fim do confisco e nada mais. Inclusive, eu lembro de algumas faixas que chamam atenção até hoje. Uma tinha o Delfim Netto desenhado abraçando a produção. Outras diziam: "Estamos contra o confisco, mas não contra o governo", pois parecia que era uma época de crescimento. Isto logo em seguida, quando o governo tirou o confisco e manteve o mesmo preço muito tempo, até baixou. O pessoal começou a sentir que a coisa não era só por aí, que tinha que fazer algumas diferenças.





A política do "Grito": Tancredo e as cooperativas

Orlando Vicenzi, coordenador do Departamento Rural da CUT e diretor do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tenente Portela (RS) - O Grito do Campo foi uma época bastante diferente, com a questão política a nível nacional mais presente. Muita gente já com vontade de mudar. Com o surgimento, a princípio, de uma Nova República, um Tancredo, o "Salvador da Pátria" - o Sassá Mutema da época - o movimento sindical não tinha conseguido encaminhar algo que desse um resultado concreto para os trabalhadores, e aí já tinha divisores de águas. O movimento dos sem-terra já estava mais caracterizado, caminhando, Já estava mais caracterizado o que era pequena propriedade e grande propriedade. Claro que com alguma confusão ainda.

Orlandino Lucca, diretor da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Sul



(Fetag-RS) e presidente do Sindicato de Santo Ângelo - O Grito do Campo tem como característica também ter sido puxado mais a nível de cooperativas. E foi na época em que as mesmas começaram a entrar em crise. Foi um golpe de estado, um golpe na opinião pública, para salvá-las da derrocada. Isto coordenado pelo próprio Jarbas naquela época. Ele foi o mentor. E o Grito do Campo foi encampado por todas as grandes cooperativas. Botaram ônibus. deram comida, foram buscar em casa os agricultores. Iam buscar as pessoas para passear em Porto Alegre, e se viessem de bota e bombacha, era melhor ainda. Teve gente que até pegou emprestado o traje para vir. E o objetivo do Grito do Campo, este que comentei, não estava e não está claro para a maioria da população. Tancredo veio até aqui fazer campanha. Dois meses depois eram as eleições. E logo em seguida o Tancredo foi eleito.

movimento de renovação sindical, que viveu seu auge entre 83 e 86. Neste período dá-se a construção da Central Única dos Trabalhadores - CUT - no meio rural. Esta renovação sindical, em linhas gerais, significava renovar as diretorias, organizar as lutas, pressionar o governo, assumir a luta por terra, saúde e política agrícola.

Este movimento se concentrou na região norte, Alto Uruguai e Missões, as áreas em que a soja mais penetrou, alastrando-se rapidamente. Some-se a isso os problemas sociais agudizados pela construção de barragens. O movimento resultou nos acampamentos dos sem-terra e na organização da trabalhadora rural, para citar dois exemplos.

Passado este apogeu da renovação sindical, vivemos um segundo momento, que se constitui num desafio: o da efetiva implantação deste sindicalismo combativo. A grosso modo o sindicalismo rural gaúcho se divide em três grandes forças políticas: a Fetag - Federação dos Trabalhadores na Agricultura; a CUT - organizada no Departamento Rural; e a Costri - Corrente Sindical dos Trabalhadores Independentes.

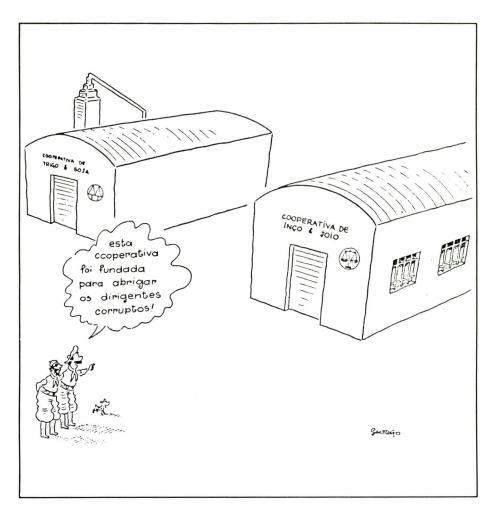
A federação (que não é homogênea) tem mais penetração no centro, litoral e sul do estado, priorizando luta por preços, previdência e organização das mulheres. Sua prática não se alterou muito: reuniões, grandes encontros em Porto Alegre: uma comissão para encaminhar documentos para autoridades.

A CUT, que hoje dirige ou influi em cerca de 89 sindicatos e oposições sindicais, tem sua penetração

no norte do estado, região onde mais há modificações e conflitos sociais. O departamento rural da CUT tem priorizado as lutas sobre política agrícola, terra, saúde e direitos sociais. Ao nível de organização prioriza a conquista de novos sindicatos, filiações à CUT, trabalho de formação e organização das mulheres.

A Costri situa-se na região da serra, vale do Taquari e planalto. Sem muita expressão vem mantendo seu trabalho em cerca de cinco sindicatos. Prioriza a luta em torno da política agrícola (preços), previdência e mulheres. Não se filia a nenhuma central sindical e privilegia a atuação na federação.

Hoje, a realidade do movimento sindical rural no Rio Grande do Sul é desafiadora. Praticamente todos os sindicatos estão falidos financeiramente já que suas contribuições provêm basicamente do bolso dos agricultores e



O "combate à corrupção" no cooperativismo gaúcho retratado numa charge da época (Jornal **O Interior**, 1984)

estes por sua vez também estão falindo. A média de sindicalização é de 15% da categoria, ainda muito baixa. É sobre esta realidade que estão sendo realizados grandes esforços no trabalho de conscientização e organização, que começam a dar os primeiros resultados.

Na disputa pela representação político-organizativa dos trabalhadores têm OS últimos anos caracterizado pela entrada de novos atores em cena: associações de produção, (sem-terra, movimentos barragens, mulherees), cooperativas, UDR, etc., que, em certa medida, "puxam o tapete" dos sindicatos. Recentemente os produtores de fumo decidiram trabalhar na fundação de um sindicato estadual dos produtores de fumo, o que coloca em cheque tanto a estrutura sindical oficial como a forma de organização na qual a CUT se assenta (sindicatos por município, no caso do meio rural). Os desafios são muitos.

ATENDIMENTO AO ASSINANTE

Se você necessita de alguma informação de sua assinatura da revista **Proposta**, escreva para o setor de distribuição de publicações da FASE no seguinte endereço:



Rua Bento Lisboa, 58 - 4° andar 22221 - Rio de Janeiro - RJ ou pelo telefone: (021) 285-2998 ramal 405 Responsável: Adelir Pires Rodrigues



Se você mudou de endereço, envie para o responsável acima no mesmo endereço da FASE, o comunicado de alteração de endereço:

Nome do assinante: Endereço anterior			
CEP:			
Endereço atual R			
CEP:			

As lutas de 1987 e a identidade dos pequenos agricultores do Rio Grande do Sul

Luciano Gregory Brunet *

Embora a "Luta Contra o Confisco da Soja" e o "Grito do Campo" devam ser destacados pelo caráter massivo e globalizador que as caracterizaram enquanto lutas em torno da questão agrícola (com as devidas diferenças de caráter entre ambas), não foram estas as únicas vezes em que este tema aflorou sob a forma de manifestações e enfrentamentos.

Ao contrário, o ascenso do novo sindicalismo no Rio Grande do Sul, com o surgimento de grupos de oposição e a conquista de alguns sindicatos ainda no início da década de oitenta, teve muito a ver - juntamente com a questão da terra - com a eclosão de diversos movimentos neste sentido.

O que os distingue em termos de importância é o fato de terem sido sempre mobilizações em torno de um determinado produto e/ou região. Isto, no entanto, não diminuiu sua radicalidade e sua explosividade que, de um modo geral, eram contidas e absorvidas - especialmente no período 79-84 - pela estrutura sindical oficial, por um lado, e pela estrutura cooperativista, por outro (quando não pela aliança entre ambas).

A FEDERAÇÃO E AS LUTAS NO PERÍODO 79-84

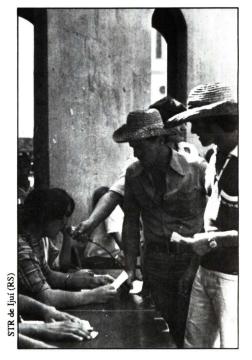
O esquema de representação política e de tomada de decisões que até hoje vigora na Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do

Sul baseia-se em fóruns regionais de Sindicatos de Trabalhadores Rurais, comissões por tema/produto e assembléias estaduais. Nestas instâncias. três normalmente só participam os presidentes dos sindicatos. Desta forma, as reivindicações/negociações das questões regionais ou específicas são encaminhadas através destes mecanismos, muitas vezes com desfechos e acordos bastante duvidosos do ponto de vista dos agricultores. Por outro lado, esta estrutura torna a federação permeável às lutas e movimentos, o que a leva permanente- 2 mente a procurar representá-los, buscando legitimar-se.

O cotidiano dos grupos de oposição e a conformação de um "campo" de oposição à estrutura federativa (hoje, no Rio Grande do Sul, quase todo ele referenciado no Departamento Rural da CUT estadual foi bastante alimentado pela dinâmica contraditória que a federação imprimia às lutas, sempre pressionada pela necessidade de absorver os conflitos e tensionada pela própria existência destes movimentos.

Apresentamos alguns dos principais movimentos ocorridos neste período. Dentre eles, a luta do leite, em 82, foi talvez onde a federação sofreu o maior desgaste. O acordo teve uma repercussão muito negativa entre os agricultores, porém a absoluta falta de alternativas fez com que até mesmo os sindicatos mais combativos desistissem da luta. Com relação à uva, os sindicatos desta região geralmente tomavam uma postura independente, tocando a luta por conta própria.

A característica geral deste período foi a falta de uma alternativa de direção para as lutas que, a exemplo do Movimento dos Sem-Terra, tivesse condições de levá-las adiante apesar da estrutura federativa. Após o "Grito do Campo" e a desilusão geral com o Plano Cruzado/Nova República (principal aposta política do sistema cooperativista), é isto que começa a acontecer, com a afirmação da Central Única dos Trabalhadores no meio rural.



Após a luta contra o confisco e o "Grito do Campo", a característica geral foi a falta de uma alternativa de direção para as lutas que, a exemplo do Movimento dos Sem-Terra, tivesse condições de levá-las adiante apesar da estrutura federativa. Isso comeca a acontecer com a afirmação da CUT no meio rural

^{*} Agrônomo, assessor do GEA - Formação e Assessoria Sindical e do Departamento Rural da Central Única dos Trabalhadores (CUT) no Rio Grande do Sul

CRONOLOGIA DOS PRINCIPAIS EVENTOS (79-84)

1979

Em janeiro os plantadores de fumo de Santa Catarina organizaram um boicote à entrega do produto para as empresas.

Em março, mais de mil pequenos produtores de fumo do Rio Grande do Sul, representando 30 municípios, realizam um congresso em Santa Cruz do Sul.

Pequenos produtores de soja de Santa Bárbara/RS, realizam um bloqueio à agência do Banco do Brasil e à prefeitura com máquinas, reivindicando a prorrogação das dívidas.

1980

Movimento contra o confisco da soja

Encontro estadual (RS) de suinocultores em Frederico Westphalen (RS), em função do abate indiscriminado de suínos dos pequenos produtores devido à peste suína.

Ainda este ano é realizado um boicote à entrega do produto, com piquetes nas estradas impedindo a circulação de caminhões com suínos ou com produtos industrializados de suínos. Assembléia com mais de 5 mil pequenos produtores da região de Caxias do Sul/Bento Gonçalves (RS), para discussão e aprovação do cálculo de custo de produção realizado pelos próprios agricultores.

1981

Nova concentração com mais de 4 mil pequenos produtores de uva para discutirem o novo cálculo do ano realizado em 10 municípios.

1982

Em função dos baixos preços do leite pagos pela indústria aos agricultores, aliado à introdução de critérios de classificação que faziam com que "a mesma vaca desse três ou quatro tipos de leite", é deflagrado um movimento estadual que culmina num ato/assembléia em Porto Alegre/RS reunindo 10 mil pequenos produtores de todo o estado. Neste mesmo dia (23 de março), toda a produção deixou de ser entregue às indústrias.

No dia 07 de julho, quando todo o estado preparava um boicote por tempo indeteminado, a Comissão do Leite da federação assina um acordo com as indústrias bastante aquém das reivindicações dos colonos e a luta se esvazia.

Assembléia com 5 mil pequenos produtores de uva de 12 municípios da região vitivinicultora (RS) exigindo preço mínimo para a uva segundo os cálculos dos agricultores.

1983

Concentração de 4 mil pequenos produtores de fumo do município de Içara (SC), exigindo preços e denunciando a Afubra (Associação dos Fumicultores do Brasil) como entidade a serviço das grandes companhias.

1984

Manifestação em Porto Alegre com dois mil pequenos produtores.



Boicote geral dos agricultores decidido a partir de uma assembléia da federação (09 de agosto), em que, durante a semana de 03 a 07 de setembro, foram interrompidas as atividades de comercialização dos agricultores, com piquetes em frente a postos de recebimento de cooperativas, etc. A manifestação ficou restrita aos municípios/regiões com maior tradição de combatividade. Foram obtidos alguns reajustes, especialmente no preço do leite.

AS MOBILIZAÇÕES DE 1987

Entre os vários "pacotes" econômicos do Plano Cruzado, tivemos especialmente voltado para a agricultura. Foi chamado "Pacote Verde". Decretado em julho de 1986, pretendia estabelecer novas e estáveis regras para o setor, visando um período de três anos. Foram eleitos cinco produtos prioritários - arroz, feijão, milho, sorgo e mandioca - que passariam a ser mais estimulados do que os outros, principalmente diante dos produtos de exportação, como a soja. Foi criado um novo índice, o IPP, que serviria para reajustar os preços dos produtos em função dos aumentos dos insumos. Os juros passariam a ser fixos para o custeio das lavouras, e o investimento iria variar segundo a taxa do mercado dos últimos seis meses.

Muita gente apostou nisso, e inúmeros pequenos agricultores voltaram aos bancos, acreditando na "inflação zero".

Nem bem se passaram seis meses, entretanto, após as eleições de novembro de 1986 (governadores, deputados estaduais e federais constituintes), é lançado o Cruzado II. Para os agricultores, o principal efeito se fez sentir no descongelamento da OTN, que regulava os contratos de crédito feito nos bancos.

A DIFERENCIAÇÃO DOS PEQUENOS

Os primeiros a se manifestarem foram os grandes produtores. Na verdade, foram eles os primeiros a perceberem o que estava acontecendo. Embora a OTN mantivesse o mesmo



Assembléia de viticultores em Bento Gonçalves(RS)

valor desde março de 86, os bancos já tinham sido liberados para cobrarem a variação do IPC em seus empréstimos desde novembro. Com os preços congelados (especialmente a taxa de câmbio), foi só uma questão de fazer as contas.

Em fevereiro de 1987, é Ampla formada Frente Agropecuária pelos grandes produtores, cooperativas e latifundiários (incluindo a UDR). A Frente iria liderar diversas manifestações em todo o país durante o mês de fevereiro, incluindo bloqueios a agências bancárias, manifestação em Brasília (12/02/87), etc. Ainda em fevereiro deixaram amarrado um grande protesto, prometendo bloqueio de rodovias, para o dia 10 de março. De uma maneira geral, os sindicatos dos trabalhadores rurais encararam o movimento com desconfiança e muito poucos aderiram.

De fevereiro para março a OTN mudou de valor e deu um salto de 70%. Só então o grosso dos pequenos e médios agricultores deu-se conta do que iria acontecer com os empréstimos

bancários. Foi uma corrida aos sindicatos.

Inicialmente, as mobilizações tiveram caráter regional, com concentrações e atos nas regiões norte (Alto Uruguai) e noroeste (Missões) do estado, nos dias 05 e 09 de março de 87, respectivamente. Questão de honra era não coincidir "com a dos grandes" do dia 10.

Alberto Broche, vice-- presidente da Fetag/RS e ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Espumoso: - Lá (em Espumoso/RS) aconteceu um fato interessante, porque antes desta mobilização, que aconteceu no fim de marco, de fevereiro a abril, se conseguiu o maior pagamento do trigo em dólar por tonelada. Era 240 dólares a tonelada do trigo naquele ano. Os pequenos produtores receberam o pagamento do trigo. Com os grandes produtores, o governo começou a parcelar. Aí aconteceu o movimento do PUR - Pacto de Unidade Rural - uma organização que precedeu a UDR e que, antes, já comprava armas para combater as ocupações. Começou com o Albrecht, de Carazinho, Ele colocou

todas as máquinas na rua e alguns vereadores do PDS de Espumoso que sempre foram contra manifestações, sempre foram contra movimentos, começaram a criticar o sindicato porque ele não estava fazendo mobilização. Eu dei uma declaração que, em relação ao trigo, os pequenos produtores haviam recebido eque nós estávamos preocupados com a questão mais abrangente, não com o trigo. Aí eles pegaram uma meia dúzia agricultores e começaram a colocar máquinas na frente do banco, mas como não tiveram êxito, começaram uma batalha direta contra o sindicato. Ficaram duas semanas, no máximo, com meia dúzia de pessoas na frente do do Brasil. Fizeram Banco encerramento simbólico, queimaram um boneco, chamaram toda a população pelo rádio e, neste mesmo dia, nós chamamos todas as lideranças do sindicato nas comunidades e, aí, fizemos um documento... Tudo isto deu um conflito muito grande. No dia que fizemos o nosso movimento, novamente reunimos todas as lideranças que

proposta nº 44 maio 1990 17

prepararam as suas comunidades e caminhamos organizados. Eles levavam máquinas para as ruas, trancando-as, nós fazíamos o contrário, e deixávamos as ruas livres.

Osvaldino Lucca, diretor da Fetag/RS e presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santo Ângelo: - Isto foi um dos motivos porque em Santo Ângelo nós puxamos para o dia 09 a nossa mobilização. Porque o PUR e a Farsul estavam convocando, a nível de estado para o dia 10, e nós vimos que a coisa estava explodindo, por isso, antecipamos numa reunião em Cerro Largo (RS) e puxamos para o dia 09. Ouando nós bancamos para o dia 09, o pessoal do sindicato rural ligado à questão do pagamento do trigo, saltou fora e não quis mais dia 10. Botaram nota no rádio dizendo que não ia sair movimento nenhum, para tentar desarticular o nosso. Eles tinham colocado uns 15 a 20 tratores na frente do Banco do Brasil e retiraram porque não havia dado efeito algum. Aí eles tentaram articular de novo para vir com peso, viram que não ia dar em nada. Nós pulamos na frente e por isso é que saiu no dia 09; e, aí, ficamos 09 e 10. Fechamos a BR nestes dois dias em dois locais com cerca de 200 máquinas.

A INTERVENÇÃO DA CUT

Neste período (início de março) uma delegação de sindicatos ligados à CUT, acompanhados pela Secretaria Rural da CUT nacional, tentou uma audiência com o governo federal para entregar uma pauta de reivindicações.

Todas as portas foram fechadas e praticamente ninguém os recebeu. O jeito, então, foi voltar para as ruas (e estradas).

Logo após as primeiras manifestações, a Secretaria Rural da CUT/RS, em uma reunião no dia 16 de março com os representantes de suas principais regionais, definiu uma pauta de reivindicações para ser apresentada na assembléia da federação no dia seguinte. A intervenção coordenada dos sindicatos cutistas, através de um

Quando o grosso dos pequenos e médios agricultores percebeu que de fevereiro a março de 1987 a OTN deu um salto de 70%, houve uma corrida aos sindicatos

documento com papel timbrado da Central, fez com que praticamente toda a proposta fosse assumida, dando um caráter mais global à questão (a tendência na federação era reduzir tudo ao problema da correção monetária).

A partir desta assembléia, foram marcadas mobilizações com início no dia 30 de março, que deveriam ir num crescendo - bloqueio a bancos, ocupação dos municípios, atos regionais - até o trancamento das principais rodovias do estado por tempo indeterminado. Além disto, foi eleita uma comissão para tentar uma negociação em Brasília.

Neste momento afloram as divergências entre os sindicatos de trabalhadores rurais ligados à CUT quanto à tática a ser utilizada em relação à federação. Um setor defendia a não participação nas instâncias da federação para o encaminhamento das lutas, enquanto outro entendia que isto era necessário para ampliar o movimento. Ambos concordavam na necessidade de se manter um comando próprio para as lutas. Esta polêmica quanto à tática e ao caráter da federação já existia desde o último Congresso Estadual da CUT, em 1986.

Elvino Bohn Gass, presidente da CUT regional/Missões/RS: Havia duas posições: uma era disputar por dentro e a outra era tocar por fora. O que aconteceu: tocamos por fora, mas também disputamos por dentro da federação. E conseguimos panfletar uma assembléia da federação, numa intervenção, de madrugada, com um panfleto que tinha sido tirado no dia

anterior, onde os pelegos da federação pediram, na hora em que a gente foi apresentar... eu fui apresentar, lá, como secretário rural, acho que isto é um ponto importante, essa assembléia... A assembléia lotada, o salão cheio, a gente foi lá e, enquanto eu ia na frente apresentar a proposta da CUT, entregar o panfleto, toda a assembléia, ao mesmo tempo, recebeu o panfleto. Foi uma articulação. assim, foi panfletado massivamente naquele momento. Aí um presidente de sindicato levantou e pediu para que o documento não fosse aceito, fosse retirado. Aí o Plínio (presidente da Fetag na época), sabendo que existia já a força da CUT e, se colocasse em votação, retira ou não retira, ia ficar muito complicado. Aí, ele acabou dizendo: "Não, quem sabe, nós temos que reconhecer", etc. e tal.

A LUTA E O DESENLACE

O dia de início da mobilização (não por acaso) coincidiu com a greve dos bancários. O "levante" se generalizou pelas regiões centro-norte do estado com piquetes de bancários e de colonos na frente das agências bancárias com sacos de milho, animais, máquinas, etc.

No dia seguinte a luta estourou nas manchetes dos jornais. A CUT, com uma central de informações montada na sede estadual, dividia as atenções da imprensa com a federação.

Em diversos municípios os praticamente pequenos agricultores tomaram as cidades, só podendo circular carros com passe dos comandos, com todas as lojas e estabelecimentos fechados pelos colonos. No dia 1º de abril os principais entroncamentos rodoviários foram fechados máquinas, tratores, carrocas, etc., nas regiões mais mobilizadas. Longas filas de carros, caminhões e ônibus se formaram. Somente em alguns horários o trânsito era liberado.

Ainda no dia 1º, o Exército é mobilizado para desfazer o bloqueio na região das Missões. Neste mesmo dia um caminhão aparentemente desgovernado atropela três agricultores no bloqueio ao trevo em Sarandi/RS. Entre eles estava Roseli Correa da Silva, a Rose, acampada da Fazenda Annoni. No oeste de Santa Catarina (Chapecó, Concórdia, etc.) também são realizados bloqueios e o Exército também é utilizado para desfazê-los.

Osvaldino Lucca: - ...Quando nós fechávamos as ruas e os bancos, de manhã, tocamos um trator na frente do banco Bradesco, onde o gerente queria abrir. Tinha umas 200 pessoas ao redor. Ele não sabia se abria ou não. Caso ele abrisse o agricultor ia entrar no banco com o trator.

Outro fato foi o juiz de direito que apareceu lá para prender o presidente do sindicato. E eu estava a uns 50 metros dele. O juiz não me conhecia. Ele trepou numa máquina e queria saber que bagunça era aquela e onde estava o presidente. Daí, um colono, proprietário daquela máquina, mandou ele descer, pois a máquina tinha dono. O juiz se perturbou tanto que acabou esquecendo seu casaco sobre a máquina, tamanho foi o susto. Ele saiu para procurar o sindicato presidente do trabalhadores rurais e quase prende o presidente do sindicato rural, que merecia mesmo ir para a cadeia. Isto foi nos dias 30 e 31.

O episódio do atropelamento chegou a Brasília exatamente no momento em que a comissão eleita na assembléia da federação estava reunida com o ministro da Agricultura, Íris Resende. A notícia foi transmitida pelo vice-presidente da Contag, Ezídio Pinheiro, que acompanhava a comissão. Imediatamente as negociações mudaram de tom e no dia seguinte foi concedida a anistia para os empréstimos dos mini e pequenos agricultores.

Elvino Bohn Gass: - ...O resultado concreto é que nós conseguimos a derrubada dos juros dos colonos. Eu lembro que só em Santo Cristo, que é só pequena propriedade, naquele ano ficaram 100 mil sacos de soja, para um município como o nosso, onde a média é de 14 hectares por propriedade, que não foi pro banco...

Três meses depois, já no período de Bresser Pereira no Ministério da Fazenda, a Frente Ampla negociou as alterações do "Pacote Verde" em troca da extensão da anistia a todos os produtores com um custo estimado em 26 bilhões de cruzados, da época, aos cofres públicos (os custos da primeira medida giravam em torno de 10 bilhões).

Elvino - Gostaria de colocar que, lá em Brasília, não fosse... (o pessoal ligado à CUT que estava na comissão)... o pessoal não teria ficado mais do que um dia. Tinha telefonema aqui de Porto Alegre, da federação pra lá, dizendo para voltarem porque aqui estavam trancando rodovia, que eram uns loucos, etc. Os caras lá recebiam o telefonema e iam para a comissão falando em voltar... Se não fosse a intervenção da CUT organizada, não teríamos tido ganho este que conseguimos...

Alberto - ...Agora eu gostaria de analisar no que foi que isto serviu para o crescimento do movimento sindical e, sem entrar na discussão mais política, das divergências que ocorreram, que vocês abordaram... Alguns sindicatos ficaram parados e não fizeram as mobilizações e os outros, que fizeram, caíram em cima. Por outro lado, os milhares de sacos de soja que se conseguiu que ficassem com os produtores e não com os bancos. Se conseguiu colocar, aí, pra que servia o sindicato. Porque, até então, o sindicato só era visto como assistência médica. Também começou a se descobrir para que servia a polícia, e de que lado estavam os prefeitos, os vereadores, a Brigada Militar - que tinha uma atenção toda especial por parte da população. Isto foi muito importante para redescobrir para que servia o sindicato...



"Um juiz de direito apareceu lá para prender o presidente do sindicato. Ele trepou numa máquina e queria saber que bagunça era aquela. Daí um colono, proprietário daquela máquina, mandou ele descer, pois a máquina tinha dono. O juiz se perturbou tanto que acabou esquecendo seu casaco sobre a máquina"

Entrevista

Construindo um movimento classista

Dirigentes sindicais do Sul falam de suas lutas, problemas e vitórias. Os entrevistados: Silvino Grando (presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Ampere, no sudoeste do Paraná), Anacleto Bolerini (presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Chapecó, oeste de Santa Catarina) e Altemir Tortelli (líder sindical do Alto Uruguai, no Rio Grande do Sul). -São dirigentes sindicais ligados ao Departamento Rural da CUT. A sua militância sindical se identifica, em muitos aspectos, com a luta dos trabalhadores rurais dos estados do Sul do Brasil em torno da produção e da estrutura agrária, do desenvolvimento da agricultura, das condições de trabalho e vida no campo. A entrevista foi realizada por Cândido Grzybowski, em Curitiba, no dia 21 de setembro de 1989, após dois dias de debate sobre "Lei Agrícola e Movimentos de Trabalhadores Rurais", promovido pelo Sepede/FASE, com participação de líderes do movimento sindical, assessores, técnicos de ONGs (organizações não-governamentais) e pesquisadores de questões agrárias.

Proposta - Por que e quando o movimento sindical, na região de vocês, se envolveu em problemas de política agrícola?

Anacleto Bolerini - Bom, no oeste de Santa Catarina, o movimento começou a se envolver, desde 1981, com a luta dos suinocultores. A gente levou uma luta tendo em vista a crise que passavam na época os suinocultores. Com esta luta começou a despontar um novo sindicalismo na nossa região. Havia uma necessidade de se brigar por várias questões dentro da área do sindicalismo, contemplando a política agrícola como um todo na região. Também sentimos a necessidade de fazer uma integração com outros estados. A briga foi pelas questões da agricultura mesmo, do pequeno agricultor, tendo em vista o grande êxodo rural que vinha ocorrendo na época.

Silvino Grando - No sudoeste do Paraná também eu acho que ocorreu um pouco como no oeste de Santa Catarina. Começou praticamente com a luta dos precos dos suínos, em 1981. Outra luta foi com as notas promissórias rurais, onde os colonos tinham problemas em receber no frigorífico pelos suínos. E de lá em diante a coisa andou no sentido de a gente dar respostas econômicas para grande parte do pessoal que era associado do sindicato, que eram os pequenos produtores. Aí o movimento deslanchou mais forte em 1985/87, com a questão do crédito, principalmente com as altas taxas de juros e correção monetária que eram cobradas aos pequenos agricultores. Se sentia a necessidade de a gente lutar contra isso. A pressão foi mais forte no sentido de trancar bancos e rodovias, etc. De lá para cá, a coisa parou um pouco, porque a gente não conseguiu achar novas fórmulas. Estamos num período da chamada "recessão" do sindicalismo.

Altemir Tortelli - Eu acho que a história no Rio Grande do Sul é um pouco parecida, até pela realidade que se vive nos três estados. E tem algumas questões importantes. Por exemplo: quando se começa a discutir um novo sindicalismo, mais comprometido com os trabalhadores, isso acontece quase em

conjunto nos três estados. É uma região toda muito parecida e a gente tentou fazer a luta conjunta, como articulação sindical.

Mas aí tem alguns fatos importantes. Por exemplo, na questão da suinocultura, com a peste suína africana. Teve na época uma jogada do governo para desmobilizar até as reivindicações. Teve essa questão da luta em cima disso. No começo, em 1979/80, não se deu um caráter de classe para a luta. Quer dizer: era mais o setor produtor, o setor agrícola, contra o governo. O maior inimigo era o governo, que não tinha compromisso com a produção de alimentos, com a produção de carne, de leite. Também se juntavam a essas lutas aí a questão da saúde (as questões da Previdência sempre foram reivindicações).

No começo de 80, foram muitas mobilizações puxadas pelas cooperativas e pelas federações. A forma dessa articulação nos três estados começava a criar corpo, muitas vezes até por dentro das mobilizações. Em muitas mobilizações, o pessoal ia a Porto Alegre fechar o Inamps, fazia até atos.

No Grito do Campo em 85, tinha uma grande articulação dos sindicatos mais combativos no Rio Grande do Sul, e o pessoal foi pra lá. Eu me lembro de dirigentes sindicais - a gente já tinha até ganho vários sindicatos -, tinha o Sindicato de Erexim (que nós ganhamos em 83), os de Aratiba, Erval Grande, Tenente Portela, vários sindicatos que hoje são referência no sindicalismo combativo a nível de campo, que se pronunciaram no Grito do Campo. Até nesse Grito do Campo foi o Tancredo Neves. Foi entregue uma pauta de reivindicações dos trabalhadores.

Uma outra questão importante é a própria posição que a federação sempre teve nessa luta, que também criou muitos confrontos. Nós começamos a nos diferenciar dela nas mobilizações, quando a gente começava a colocar que tinha que ter alguma coisa mais de classe...

Silvino - Eu acho que no sudoeste do Paraná, principalmente, nessa questão de racha com a frente ampla nas mobilizações de 87 a luta se



O apoio aos sem terra personaliza o sindicalismo cutista

deu num certo período junto com as cooperativas, e de um certo período para cá a gente tentou dar um caráter mais classista à luta. Aí houve o racha e houve realmente duas propostas. Se via que o movimento sindical tinha uma proposta mais da classe, da categoria, enquanto a frente ampla defendia uma coisa mais genérica.

Anacleto - No fato histórico do sindicalismo, é bom a gente relatar várias questões: até o período 86/87, havia, tanto em Santa Catarina como no Paraná e Rio Grande do Sul, uma área menor de sindicalismo atuante. A maioria dos sindicatos eram conservadores. Mas com o rompimento da área sindical combativa com a frente ampla em 86 e 87, se partiu para o corpo-a-corpo. Até nas questões dos sindicatos conservadores isso teve reflexo, pelo fato da necessidade que a gente tinha de criar um novo sindicalismo e salvar a pequena agricultura que nós temos aqui no oeste catarinense.

Por várias razões, com as

agroindústrias que estavam se estabelecendo mais recentemente, estava acontecendo a questão da integração, a questão de barragens (em toda a região do oeste de Santa Catarina e Rio Grande do Sul) e também a questão do seguro agrícola. Quer dizer: tinha que assumir essa proposta mesmo e defender a pequena propriedade, que na época representava. inclusive, 90% produção dos produtos básicos que se colocam hoje na mesa do brasileiro. Hoje não é diferente, não baixou muito esse número (mas baixou muito, sim, o número de pequenas propriedades).

Então foi uma bandeira que a gente teve, com o fechamento de bancos, lutando por crédito, por subsídio, a luta do seguro agrícola, que já vem aí de vários anos, por preços dos produtos, contra a defasagem dos preços, e agora, mais recentemente, a organização sindical por ramo de atividade, que é uma questão que está acontecendo, e que a gente procura desenvolver com a maior naturalidade, junto aos pequenos

produtores, que são os maiores interessados.

Tortelli - Só gostaria de resgatar uma questão que historicamente também foi fundamental para esse racha. Não foi só porque se percebeu que eles eram mais pelegos, eram atrelados ao governo, só faziam reivindicações e na hora do pega-pra-capar não assumiam. Há uma questão fundamental, que é a questão da reforma agrária. Acho que isso foi o divisor de águas, porque nenhuma federação nunca assumiu e nem hoje assume a questão da reforma agrária. E quando surgiram as ocupações, até no discurso eles podiam estar defendendo, mas quando se incentiva as ocupações de terra, quando o sindicalismo combativo está ali junto, fazendo, arrumando, organizando o movimento, organizando a ocupação, mantendo a ocupação, dando apoio, as federações saltam longe.

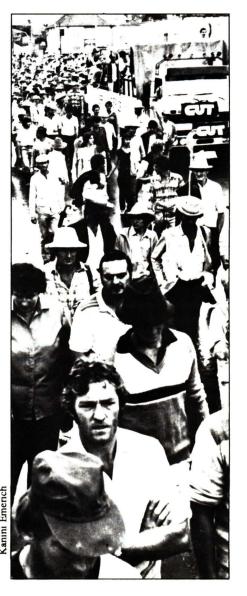
Mas mesmo assim, eu acho que é importante resgatar as mobilizações de 87/88 e agora também de 89. Eu acho que são três questões importantes. Pegando nós, a nível de Estado do Rio Grande do Sul, 87 foi a grande mobilização que se fez a nível de estado e de região, praticamente a nível de Sul de Brasil. Quem coordenou esse processo na época não foi a CUT, não foi o departamento rural, e sim essa articulação que já estava se esboçando mais como uma articulação dentro da própria CUT (não era aquela "articulação" dos sindicatos).

Já era uma articulação como um grupo, uma proposta política um pouco mais organizada. Na época, a gente levantava que tinha parado, nos dias de mobilização, 300.000 trabalhadores. Foi o dia em que os trabalhadores, em vários locais, foram para a cidade e parou tudo o dia todo; fechou banco, fechou comércio, fechou indústria, fechou tudo. E além disso fechou trevo; vários trevos na estrada fechados, pararam por quatro, cinco horas; teve lugares que o pessoal ficou mais de um dia trancando os trevos. E se conseguiu, através dessa mobilização, realmente derrubar a questão da correção monetária. Então foi uma grande conquista no Rio Grande do Sul (não sei como é que foi em Santa Catarina e no Paraná), nós conseguimos botar a Fetag no rolo. Principalmente na nossa região, nós conseguimos envolver os sindicatos deles e trazer gente também, e nós capitalizamos em cima dessa questão.

Então em 88 a gente não conseguiu mais trazer tanto trabalhador, quer dizer, diminuíram um pouco as mobilizações. Mesmo assim se conseguiu alguns avanços. Tem a questão também das mobilizações em Brasília, que vêm de 87, as caravanas a Brasília - onde praticamente é o sindicalismo combativo que está lá junto com a CPT e com outros movimentos.

E em 89, teve um detalhe fundamental: nas nossas regiões quem parou as pequenas cidades na grande greve geral dos dois dias foram os rurais. Essa é uma questão fundamental, quer dizer, a greve foi puxada pela CUT - e isso é bom. Acho que muitos dirigentes a nível nacional não têm claro isso - mas quem parou, quem fez greve no interior, pegando o norte do Estado do Rio Grande do Sul, foram os rurais, que foram para a cidade, ocuparam a cidade novamente e pararam praticamente tudo.

Na greve geral
convocada pela CUT em
89, quem parou as
pequenas cidades no
Sul do país foram os
rurais. Eles foram para
a cidade, ocuparam e
pararam praticamente
tudo. Essa é uma
questão fundamental



Proposta - Sobre as formas de luta, que avaliação vocês fazem hoje?

Anacleto - Eu avalio que são formas, mais concretas, em cima de uma mobilização mais concreta, em cima de um objetivo. Hoje, a questão é um pouco mais difícil. O movimento sindical passa por um período mais difícil, até porque existe uma luta ideológica; e é difícil de implantar isso dentro da questão da agricultura. E o movimento sindical como um todo hoje está em crise. Agora, na época, se tinha umas lutas com um objetivo mais concreto, mais junto ao agricultor, e que reverteriam para conquistas imediatas. Hoje nós não temos essas conquistas imediatas.

Tortelli - Eu acho que é importante esse ponto das questões concretas. A gente fazia avaliações, após as mobilizações de 88, que nós não tínhamos conseguido realmente sensibilizar o trabalhador nas necessidades mais do dia-a-dia dele. Essa questão da greve, na nossa região, nós conseguimos mobilizar os trabalhadores, não foi em cima do Plano Verão, que era uma questão que estava arrochando o salário, estava afetando o trabalhador urbano, mas em cima de juntarmos isso com algumas lutas. Por exemplo, a luta do leite, tinha uma pauta de reivindicações; na questão do trigo, o não pagamento do trigo, quer dizer, os bancos se negaram a pagar o trigo. Foram essas lutas que realmente conseguiram ter avanços e conseguiram mobilizar. Foram as questões que mais mexeram na questão concreta, não tanto política.

Proposta - Mas e essa crise de que vocês falaram?

Anacleto - Se fez grandes mobilizações em torno da Constituição, que não é uma conquista de resultados. Esses que são os fatos, assim, mas que leva o trabalhador, às vezes, a se afastar um pouco; quer dizer, ele não entende que amanhã... ele quer uma conquista imediata, não uma coisa de futuro. O movimento sindical hoje, mais combativo, entende isso e a gente já está indo para um corpo-a-corpo contra as questões do Estado, os direitos e os deveres do Estado. Com as nossas

intervenções, a gente está caminhando para uma conquista dentro do Estado, e acredito que vai ser uma grande vitória, que a gente vai conseguir nessas intervenções dentro do Estado.

Esse é um ponto fundamental para o movimento sindical, e que às vezes o trabalhador acaba não encarando isso como uma grande vitória. Esse é um fator que às vezes faz com que o trabalhador acabe se afastando, porque não é aquela conquista imediata que ele queria. E outro, é a discussão sobre aquele aspecto da Constituição, que é possível tirar sindicatos por ramo de atividade.

Nós já tínhamos discutido isso, inclusive antes da Constituição, como é que se comportaria isso. E aí o movimento sindical tem que correr atrás da máquina para conquistar esses sindicatos e ter a direção desses sindicatos, que são setores importantes dentro da pequena propriedade; a gente poderia dizer que são os setores mais importantes dentro da produção agrícola, da organização da produção.

Silvino - Concordando contigo, eu só ressaltaria que a gente - ao menos no sudoeste do Paraná acontece um pouco isso - deixou um pouco de lado aquelas lutas imediatas, diretamente lá no município. Eu me lembro que as principais lutas do sindicato, que a gente teve na região, foram coisas miúdas, mas parece que a gente deixou um pouco de lado. Do tipo o prefeito fechou a escola porque mandou o professor embora, porque não gostava do professor. A gente fez uma barraca lá e montou uma escola e fez a escola embaixo da barraca. Ou a gente brigou por melhores condições de estrada, etc. No meu ponto de vista, no Paraná, eu acho que a gente deixou um pouco de lado isso. Por isso a gente, lutando nas coisas maiores, concordando o companheiro, com poder de afastou um pouco o mobilização que os sindicatos tinham. Mas, eu acho que a luta ideológica e de força valeu. Realmente hoje a gente é reconhecido nos municípios como força.

Tortelli - Eu acho também que tem algumas questões que são importantes, que se somam a isso que os companheiros levantam. Por exemplo, Para o movimento sindical, ajuda não só a gente conhecer o Estado, mas também ter pesquisas próprias sobre o comportamento do Estado. Como se comporta a agricultura e para onde ela está sendo orientada?

nós não conseguimos fazer um plano de ação, um plano onde tivesse algumas lutas prioritárias, onde a gente vai planejar durante dois ou três anos gradativamente, organizar as lutas. Acho que esse é um grande problema. No máximo, o que nós conseguimos foi organizar: estamos com um problema no preço da soja, estamos com um problema do crédito, e aí vamos começar a organizar uma mobilização contra isso.

Nós não conseguimos fazer isso até hoje, nós estamos sentindo que tem que organizar melhor a luta, planejar, entender as táticas do inimigo, o potencial do inimigo e saber por onde atacar. Acho que uma questão é essa. A outra, eu acho, é a crise que nós estamos vivendo. Não é uma crise de baixa. É uma crise até de acúmulo de força. Há cinco anos atrás, a única força que nós tínhamos era o sindicato; hoje, além do sindicato, tem vários movimentos que saíram praticamente de dentro do sindicato; estão aí estruturados e organizados, e tem mais a pressão dos próprios partidos.

De onde é que sai a maioria dos militantes que estão hoje atuando no partido? Os vereadores, o prefeito, o deputado? Então, essa é uma questão: saiu bastante liderança de dentro do sindicalismo. E tem uma outra questão também que é um grande problema: onde os dirigentes sindicais assumem um partido político (no caso, o PT) tu não consegues envolver mais os trabalhadores de outros partidos. Acho

que esse é o grande problema. Por exemplo, o pessoal deixa de pagar o sindicato - você é do PT -, e deixa de ir para as mobilizações. Acho que essa é uma grande deficiência nossa. E vem, junto a isso, que você não pega as questões concretas que mobilizam o cara. Acho que há mais esses dois, três fatores aí. Acho que são importantes nessa análise.

E tem outro também. A gente tem uma avaliação de que o sindicato está bem, se está com o povo na rua; aí, se não botar gente na rua, não mobilizar, não for para o enfrentamento, o sindicato está mal. Quando nós começamos a organizar as lutas, nós organizamos até o enfrentamento, até fechar a barreira, até fechar o trevo, fechar os bancos e tal, tinha que sair uma conquista daí. E a gente não conseguiu analisar as outras formas de poder fazer isso também.

Anacleto - É bom resgatar uma coisa. É que isso não quer dizer que não houve mobilização. Porque houve, sim, mobilização (e bastante) nas questões do projeto de Lei Agrícola(ver o artigo "Proposta de Projeto de Lei Agrícola da CUT", nesta edição). Por exemplo em Santa Catarina, o que tem acontecido esse ano, a gente conseguiu mobilizar, e muita gente, em torno das questões agrárias, das ocupações, os grupos de próprios apoio, OS pequenos proprietários. Quer dizer, ainda existe uma força muito grande. Até porque, em Santa Catarina, a gente por várias vezes conseguiu impedir o despejo de famílias que estavam acampadas, medindo as forças, inclusive com a própria polícia. A gente conseguiu ser respeitado, fazer com que sejam reconhecidas essas nossas forças. Isso fez com que se entrasse numa negociação imediata, e assim por diante; quer dizer, a gente avançou sim. Só que a gente não teve conquistas econômicas imediatas para a pequena propriedade.

Proposta - Em termos de afetar o Estado, a sua política, houve alguma coisa? Vocês conseguiram levar a alguma mudança de política?

Silvino - Uma coisa que influiu temporariamente foi a questão da

23

correção monetária. A gente conseguiu derrubar a correção monetária por um certo período para os pequenos produtores. Não foi uma política por um longo tempo, mas por um período temporário. Numa ocasião em que o pessoal tinha problema, a gente conseguiu isso.

Tortelli - A anistia que o pessoal conseguiu em 88 também deve ser incluída.

Anacleto - O que a gente conseguiu foi na questão da Constituinte estadual. As mobilizações acontecidas têm criado uma certa resistência, uma certa força dentro do Estado. Os projetos da CUT, enquanto interesses dos pequenos proprietários, se conseguiu 2 passar tudo no primeiro turno, não sei como é que vai se comportar isso no segundo turno. Mas que mexeu, sim. Z Inclusive em Santa Catarina aconteceu um fato muito interessante. No regimento interno, os deputados tentaram até impedir os trabalhadores que participassem, de pelo menos assistir à Constituição. Só entrava lá quem estava credenciado, caso contrário não entrava. Quer dizer, isso é impedir que o movimento popular, que os trabalhadores participem da Constituição brasileira.

Proposta - E em termos de conhecer melhor, entender melhor o Estado? Essa luta ajudou para vocês a conhecer melhor como é que funciona, como é que se formulam políticas, como é que são geridas essas políticas? Ou não, vocês ainda ficaram por fora, a luta não permitiu que vocês adquirissem maior conhecimento sobre como atua o Estado em termos da agricultura e dos produtores?

Anacleto - Eu acho que isso ajudou, sim, ajudou bastante. Para o movimento sindical, ajuda não só a gente conhecer o Estado, mas também a gente ter pesquisas próprias do comportamento do Estado. Como se comporta a agricultura, e para onde ela está sendo orientada? Quer dizer, aí está o ponto fundamental do movimento sindical. Eu acredito que em breve a gente tenha dados mais concretos, para com base nisso o movimento sindical poder avançar. Caso contrário, a gente



A reforma agrária foi um divisor de águas fundamental para o sindicalismo no Sul do país. Nenhuma federação assumiu nem assume a questão da reforma agrária. Quando surgiram as ocupações, quem incentivou e apoiou as ocupações de terra foi o sindicalismo combativo

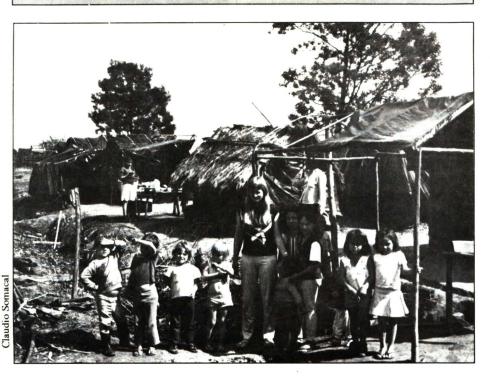
estaria fazendo algumas lutas até meio isoladas, sem afetar as estruturas do Estado.

Tortelli - Eu acho que é um pouco complicado isso, porque tu consegues numa mobilização sentir que o Estado não tem compromisso, tu percebes a questão mais política do Estado, quais são as artimanhas. Agora, eu sinto mais isso a nível de Rio Grande, e talvez mais a nível de região, tu tens dificuldade em entender como é que se organiza, como é que ele formula a política.

E aí tem alguns fatos concretos nossos: na greve geral uma das maneiras foi a questão do leite. Nós elaboramos uma pauta de reivindicações; só que quando nós sentamos na mesa com eles (é uma cooperativa, mas que é do governo estadual), nós não conseguimos nada. Quer dizer, fizemos uma grande mobilização, trancamos a estatal,

deixamos de entregar o leite uma semana, só que na própria negociação nós não conseguimos avanço. Os caras vêm com todo um discurso e nossas informações são superlimitadas. Os caras te argumentam por a mais b que tem que pagar o leite 30 dias depois e tu podes até dar um soco na mesa, dizer que tem que pagar dia 10, tem que pagar no segundo dia e tal. Mas os caras estão muito mais preparados para enrolar os trabalhadores do que nós para se contrapor às políticas que eles elaboram. Eu acho que nós temos que avançar nesse sentido.

Silvino - E até as próprias políticas do governo, que nem aqui no Paraná: o Paraná Rural, o Gralha Azul, um monte de coisas que estão aí, que a gente não está entendendo muito bem para onde vai isso, quais são essas políticas. Eu acho que falta muito para a gente avançar nessas questões e entender realmente as políticas dos governos.



O movimento sindical mais combativo do Sul são os pequenos proprietários. Se a CUT não atentar para isso, realmente nós cairemos fora de um processo que vai ser muito prejudicial para o movimento sindical em geral no Brasil

Proposta - E as perspectivas na luta da política agrícola? O que vocês estão vendo?

Tortelli - Essa discussão não conseguiu ainda ir para a base, mas a nível de dirigentes está se discutindo. Nós temos que tentar organizar, nos organizar, ter informações, ter pesquisa, e saber realmente quais são as lutas que podem ser tocadas e que podem ser organizadas pela pequena propriedade. Nós temos que dar uma resposta. Quer dizer, quando se pensa na política agrícola, acho que não adianta mais nós querermos pensar política agrícola colocando como a questão central a questão soja, por exemplo, preço do produto; que aí tu sabes que, se vai brigar por preço do produto na questão soja, tu estás dando mais dinheiro para o latifundio ir comprar tua terra.

Uma das coisas que a gente está sentindo, principalmente de um ano para

cá, a discussão que nós temos que tentar, é ver quais são os produtos principais, que estão ainda a nível de domínio da pequena propriedade, nos organizar em cima desses e garantir, elaborar a nossa política.

Eu acho que o avanço também que se teve é nessa questão da própria elaboração do Projeto da Lei Agrícola. Se nós conseguirmos levar esse projeto para discutir nas bases (o processo de elaboração dele não foi tão massivo), mas se nós conseguirmos voltar a discutir isso com os companheiros e vincular essa discussão com um processo de mobilização, assim, de alguma luta (por exemplo, está se delineando a nível de Rio Grande a questão do leite), se tu conseguires colocar uma questão concreta, que é a questão do leite, que atinge um grande número de produtores; e que, indo para a comunidade, indo para o município, tu envolves, além do produtor de leite, os outros pequenos produtores, tu consegues levar a discussão de que política agrícola nós queremos para a pequena propriedade. Agora, se tu deixas ela desvinculada, só leva a questão mais política, vai ser difícil nós chegarmos a discutir isso.

Nós temos que ver quais são as lutas prioritárias, nos qualificar, ter dados, e aí sim preparar as mobilizações, planejar essas mobilizações e a gente ter claro o quê que nós queremos com elas. E o quê que nós queremos até da parte do governo nesse sentido. No nosso projeto está claro que o governo vai ter que garantir a compra do produto, vai ter que garantir preço mínimo, vai ter essas sugestões todas. Quer dizer: isso vai estar colocado na lei. se nós conseguirmos passar, o que está muito difícil, vai estar na lei. E na prática, como é que nós vamos conseguir isso? Então essa é a grande questão que nós temos que aprofundar.

Anacleto - Porque é um fato meio histórico. Acho que jamais o movimento sindical conseguiu fazer um projeto de lei agrícola como a gente está fazendo agora; então já é alguma coisa. O fato de a gente conseguir fazer esse projeto de lei agrícola, e deixar bem claro a diferenciação entre a pequena e a grande propriedade, a gente conseguir fazer essas diferenças, se a lei passar ou não passar, qual é a perspectiva que a gente tem? A gente sabe que a gente não tem muita força dentro do Congresso; mas pelo menos fica bem claro o que é que o Estado defende, se ele tem interesse na pequena propriedade, que é a maioria ainda, ou não. Isso vai dar um salto no movimento sindical.

Silvino - Para os dirigentes sindicais, é um desafio a questão da capacitação do pessoal no sentido de entender as políticas do governo e entender para onde a gente direciona a luta. E trabalhar a pequena produção também é uma questão fundamental, que para mim é a perspectiva que resta aos produtores, principalmente os produtores que estão ainda na integração, etc. E outro ramo é aquilo que falei agora, que é a questão da integração, em que muitos pequenos produtores estão entrando. Quais são as políticas que o movimento

proposta nº44 maio 1990 25

sindical vai ter com esse pessoal? Vamos trabalhar esse pessoal? Para mim são os desafios que estão aí. E os próprios assalariados também são um desafio para o movimento sindical. Como a gente vai organizar essa categoria que está no nosso sindicato, mas que também não está, que está marginalizada do processo.

Tortelli - Acho, só para concluir, que uma questão está dada para o movimento sindical; e historicamente nós somos meio omissos nisso. Nós nos mobilizamos para garantir um pedacinho aqui, um pedacinho ali, mas na verdade quem está organizando a produção, quem está dando crédito, ou é o governo ou são as cooperativas. Aí nós não temos poder nenhum de influenciar. Tem a questão da própria educação. Nós não estamos influenciando praticamente nada nos colégios agrícolas, até nas universidades, nessa questão da própria formação.

Na questão dos preços, são várias questões. Ou nós entramos e começamos a pensar mais seriamente nisso e trazemos esse poder para o sindicato, ou tomamos as cooperativas que estão aí, ou organizamos alternativas de organização da produção através de pequenas cooperativas ou de associações, venda direta, etc.

Não sei para onde vai o sindicalismo. Nós estamos com as bandeiras, estamos com os discursos, com os gritos de guerra, com as formas de mobilização, etc. Mas aquilo que realmente está no dia-a-dia do trabalhador rural, do pequeno produtor, está na mão da cooperativa hoje. Então eu acho que esse é o grande passo que nós temos que dar para avançar realmente na consolidação do sindicato.

Anacleto - Gostaria de salientar que, dos últimos anos para cá, a gente tem dado um salto de qualidade nas lideranças e assessorias muito grande. Por isso a gente acredita que também vai dar um salto na questão organizativa da produção. Eu tenho essa esperança. Ela vem aos poucos se concretizando no momento em que há essa integração entre os estados. A maior esperança que a gente tem é essa. E como tivemos uma capacidade de chegar até aqui, também nós temos essa grande capacidade e essa grande responsabilidade em dar essa resposta a essa sociedade que está aí marginalizada.

Silvino - Eu só queria atentar para mais uma coisa: o movimento sindical rural mais combativo do Brasil, e principalmente nos três estados do Sul, as lideranças, os dirigentes, etc., são pequenos proprietários. Então me parece fundamental que esse pequeno proprietário esteja na luta, esteja junto, com a questão da reforma agrária, na política agrícola, na pequena produção, etc. Se a CUT não atentar para isso, realmente nós caímos fora de um processo que vai ser muito prejudicial para o movimento sindical no geral no Brasil.

Manifestação em Sarandi(RS) em 1988: fazer nossa política agrícola



Trabalhando com a Política Agrícola em São Paulo

Danilo Prado Garcia Filho *
Denise Pedroso Garcia **

Alta Araraquarense, a 600 km de São Paulo, beirando os rios Grande e Paraná, que dividem São Paulo, Minas e Mato Grosso. Este era o destino em março de 1988 da equipe do nosso projeto "Sistemas agrários na Alta Araraquarense: uma experiência integrada de extensão, pesquisa e formação", financiado pelo CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e pela Finep (Financiadora de Estudos e Projetos).

Éramos um pouco mais numerosos que um time de futebol (onze agrônomos e quatro assistentes sociais). Nossa proposta: realizar, ao mesmo tempo, um diagnóstico da pequena produção na região e um trabalho de extensão e educação junto a comunidades e organizações de pequenos produtores. Íamos trabalhar com alguns sindicatos de trabalhadores rurais da região e tínhamos o apoio da Igreja.

Sabíamos que a região havia sido uma das últimas fronteiras agrícolas do oeste do Estado de São Paulo, com grande número de pequenos proprietários e parceiros, produtores de café, arroz, milho, algodão e leite. Mas conhecíamos pouco de sua realidade, de seus problemas.

Visitamos durante as primeiras semanas de trabalho dezenas de propriedades em mais de 30 comunidades rurais, sempre com a ajuda dos sindicatos de trabalhadores rurais (de Votuporanga, Fernandópolis, Populina, General Salgado, Aparecida d'Oeste e Jales) ou de lideranças da Comissão Pastoral da

26

^{*} Agrônomo, coordenador do Proter - Programa da Terra (Assessoria, Pesquisa e Educação Popular no Meio Rural), em São Paulo.

^{**} Assistente social do Proter.

Terra (CPT) e das comunidades rurais.

A maioria dos pequenos produtores que visitamos tem menos de 10 alqueires de terra (ou 24 hectares). Muitos deles (30% segundo as estatísticas) são parceiros de café que pagam de 60 a 65% da produção para o proprietário do cafezal. Estes proprietários são também, em alguns casos, pequenos produtores de café.

Para a grande maioria destes pequenos produtores (parceiros ou proprietários), o café foi, até os últimos anos, a principal produção, aquela que permitia a subsistência da família e que trazia a maior parte da renda monetária. Mas hoje todos se queixam dos mesmos males: a baixa produção do café, a queda dos preços e a alta correção monetária dos financiamentos bancários.

As queixas não são em vão. Logo após o desmatamento da região (1940-1960), as terras não precisavam ser adubadas e davam uma boa produção. Com os anos e o desgaste do solo, os sitiantes tiveram que encontrar novas soluções. No início, não foi muito difícil: nos anos 70, o financiamento bancário tinha subsídios, o preço do café estava bom e acompanhava o do adubo.

Começou-se então a utilizar adubos químicos propagandeados pelas Casas da Lavoura e pelos fabricantes que mantiveram a produtividade da lavoura em níveis razoáveis por mais alguns anos. Mas estas técnicas não conseguiram evitar um grande desgaste do solo e hoje, em certas comunidades, os problemas de erosão são bastante graves.

No Estado de São Paulo não há Emater. O órgão de extensão rural é a Cati (Coordenadoria de Assistência Técnica Integral), da Secretaria de Agricultura, desvinculada do sistema Embrater. Em cada região, a Cati tem uma Divisão Regional Agrícola (Dira).

A partir de 1987, as coisas comecaram a apertar do ponto de vista financeiro. Empolgados pelo Plano Cruzado II, que prometia controlar a inflação, a maioria dos produtores havia contraído financiamento bancário no final de 1986. Em julho do ano seguinte - na safra - a conta estava salgada: a produção havia sido boa, mas os preços estavam baixíssimos e as dívidas, já com correção monetária plena. haviam crescido muito com a explosão inflacionária do primeiro semestre. Foi com muitas dificuldades e às vezes se & descapitalizando que os produtores

conseguiram pagar seus empréstimos.

Na safra seguinte, a empolgação com o Plano Bresser foi menor. Mas, sem recursos, muitos produtores renovavam pedidos de financiamento. O resultado foi ainda pior do que no ano anterior: a safra foi mínima (10 a 15 por sacas mil .pés), OS preços dívidas continuavam baixos e as aumentavam todos os dias com a correção monetária. Para os produtores de algodão ou de cereais, a inflação e a baixa dos preços também foram um sério problema.

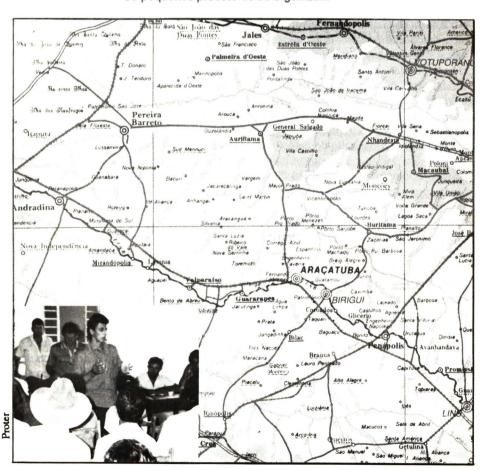
Pouco organizados para enfrentar os "maquinistas" (proprietários de máquinas de benefício de arroz e café; cerca de doze deles controlam o mercado da região) e intermediários, com pouca discussão sobre o modelo tecnológico que utilizavam, os produtores foram pegos de surpresa por esta situação. Agravou-se assim o desgaste do solo (que os produtores não puderam adubar corretamente) e o êxodo dos pequenos

produtores, sobretudo dos parceiros.

Neste contexto, logo antes da colheita de 88, começamos nosso trabalho em campo. Para encaminhar respostas às demandas dos agricultores e aos problemas detectados durante o primeiro giro nas comunidades. decidimos concentrar-nos em torno de quatro temas e formamos, para isto, quatro grupos de trabalho na equipe. Pudemos, assim, iniciar a assessoria aos sindicatos e grupos de produtores, assim como algumas atividades educativas nas comunidades escolhidas.

Um grupo ficou encarregado de estudar os problemas dos cafezais da região e levantar possíveis soluções. Um outro aprofundou o conhecimento das outras culturas presentes nas pequenas propriedades para dar resposta às freqüentes solicitações de produtores que pensavam em diversificar suas produções. Algumas novas culturas, principalmente laranja, uva e seringueiras, se introduziram na região e são fortemente propagandeadas

Na Alta Araraquarense (SP), os pequenos produtores se organizam



pelas Casas de Lavoura, pelas agroindústrias ou por cooperativas. Um terceiro grupo ficou encarregado de fazer um levantamento de algumas experiências associativas e cooperativas da região, e de ajudar os vários grupos de pequenos produtores que discutiam estas questões naquele momento. A grande maioria das cooperativas da região está nas mãos de grandes produtores ou de comerciantes e maquinistas.

Mas foi sobre o quarto tema, a política agrícola, que a situação dos agricultores exigiu respostas mais rápidas.

BREVE HISTÓRIA DA ORGANIZAÇÃO

Não começávamos do zero. Sabíamos que a região, apesar do fraco nível de mobilização, foi palco de algumas lutas importantes ainda presentes na memória dos agricultores. Mas as dificuldades de organização são grandes e a história nem sempre motivadora.

Nos anos 50 e 60 surgiram vários conflitos entre arrendatários e proprietários. Um deles, o "movimento do arranca capim", tornou-se célebre sob a liderança de Gaudino de Rubinéia, líder messiânico que passou vários anos num hospital psiquiátrico por determinação do regime militar. Nos anos 60, também, várias passeatas foram organizadas para reivindicar melhores preços para o algodão. Logo depois, veio a calmaria dos anos 70, com a repressão, os juros subsidiados e o preço alto do café.

Em 1986, a situação volta a se agitar e retomam-se as mobilizações: os produtores "trancam" os bancos por alguns dias, protestando junto com outras regiões do Brasil contra o restabelecimento da correção monetária para o crédito rural.

A maioria dos sindicatos só participou das manifestações no último momento, mais pressionados pelas bases, que por opção própria.

Em seguida, por iniciativa destes sindicatos e da Fetaesp (Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de São Paulo), várias reuniões foram realizadas, vários documentos reivindicativos foram encaminhados aos governantes. Houve, também, algumas pequenas concentrações ou passeatas. Mas nenhum destes documentos foi

As soluções começam a aparecer à medida que as organizações camponesas ataquem problemas concretos até então pouco explorados e sobre os quais existe pouca reflexão e experiência: preços, saúde, comercialização, condição da mulher

respondido, nenhuma destas manifestações trouxe resultados.

Não houve articulação a nível estadual, nem com outras regiões produtoras de café. A Fetaesp se limita a realizar alguns encontros e cursos para dirigentes, onde pouca coisa é encaminhada.

As formas de protesto são também desmobilizadoras. Não há um esforço para se levar as discussões aos bairros rurais, formar lideranças. "As pessoas não vêm nas reuniões", reclamam alguns dirigentes sindicais. Mas nada é feito para contornar a situação.

As reuniões da Fetaesp, das quais só participam os dirigentes sindicais e algumas lideranças, ao invés de servir de ponto de partida para a organização dos produtores ou de articulação de iniciativas locais dos sindicatos, acabam sendo a única forma de mobilização. Nem antes, nem depois, as propostas são debatidas pelas bases.

Além disto, os técnicos das Casas da Lavoura e da Dira sempre estão presentes. Os políticos locais e alguns prefeitos, quase sempre. Em geral, eles ocupam mais espaço nas discussões que os próprios produtores e direcionam as discussões com propostas já elaboradas. Freqüentemente, são eles que transmitem os documentos do governo, que abrem os canais de ligação entre os sindicatos e o Estado, que conseguem as audiências com o secretário de Agricultura, etc.

Os agricultores acabam assim sendo substituídos no processo de discussão e de decisão. E também na tarefa de pressionar o Estado, transferida quase sempre aos políticos que "apóiam" o movimento (prefeitos, deputados, etc.). Dificilmente quem participou destas iniciativas se reconhece neste tipo de movimento. Mais frequentes são os sentimentos de frustração e a sensação de impotência.

Sem dúvida, avançou-se um pouco na crítica à política agrícola do governo e até na elaboração de algumas propostas alternativas. Mas a região ainda não é um motor de mobilização capaz de pesar nas decisões sobre a política agrícola, ao contrário do Sul do país.

A municipalização da saúde vem completar este quadro: ela põe em cheque o assistencialismo tradicional dos sindicatos e afasta muitos associados. O Funrural mantinha assistência médica e odontológica nos sindicatos rurais, mas com a total municipalização destes atendimentos e o encerramento dos convênios com o Funrural, os sindicatos terão de eliminar a assistência à saúde.

Paralelamente ao esvaziamento dos sindicatos, várias associações de produtores têm surgido na região, incentivadas por vasta campanha dos dois últimos governos estaduais (o de Franco Montoro e o de Orestes Quércia). No entanto, poucas foram as experiências que trouxeram um ganho econômico real para os produtores, que representaram um saldo positivo de organização. Ao contrário, a maioria delas funciona com verbas estatais e algumas promovem atividades assistencialistas como os sindicatos (barbeiros, servicos despachante, desconto em dentistas, etc.).

Por outro lado, consolidaram-se ou nasceram várias oposições ligadas à CUT (Central Única dos Trabalhadores). Em Fernandópolis, a oposição cutista primeira a surgir na região - ganhou as eleições de 1985 e se reelegeu em 1988. Desde então este sindicato tornou-se referência para todos dos que são próximos da CUT. Em Santa Fé do Sul, a oposição perdeu por pouco as eleições de 1988. Parte deste grupo criou um sindicato em Santa Rita d'Oeste. defendendo uma proposta nitidamente menos assistencialista. Em Palmeira d'Oeste também a oposição perdeu por uma pequena diferença de votos.

Estes sindicatos e oposições, junto com a Comissão Pastoral da Terra (CPT), ativa desde os anos 70, e algumas associações são os que mais se preocupam em aproximar-se do dia-a-dia dos trabalhadores, em avançar na mobilização e na organização dos pequenos produtores, em discutir com eles seus problemas, em encaminhar soluções.

Mas as dificuldades que encontraram não são menores que dos outros sindicatos, e impedem - por enquanto - que se constituam em um pólo de mobilização capaz de trazer mudanças na política agrícola e na organização dos produtores. Os fracassos das iniciativas passadas do movimento sindical também valem para eles, e desmotivam muitos produtores.

Em 1987, por exemplo, aconteceu uma grande concentração de produtores promovida essencialmente pela CPT, que contou com a participação de mais de 400 produtores. De última hora, alguns sindicatos, políticos locais e até mesmo de alguns fazendeiros da UDR se associaram ao movimento.

A CPT organizou, em seguida, uma caravana a Brasília de quase 100 agricultores, para entregar ao Ministério da Agricultura o documento elaborado durante a concentração. Graças ao apoio da Contag e de um deputado do PT, uma audiência foi conseguida com o ministro. Mas nenhuma resposta ao documento foi obtida.

A UDR, aproveitando-se desta mobilização, levou também produtores da região a Brasília, em uma caravana que visava menos encaminhar as propostas da região do que fortalecer a pressão da UDR contra a reforma agrária na Constituinte. Apesar de ter uma certa influência política e de ter apoiado alguns candidatos vitoriosos nas últimas eleições municipais, a UDR não tem, na região, muita penetração entre os pequenos produtores, nem representa uma força de mobilização regional expressiva.

Além disto, os sindicatos e grupos ligados à CUT, à imagem da jovem central, ainda estão construindo sua organização e suas articulações a nível regional e nacional. Apesar de terem um peso importante nos congressos da central, os trabalhadores rurais, e sobretudo os pequenos produtores, ainda têm pouca expressão dentro do movimento sindical.

As razões destas dificuldades de organização encontram-se, talvez, na história mesmo dos pequenos produtores da região.

UNIÃO E DIVISÃO

Muitos deles não eram proprietários antes de chegar aqui. Foi com o "esforço do trabalho" (e as economias permitidas pela fase de expansão dos anos 50 e 60) que conseguiram comprar seus sítios nos loteamentos das grandes fazendas. Vindos das regiões as mais diversas, cada um trouxe consigo uma tradição, uma visão do mundo, uma cultura diferente.

De início, pouca coisa favorecia um sentimento de comunidade e de grupos nos "córregos" (é assim que se chamam os bairros rurais na região, pois os sítios foram todos demarcados em faixas que partem dos córregos e que vão até o espigão das colinas).

Este sentimento foi se criando aos poucos, graças à religião, que indiscutivelmente unia todos os membros dos bairros, e alguns costumes como a folia de reis, troca de dias de trabalho, forrós, etc. A necessidade de solidariedade na colheita e em horas de dificuldades gerava também uma certa união.

O tempo foi desfazendo estes frágeis laços. Contribuíram com isto a



facilidade de acesso aos serviços urbanos (médico, bancos, escolas, supermercados, etc.), o êxodo rural que esvazia os córregos, as mudanças no processo produtivo, a televisão, as divergências políticas, etc. "Tudo funciona no dinheiro, é preciso ter um padrinho pra conseguir as coisas". Mesmo a religião, ainda comum a quase todos os moradores dos bairros, não é mais um fator de aglutinação como antigamente.

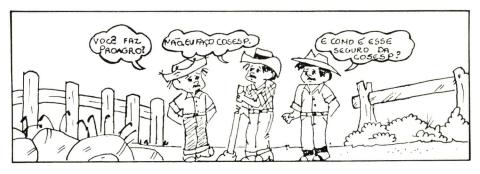
Com todas estas mudanças, trazidas pela proximidade e pelo crescimento das cidades, cada vez menos o pequeno produtor tem uma identidade própria, cada vez depende menos dos vizinhos. Seu universo se ampliou, seus hábitos, seus problemas e até seus princípios morais são, hoje, muito parecidos com os urbanos. Obviamente, fazemos referência à área urbana dos municípios desta região, não às capitais do estado. Não seria de se espantar que os agricultores se preocupassem com as lutas melhorias no sistema de saúde pública, nos transportes, contra a carestia e com outros movimentos até então urbanos, mais do que com os problemas especificamente agrícolas.

CRÉDITO E SEGURO AGRÍCOLA

Então, por onde começar?

Era junho, a colheita de café, apesar de fraca devido à seca, estava começando, e os últimos laudos da perícia do seguro agrícola estavam sendo feitos. Muitos agricultores estavam com medo de não receber o seguro do Proagro (Programa de Garantia da Atividade Agropecuária), vinculado ao financiamento bancário, não conheciam as normas do crédito e do seguro, e por isto buscavam informação e defesa junto aos sindicatos.

Optamos então por começar pelo crédito, o famoso financiamento que já levou vários produtores a perder a terra. Acompanhamos alguns casos, conversamos com agricultores, com funcionários dos bancos e das Casas da Lavoura, lemos revistas, livros, apostilas e destrinchamos o Manual de Crédito Rural; fizemos várias reuniões do grupo. Tudo isto formou um primeiro conhecimento sobre o crédito, e serviu como ponto de partida para o trabalho.



Tira da cartilha sobre seguro agrícola feita pela equipe do Proter

Uma grande parte dos agricultores sabe ler, mas raros são os que conseguem ler e entender um contrato de financiamento bancário, freqüentemente escrito em termos complicados e letras pequenas.

Para os produtores, as relações com o banco funcionam como as relações com os "maquinistas" e comerciantes, na informalidade, na confiança, na "palavra". Eles raramente se comunicam com o banco por escrito, não conhecem os prazos para comunicar os problemas da lavoura, etc.

Ora, o banco sabe perfeitamente se garantir: ele faz assinar o contrato, controla tudo à risca e, se necessário, recorre à justiça. É inútil esperar que os funcionários do banco esclareçam os produtores. No começo, foi difícil até obter as cópias dos contratos, os extratos e as informações que os agricultores precisavam.

Nos sindicatos, muita gente conhece as leis trabalhistas, mas as regras e os mecanismos de crédito eram novidade. Por isto, começamos a fazer junto com os sindicatos (associados, diretoria e funcionários) reuniões onde se discutiam casos concretos, destacando as informações principais sobre a legislação e os trâmites do financiamento e do Proagro.

Nestas reuniões, comparando os diferentes casos, os produtores percebiam todas as falhas e as manipulações dos bancos. Discutíamos, também, sobre a política agrícola e econômica do governo e sobre a organização dos produtores.

O estudo e a intervenção iam se alimentando mutuamente: ao mesmo tempo que informávamos os agricultores,

diretores e funcionários dos sindicatos, éramos informados por eles.

Ajudamos os sindicatos a resolver casos concretos, esclarecer os produtores a encaminhar e fundamentar tecnicamente os recursos, etc. Hoje os funcionários dos sindicatos em Jales e Fernandópolis já sabem resolver os casos e orientar os agricultores. Além disto, a maioria dos bancos não reage mais negativamente quando os produtores pedem cópias de documentos ou quando querem protocolar cartas.

Foi assim que surgiram duas cartilhas: uma sobre Financiamento e Proagro e outra sobre o seguro da Cosesp (Companhias de Seguros do Estado de São Paulo). O seguro da Cosesp é obrigatório para o algodão e opcional para as demais culturas.

Estas cartilhas foram discutidas com os sindicatos. Optamos, em conjunto, por um material de esclarecimento sobre os mecanismos do financiamento e do seguro, mais do que de crítica a estes mecanismos. Esta crítica seria, assim, construída em cada contato individual ou reunião, a partir da discussão e das questões levantadas por este material pedagógico, de forma a gerar uma discussão que desembocasse em ações concretas.

PRESSIONANDO OS BANCOS

Passou a colheita, chegou setembro, os problemas relativos ao seguro ainda não estavam resolvidos e já surgia mais uma preocupação: como

saldar o financiamento?

Nesta época, a Constituição estava em discussão. Uma das leis polêmicas era a anistia da correção monetária para microempresas, pequenos e médios produtores rurais que tinham contraído empréstimo bancário durante os Planos Cruzado I e II. As declarações, os conchavos, as alianças, as chances de aprovação ou não desta lei, foram uma verdadeira tortura para os produtores.

Os empréstimos venciam, a inflação disparava, aumentando o saldo devedor a cada dia. Pressionados pelos bancos e sem muita esperança de que a lei desse resultado, muitos produtores se desfizeram de um carro ou de uma vaca para pagar a dívida. Mesmo após a aprovação da anistia, os bancos continuaram pressionando os agricultores a pagar todo o saldo devedor.

Novamente os agricultores procuraram o sindicato. Em alguns casos a anistia se sobrepunha ao problema de seguro ainda não resolvido.

O texto da Constituição deixava muitas dúvidas. Buscamos informações em vários órgãos oficiais e até nos próprios bancos. Novamente foram muitas as conversas com agricultores, com as diretorias e funcionários dos sindicatos. Houve, também, reuniões para esclarecer quem tinha direito à anistia e em que condições.

Desta vez, tratou-se sobretudo de um trabalho de pressão direta sobre os bancos. O prazo era curto: para se beneficiar da anistia os produtores deveriam saldar suas dívidas até 05 de janeiro. Alegando falta de informação, os bancos recusavam-se a quitar as dívidas sem a correção monetária, como previa a Constituição.

Em alguns sindicatos, foi então elaborada uma carta formalizando o pedido de anistia. Esta carta era preenchida individualmente pelos agricultores e protocolada no banco.

Mas chegou dezembro e nada havia sido resolvido. Apresentavam-se três saídas. A primeira, era um acordo com o banco, em geral desvantajoso aos produtores. A segunda, como aconteceu em Fernandópolis e Jales, era a pressão dos "anistiados" de cada banco, exigindo ao setor de crédito rural uma resposta aos pedidos de anistia. Vários grupos de produtores dirigiam-se em massa diretamente aos bancos de Fernandópolis e Jales para exigir a agilização

dos processos. O Banco do Brasil anistiou todos os pequenos produtores imediatamente após estas pequenas manifestações. A Caixa Econômica Federal também o fez, com algun tempo de atraso.

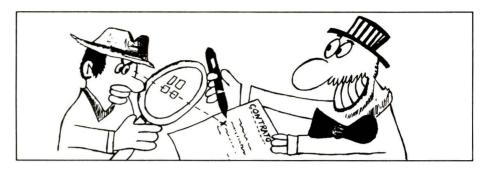
Mas nos outros bancos, inclusive no Banespa (Banco do Estado de São Paulo), foi necessário recorrer à justiça. Esta era a terceira saída. Foi necessário fazer um depósito em juízo antes do dia 5 de janeiro (quando expirava o prazo para o pagamento), mas apenas do capital e dos juros, sem a correção monetária. Para a maioria dos produtores a espera de uma decisão do juiz continua. Apenas em julho de 1989 foram decididos os primeiros processos, todos favoráveis aos produtores.

Esta pequena mobilização em torno da anistia e também o trabalho sobre financiamento e seguro agrícola serviram para colocar em pauta a discussão dos problemas enfrentados no dia-a-dia, e experimentar algumas reações coletivas. A resposta a estes problemas concretos aproximou alguns produtores do sindicato e reforçou um campo de atuação sindical que até então se restringia às amplas reivindicações de política agrícola.

As cartilhas, as reuniões e toda a vivência deste período serviu para instrumentalizar os sindicatos e os agricultores para o enfrentamento de problemas semelhantes nos próximos anos.

Mas o trabalho assim desenvolvido pelos sindicatos e pelo Proter não se restringiu apenas à solução do problema imediato. Tentamos sim, num trabalho educativo, através da informação, da construção conjunta do conhecimento e da experiência de organização, capacitar os produtores para a discussão dos problemas comuns e para o encaminhamento de soluções coletivas.

Em paralelo, agricultores e sindicatos estão discutindo alguns outros temas concretos, como a comercialização dos produtos e as fontes alternativas de financiamento (LBA - Legião Brasileira de Assistência e BNDES - Banco Nacional para o Desenvolvimento Econômico e Social). O sindicato de Fernandópolis, por exemplo, conseguiu uma verba para adquirir uma máquina de benefício de café, e para a realização de cursos sobre a política agrícola e a comercialização. Além disto, vários grupos de produtores



A cartilha espelha situações vividas pelo pequeno agricultor

apresentaram, graças à ajuda do sindicato, projetos coletivos de financiamento à LBA, que foram todos aprovados (Programa "Microunidade Produtiva Rural"). Em Santa Rita d'Oeste, também, o recém-criado sindicato deu prioridade à compra coletiva de uma máquina de silagem e encaminhou projetos de financiamento neste sentido.

Acreditamos que todas estas tentativas coletivas de resolver problemas imediatos podem levar ao questionamento da política agrícola, e também da forma individualista como se organiza a sociedade. O que permite um salto qualitativo e a geração de novas experiências de organização e de transformação da realidade.

AMPLIANDO O DEBATE

Outras questões importantes ligadas à política agrícola poderiam ter sido uma oportuna continuidade às discussões.

A principal delas é a discussão da Lei Agrícola, que deve ser votada no Congresso este ano. Mas a mobilização sobre estas questões está ainda no início. Ajudamos a realizar os únicos encontros realizados na região sobre estes temas, dois promovidos pela CPT, um pelo sindicato de Santa Rita e outro pelo sindicato de Fernandópolis.

Neles, foram discutidas a política agrícola atual e as diferentes propostas de Lei Agrícola: de um lado a proposta da Frente Ampla, representando o setor patronal da agricultura; do outro as propostas mais próximas dos

interesses dos pequenos produtores, apresentadas pela CUT e pela Contag, semelhantes em vários itens.

Levantou-se, nestes encontros, a possibilidade de apresentar propostas para o Lei Orgânica dos Municípios (mais acessível aos produtores que uma lei nacional). A partir da reflexão sobre a Política Agrícola, subsidiada pelos encontros, reuniões, conversas, etc., foi também possível apresentar algumas sugestões ao Projeto de Lei Agrícola da CUT, que ainda estava em elaboração.

Hoje, os projetos já foram encaminhados ao Congresso, mas é possível prever que não será fácil mobilizar os produtores durante os debates parlamentares.

Da mesma forma, a política do IBC (Instituto Brasileiro do Café), as negociações do acordo internacional do café, a comercialização ou os preços mínimos ficaram, por enquanto, um pouco de lado no nosso trabalho. Pouca coisa também foi discutida sobre as políticas estatais de extensão ou de pesquisa, sobre a atuação das prefeituras, sobre as constituições estaduais e municipais, etc.

Isto mostra as dificuldades de organização dos produtores. Para enfrentar estas questões, será sem dúvida necessário um longo processo de sensibilização e mobilização dos produtores.

As soluções talvez comecem a aparecer à medida que as organizações camponesas ataquem problemas concretos, até então pouco explorados e sobre os quais existe ainda pouca reflexão e experiência.

Alguns sindicatos percebem esta necessidade. Eles preocupam-se, hoje, com o trabalho de esclarecimento e de formação dos produtores sobre as regras do financiamento e do seguro, sobre a política de preços do governo e o funcionamento dos mercados. Buscam, juntamente com os produtores, alternativas econômicas, elaborando projetos, discutindo a compra e venda conjunta, ou outros temas de interesse imediato.

Eles começam também a se preocupar com a defesa concreta e a ação coletiva dos agricultores frente aos bancos (para o respeito das leis, para garantir a transparência e o esclarecimento dos produtores, para impedir o leilão de uma propriedade, etc.). Trata-se, para todos, de um tipo de atuação bastante novo.

Neste sentido, a solidariedade que se desenvolveu na região durante a briga pela anistia foi um bom começo. O próximo passo seria a capacitação dos líderes e representantes, para que possam reproduzir com mais agilidade esta mesma experiência localmente, em seus bairros e municípios.

São significativos os esforços de alguns sindicatos e produtores na organização da comercialização direta e no enfrentamento dos intermediários. Jales (onde existe uma cooperativa dirigida por pequenos produtores), Fernandópolis e Santa Rita d'Oeste avançaram nesta direção.

Todos estes campos de ação são extremamente férteis para a organização e a conscientização dos produtores. Pois, é discutindo o relacionamento com os bancos, com o Estado e com os intermediários, que se pode avançar no entendimento dos mecanismos da sociedade atual.

É também por aí que os produtores podem se instrumentalizar

para começar a experiência concreta da resistência e da transformação da realidade. É assim, sobretudo, que podem surgir novas formas de organização, de solidariedade, de colaboração, de produção.

PLANEJANDO O FUTURO

Para nós, esta primeira fase de trabalho foi extremamente importante. Foi em grande parte acompanhando todas estas experiências que ficamos conhecendo a região, os problemas dos pequenos produtores, das suas organizações e suas dificuldades de mobilização.

Foi também assim que os produtores e as organizações nos conheceram. Com eles, avaliando tanto as atividades de assessoria e de educação desenvolvidas, quanto o diagnóstico realizado, pudemos definir, no início do segundo semestre de 1989, os objetivos para a continuidade do trabalho.

Deveremos nos concentrar, nesta nova etapa, em torno de algumas prioridades. Uma delas é o apoio às organizações ou aos grupos que buscam, junto com os produtores, soluções concretas para seus problemas. Este apoio vai desde uma ajuda para a discussão dos problemas (problemas técnicos, preços, saúde, condição da mulher, sindicalismo, etc.), até a assessoria aos projetos (comercialização, máquinas em conjunto, criação de associações, grupos de produção das mulheres, etc.).

outros estados. Neste sentido, apoiamos várias trocas de experiências entre os produtores da região, ou com produtores de outras regiões.

Realizamos no final de setembro

Pretendemos, também, contribuir

com a articulação destas experiências a

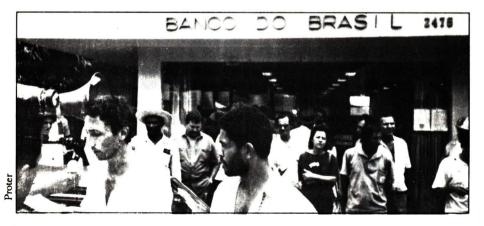
nível regional, com outras regiões e com

Realizamos no final de setembro do ano passado, por exemplo, junto com outras entidades, o I Encontro dos Grupos Organizados para a Comercialização Direta de Alimentos do Estado de São Paulo, que contou com a participação de mais de 50 representantes de organizações de agricultores ou de trabalhadores da cidade (Secretaria do Abastecimento do Município de São Paulo, Fraternidade e Apoio Cristãos do Vale do Ribeira, Associação Comunitária de São Bernardo do Campo, Compras Comunitárias do Itaim Paulista, Rede de Apoio à Reforma Agrária e Frente Nacional do Trabalho). Um novo encontro, com mais entidades, está marcado para março deste ano.

Pretendemos enfim testar, junto com as comunidades nas quais trabalhamos, algumas alternativas técnicas e econômicas capazes de aumentar a resistência dos produtores na terra. Ao mesmo tempo que vamos aprofundando o conhecimento das técnicas e dos problemas dos pequenos produtores, vamos acompanhar uma série de experimentos em propriedades, ajudar na criação de viveiros coletivos de mudas enxertadas de café, estudar com os produtores os solos de seus sítios, divulgar algumas técnicas novas, etc.

Sem dúvida, isto exigirá de nós o preenchimento de certas falhas que constatamos em nosso trabalho. Teremos que reforçar nossa competência em certas áreas como a comercialização, a montagem de projetos, o acompanhamento dos mercados e da política agrícola. Precisaremos também melhorar nossa capacidade de comunicação, de formação de lideranças, de produção de materiais pedagógicos, etc. Não são, afinal, estes os desafios que unem as organizações de trabalhadores e as entidades de educação e assessoria?

O protesto no BB deu certo



Vale do Guaporé: política agrícola na fronteira **

O Vale do Guaporé é uma região de fronteira. Em duplo sentido: fronteira da expansão capitalista e fronteira territorial, próximo à divisa do Brasil com a Bolívia, no Mato Grosso (MT). O rio Guaporé é quem o batiza e define o sentido geográfico da microrregião.

Pontes e Lacerda e Vila Bela da Santíssima Trindade são dois municípios da microrregião Alto-Guaporé-Jauru onde se desenvolve o trabalho educativo da equipe da FASE. Estão a cerca de 420 quilômetros de Cuiabá, capital do Mato Grosso. Moram atualmente no Vale cerca de 100 mil pessoas, mais da metade na zona rural.

É uma região de extrema concentração de terras, marcada por conflitos fundiários, com tudo aquilo que geralmente vem associado a eles no Brasil: mortes, tocaia, repressão policial e milícias privadas formadas por jagunços.

No início da década de 70, no município Pontes e Lacerda. ocorreram violentos conflitos entre jagunços e posseiros, na Gleba Sestolin. Tropas do Exército intervieram. É dessa época também o genocídio dos índios Nhambikwara, quando as grandes fazendas do Vale do Guaporé se instalaram com ajuda de incentivos fiscais da Sudam (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia).

Esses conflitos se tornam compreensíveis a partir de dois dados fundamentais. Em primeiro lugar, a fertilidade do solo da região. É terra muito boa, que atrai tanto latifundiários quanto camponeses expulsos de várias outras regiões do estado e do país. Em segundo lugar, a abertura da estrada BR-364 (Cuiabá-Porto Velho) - cujo traçado chegou a ser alterado pelos fazendeiros para beneficiá-los na ocupação da região - facilitou o acesso, ao cruzar a área.

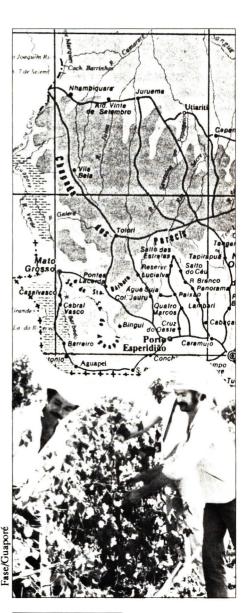
É preciso acrescentar mais alguns dados, entretanto, para entender os conflitos. O Estado do Mato Grosso possui oficialmente 74,85% de sua superfície "titulada". As aspas são necessárias porque os processos de titulação de terras são muito duvidosos e é grande a superposição de títulos, fator que frequentemente envolve conflitos. O potencial de terras devolutas, no entanto, não é desprezível. Equivalem a duas vezes a extensão do Rio Grande do Norte ou da Paraíba, ou a três vezes os Estados do Espírito Santo ou Rio de Janeiro. A situação do Vale do Guaporé não se distingue neste sentido da existente a nível de todo o Estado do Mato Grosso.

OS EDUCADORES E O CAMPESINATO

A equipe que trabalha atualmente nos municípios de Vila Bela da Santíssima Trindade e Pontes e Lacerda (q:atro técnicos) tem sua origem na Associação de Solidariedade às Comunidades Carentes de Mato Grosso, que no início da década de 80 trabalhava na periferia de Cuiabá e, posteriormente, passou a desenvolver também trabalhos na zona rural. Apenas

um dos técnicos se incorporou mais tarde, em 1987, ao grupo.

O trabalho rural era desenvolvido em conjunto com a Comissão Pastoral da Terra de Mato Grosso (CPT-MT). Eram desenvolvidos miniprojetos com duração nunca superior a nove meses. A opção por trabalhar nesses dois municípios se deu a partir da percepção de que o Vale do Guaporé era uma região de fronteira agrícola, com um permanente fluxo de interesses contraditórios e graves problemas sociais. A experiência dos primeiros anos, contudo, revelou a necessidade de uma ação mais permanente e consistente. Daí, os técnicos decidiram



O algodão ajuda a resistir ao latifúndio no Guaporé

^{*} Este artigo foi construído a partir de documentos da equipe FASE/Guaporé e do Movimento Lavradores Unidos, com a participação da equipe e texto final de Ricardo Tavares, assessor da FASE. Técnicos da equipe FASE/Guaporé: Carmela Pezzuti, Claudia Maria Calorio, Vicente José Puhl e Murilo Pinto da Silva (in memoriam)

discutir uma proposta de trabalho com a FASE e se incorporaram à entidade.

Uma das principais constatações que estimulou a equipe a optar pelo trabalho na região e buscar organizar uma intervenção mais permanente foi a de que existe ali um espaço para a produção camponesa singular dentro do Estado do Mato Grosso. Mesmo sem a titulação da terra assegurada, um número expressivo de posseiros luta pela sobrevivência e procura um espaço de inserção social como pequenos produtores.

A maioria dos trabalhadores rurais da região do Vale do Guaporé é constituída por posseiros. Eles são oriundos dos estados do Sudeste (Minas Gerais e São Paulo) e do Nordeste Ceará, (principalmente Sergipe Alagoas). São trabalhadores que migraram na perspectiva de obtenção da terra. Normalmente. tiveram passagem pelo Paraná, onde cultivaram café e algodão. Posteriormente passaram pelo Mato Grosso do Sul e, atraídos pela promessa de terra disponível para compra a preco baixo (ou mesmo de reforma agrária), chegaram ao Valo do Guaporé.

Estes grandes fluxos de migração se dão a partir do início da década de 70 e se intensificam na década de 80, continuando ainda hoje. A predominância na região é de posseiros inseridos em diferentes processos de acesso à terra.

No processo de ocupação das terras há diferentes móveis no interior do campesinato, que constituem inclusive importantes indicadores sobre sua diferenciação interna.

Os "desbravadores" são grupos minoritários que se aglutinaram em torno da ocupação de terras improdutivas e que hoje estão praticamente extintos. Ocupavam a terra, dividiam os lotes e vendiam parte deles, para promover uma capitalização inicial. Há também casos de venda total da área ocupada. Recebiam apoio de políticos e comerciantes locais, muitas vezes.

Esse tipo de ação motivou acusações das autoridades governamentais e de setores patronais, que denunciavam a "indústria da ocupação". Estes grupos praticamente desapareceram em função da maior disposição à permanência na área, à diminuição das terras não tituladas e, também, à forte repressão (oficial ou não) que dizimou muitos deles.

Outros grupos de posseiros são

conhecidos como "compradores". De maior peso na região, eles compram direitos de posse em localidades mais ou menos afastadas, a baixo custo, usando para isso suas economias. Visam estabilizar-se na área, especulando menos com a terra. O grande problema é a descapitalização, pois o pouco que possuem investem na compra da terra. Muitas vezes se sujeitam a vender a terra obtida para latifundiários, por não ter como tocar o trabalho.

Embora predominem posseiros. há também na região arrendatários e assalariados. Por ter na pecuária, atividade que utiliza pouca mão-de-obra, uma de suas explorações principais, o Vale do Guaporé não abriga uma quantidade expressiva de assalariados. Os poucos assalariados são submetidos a mais brutal exploração, às vezes até mesmo à escravidão branca, nas fazendas de pecuária. Uma usina de álcool instalada em Vila Bela, a Alcomat, criou exclusivamente em torno de si uma zona de assalariados muito pequena.

Existe ainda um grupo de meeiros. São lavradores vindos nos fluxos de migração, que ainda não conseguiram recursos para comprar uma posse.

A intervenção educativa da equipe tem privilegiado os posseiros, especialmente o grupo que adquire terra com recursos próprios e mostra maior disposição à permanência na terra. A possibilidade de desenvolvimento de uma produção autônoma pelos posseiros, no entanto, esbarra na tendência geral do capitalismo no campo, ou seja: uma política agrária e agrícola refratárias à pequena produção.

A REGIÃO

Para se visualizar o cenário onde essa produção camponesa tem a possibilidade social de realização na fronteira agrícola brasileira, é preciso indicar quais são os atores que se movimentam em torno.

O latifúndio pecuarista é a exploração econômica predominante na região. Caracterizou-se nas décadas de 70 e 80 pela maciça utilização da violência, como já dissemos. Nos dois últimos anos, entretanto, essa violência vem se reduzindo. O último conflito armado data de 1986. Mas a questão fundiária continua irresolúvel: a maioria dos

posseiros ainda não possui títulos que legalizem a ocupação da terra e, em meados de 1988, o Incra distribuiu títulos de terra para latifundiários.

Uma das formas alternativas do latifúndio tem sido a compra de lotes de posseiros descapitalizados. O apoio da repressão oficial diminuiu um pouco. O governo do estado, apesar de ter baixado um decreto proibindo a intervenção da PM em conflitos de terra, a partir de pressões generalizadas a nível local, nacional e internacional, continua se fazendo presente nesses casos, ainda que de forma mais discreta.

O segundo grande interesse capitalista existente na região é o capital agroindustrial, presente a partir da entrada de agroindústrias voltadas à produção, processamento e comercialização de algodão. A primeira iniciativa destas empresas foi investir em produção própria em grandes fazendas, mas em seguida buscaram a integração da produção de algodão por pequenos produtores.

Nesta medida, acreditamos que o interesse do capital agroindustrial na região se contrapõe, de certa forma, dos interesses do latifúndio pecuarista, tendo em conta que a forma de exploração buscada tem sido a produção integrada, que pressupõe basear-se na pequena produção (contraditória pois com interesses do latifúndio pecuarista).

O capital comercial tem origem local. São os "marreteiros" que visam a compra da pequena produção de banana, milho, feijão e arroz. Não se observa tendência a financiamento da produção; é compra pura e simples.

O extrativismo é outra forma de exploração capitalista presente no Vale do Guaporé. É pouca a madeira beneficiada na região. A extração é enviada para Cuiabá e estados do Sul. Firmas exploradoras de borracha também estão se implantando na região, mas ainda não chegaram à fase de produção.

Outra situação que vale assinalar é o potencial de exploração mineral da região. Um exemplo: no município de Araputanga, vizinho a Jauru, já se encontra instalada a mineradora Manaita/BP, sociedade do grupo Roberto Marinho com a British Petroleum. Só em 1988 retiraram 1,5 tonelada de ouro.

Outro dado interessante é que 75% das áreas do Vale utilizadas para mineração estão nas mãos de grupos multinacionais, e que só em Pontes e

Lacerda já existem cerca de 4 mil garimpeiros.

A presença do Estado é um ponto extremamente relevante, tanto pelas características de sua presença quanto pela sua ausência. A região do Vale do Guaporé tem sido um chamariz tanto para o latifúndio quanto para os lavradores. Tradicionalmente, a presença do Estado tem sido marcada pelo favoritismo em relação aos interesses do latifúndio. A intervenção da Polícia Militar foi uma constante, até 1987, quando esta prática foi atenuada. Naquele momento, no entanto, noticiou-se que cerca de 40% dos policiais trocaram seu emprego na PM pelas milícias dos latifundiários.

Os escritórios da Emater mobilizam três técnicos em Pontes e Lacerda e um em Vila Bela, mas sua atuação não é muito eficaz. Criam associações sem critério e estes organismos usualmente passam a ser controlados por fazendeiros e políticos. O acompanha-

mento do Crédito Rural faz com que o trabalho desses técnicos se volte para os grandes proprietários, pois os posseiros, sem títulos de terra, estão completamente à margem do financiamento público.

O estímulo ao associativismo parece ser orientação oficial. Inúmeras agências têm atuado neste sentido: LBA, Funabem, Procera, Fundec, etc. O clientelismo político e eleitoral é componente básico nessas iniciativas.

O Banco Mundial é outro ator econômico que intervém na área. Financiamentos do Bird, repassados ao governo federal, sustentam o Polonoroeste, projeto de grande porte. Vila Bela e Pontes e Lacerda são dois dos 16 municípios abarcados pelo Polonoroeste.

Os objetivos do Polonoroeste segundo o discurso oficial eram em princípio contribuir para a melhoria das condições de vida da população carente. Previa-se inicialmente o assentamento de 17 mil famílias, através de projetos de colonização. Posteriormente, este número

Carroça de burro leva a lavoura branca (milho, arroz e feijão) para vender.
Os posseiros esbarram numa política agrária e agrícola refratária à pequena produção

caiu para 5 mil famílias e, em meados dos anos 80, os executores do projeto e o Banco Mundial decidiram eliminar a previsão de assentamentos. O Vale do Guaporé é, assim, uma região sem assentamentos dirigidos.

Mais recentemente, o Banco Mundial suspendeu o financiamento ao Polonoroeste, a partir de pressões de organizações internacionais de defesa da ecologia e dos índios, e determinou a realização de um zoneamento agroecológico da região.

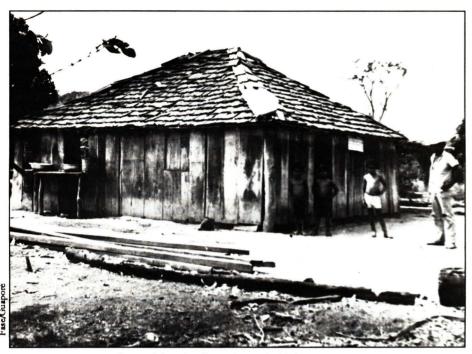
O governo brasileiro, no entanto, continua perseguindo a liberação de um empréstimo de US\$ 167 milhões, para desdobramento da primeira fase do financiamento. Em janeiro deste ano, ocorreu mais uma rodada de negociações entre técnicos do Banco Mundial e do governo.

A ferrovia Leste-Oeste, empreendimento estatal e privado, cortará o Vale quando estiver pronto, dentro de alguns anos, o trecho ligando Cuiabá a Porto Velho, na segunda etapa de sua construção. A primeira etapa ligará Uberlândia(MG) a Santa Fé(SP) e estará pronta em três anos. A segunda etapa terá dois bracos: Cuiabá-Santarém e Cuiabá-Porto Velho, quando então passará pelo Vale do Guaporé. O principal mentor desta ferrovia é o empresário Olacir de Moraes ("o maior produtor de soja do mundo"), grande latifundiário naquela região, que também começa a plantar algodão em larga escala.

Outro aspecto estratégico importante a ser ressaltado é a construção da estrada ligando Cáceres, no Mato Grosso, a Santa Cruz de la Sierra, na Bolívia. Esta estrada se ligará, na Bolívia, à rodovia Panamericana, que leva ao porto de Arica, no Chile, abrindo uma passagem para o Oceano Pacífico, cobiçada pelos exportadores de produtos primários brasileiros.

Também uma hidrovia está entre os empreendimentos que cortam o Vale do Guaporé. Ligará, a partir de Cáceres, o rio Uruguai à Bacia do Prata. O objetivo desta hidrovia é principalmente subir com combustível e descer com matéria-prima (madeira, produtos agrícolas, etc.). Boa parte desta obra está concluída, o que prenuncia uma catástrofe ecológica: ela corta o Pantanal Mato-Grossense transportando combustível.

Muito provavelmente todas essas iniciativas não estão se dando de forma isolada, na medida em que está em



Casa típica dos lavradores do Vale, construída por eles próprios

fase final a decisão sobre implantação de uma Zona de Processamento de Exportações (ZPE) no município de Cáceres(MT), incluindo a abertura de uma agência da Cacex.

O Profao (Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira da Amazônia Ocidental), ou Calha Sul, é o mais novo instrumento de intervenção do governo federal e está subordinado diretamente ao Gabinete Militar da Presi dência da República. Somente no ano passado os prefeitos da região participaram da discussão sobre o novo programa em Cuiabá.

A região, como se vê, é estratégica do ponto de vista econômico e político.

POLÍTICA AGRÍCOLA

Os posseiros do Vale do Guaporé podem estar totalmente marginalizados da política agrícola oficial. Mas não estão livres dos seus efeitos. O capital e o Estado têm grandes projetos para a região, com prioridades já definidas e objetivos ambiciosos. Tudo isso aumenta o interesse pelas glebas de terra nas mãos dos posseiros e cria novas questões para a sua sobrevivência e para a intervenção educativa da FASE.

É como se a gente, com muito sacrifício nosso e de nossa família, construirmos nossa casa no nosso pedaço de terra. Plantamos e fazemos a nossa criação. Somos de repente surpreendidos por animal do mato. Lá se vai nossa roça de milho, as galinhas, os porcos.

Se a gente fica parado e não enfrenta, não adianta plantar e criar outra vez. O animal vem e leva. Aí perdemos a colheita, os porcos, as galinhas e muitos dias de serviço. Então a gente chega à conclusão que temos de perder dia de serviço para caçar o animal. (...)

Mas para caçar o animal é preciso conhecer o animal que caçamos. Não é a mesma coisa caçar um gambá do que estar no meio de um bando de queixada, ou muito menos enfrentar uma onça. (...)

O gambá é um animal pequeno, arraia miúda, é fácil. Já o queixada ataca em bando, é preciso ter manha, com mais companheiro e bem municiado. Agora a onça, esta é o animal perigoso, exige muito preparo, muita experiência e malícia.

Isto é apenas uma comparação, porque todos nós sabemos quais são os animais que nos roubam mais. A onça, o

gambá e o queixada atacam porque estão com fome, agora os outros animais nos atacam porque querem se apossar de todas as riquezas do mundo, querem ser maior que todos.(...)

Mas o homem que é homem. aquele que acredita em si mesmo e na sua classe, pode enfrentar toda classe de animais. É uma questão de tempo e oportunidade. Para isto estamos construindo o Movimento. Abrindo picadas e plantando nossos marcos de luta, temos de trocar idéias e ver quais os animais tivemos condições de enfrentar. quais aqueles que temos condições de enfrentar e quais ainda não temos condições de enfrentar.

Acertamos alguns gambás e estamos enfrentando outros com as Associações. Podemos não ter condições de cutucar a onça e quando for mexer com ela não é para cutucar, é para enfrentar. Mas algum queixada que nos anda rondando já não dá para enfrentar? Trocamos idéia sobre o enfrentamento na exploração da compra do algodão. (...) Trocamos idéia sobre o perigo cada vez maior de perder a própria terra, motivado pelos interesses cada vez maior da região.

Mas não se abre picada apenas trocando idéia, não se enfrenta animal algum apenas trocando idéia, é preciso plantar nossos marcos de luta. (Preparação do I Encontro do Movimento de União dos Lavradores do Vale do Guaporé, 1989, mimeo.)

Em dezembro de 1989, 50 lavradores se reuniram na Primeira Assembléia do Movimento União dos Lavradores do Vale do Guaporé, articulando trabalhadores de Vila Bela e Pontes e Lacerda. Foi um momento importante e um salto qualitativo no processo de organização dos lavradores do Vale do Guaporé. Mas tudo isso tem história.

A partir de 1986, o trabalho da FASE se deu a nível de nucleação de grupos de lavradores e de desenvolvimento de atividades de formação e treinamento, para negociações de preço do produto com as agroindústrias de algodão, e de lutas pela terra e por estradas vicinais. Este trabalho se desdobrou na criação de associações de produtores em várias localidades. Foram instaladas também pequenas máquinas de beneficiamento de arroz com o apoio da FASE.

A Primeira Assembléia do Movimento de União dos Lavradores do Vale do Guaporé foi o coroamento desse trabalho, que procurou articular as lutas econômicas com a acumulação de forças para o enfrentamento da questão sindical. Uma nova assembléia está prevista para dezembro de 1990.

Uma avaliação das lutas desenvolvidas até agora é feita pelo próprio movimento:

O direito ao título de terra ainda não conquistamos. Não conquistamos o direito de melhorar para a nossa produção, na condição e assistência ao plantio, basta ver a doença no algodão este ano.

A condição para o preço, basta ver o preço do arroz, do nosso arroz, porque o do supermercado, tem preço. O milho a dez e até cinco cruzados. Se fosse botar na ponta do lápis...

O movimento começou com o direito de comer o arroz que produzimos, o arroz da despesa. Todos sabemos que a exploração existe(...) E aí vem a chupança da gente. É a renda muito alta, é o roubo do frete que muitos companheiros têm de pagar, o dia de serviço que se perde.

Esta foi a primeira picada que o Movimento começou a abrir.(...) A picada foi aberta, o marco de luta plantado (Preparação do I Encontro dos Lavradores do Vale do Guaporé).

Um dos objetivos da equipe no momento é apoiar o movimento na criação de um Centro de Treinamento Agrícola para lideranças, capaz de ser útil ao Movimento em todo o Vale do Guaporé. As perspectivas da intervenção se dão em dois níveis: a questão da produção e a questão organizativa em suas diferentes formas (sindical, associativa, etc.).

O fato do Vale do Guaporé ser uma região nova, com terras de boa qualidade, potencializa a busca de alternativas pela pequena produção. Esta viabilidade das alternativas é reforçada pelo possível aproveitamento das "brechas" detectadas nas contradições de interesses do capital na região (o interesse das agroindústrias se contrapondo aos interesses do latifúndio pecuarista).

Um exemplo que pode ser dado concretamente é o aproveitamento do interesse das agroindústrias no estímulo à produção integrada de algodão. Com isto se divide a classe dominante e se pressiona pela obtenção do título da posse da terra.

A concorrência entre as cinco agroindústrias de algodão implantadas na

região também pode permitir melhor negociação de preços, obtendo condições mais favoráveis no contrato da produção integrada.

De dois anos para cá, a cultura do algodão vêm se implantando como alternativa econômica para o campesinato. Porém, isso não se dá sem problemas de ordem econômica e técnica. Problemas de ordem econômica tais como a descapitalização dos lavradores, que os obriga a manter relações de financiamento com os intermediários ou mesmo com algumas algodoeiras. As algodoeiras dominam a situação, na medida em que o Estado não está interessado até agora em desenvolver mecanismos eficientes de atuação, por exemplo, via Emater.

A relação comumente mantida entre as firmas de algodão e o campesinato dá-se da seguinte maneira: eles compram as sementes das algodoeiras e vendem o algodão somente para elas (o preço é fixado pelas algodoeiras). E aí surge um novo problema: as sementes utilizadas na região não têm se mostrado capazes de evitar doenças no algodão. Os solos já estão contaminados e os prejuízos dos lavradores são grandes. Outro aspecto problemático são os juros dos financiamentos feitos diretamente pelas algodoeiras, pois são mais altos do que os juros bancários.

O capital comercial compra dos lavradores gêneros tais como banana, milho, etc. Esta diversificação pode criar a alternativa de aumentar ou diminuir a produção de algodão.

SINDICALISMO

Até meados de 89 havia só o sindicato de Vila Bela, sediado em Pontes e Lacerda. Recentemente, houve o desmembramento e hoje são dois sindicatos, que não têm nem nunca tiveram uma atuação autêntica. O movimento sindical do Vale do Guaporé, neste sentido, não se diferencia da quase totalidade dos 56 sindicatos trabalhadores rurais de Mato Grosso. É um movimento sindical amorfo, pelego e sem tradição de luta. A atuação desse movimento sindical nas comunidades é fraguíssima.

A equipe entende que o sindicato terá de assumir a luta pela posse da terra (e titulação definitiva), pela saúde e educação dos lavradores, pelo incentivo

e assistência à pequena produção, pela comercialização (preço, armazenamento, etc.) e outras. Todas essas lutas tendem hoje a adquirir um caráter de enfrentamento político mais explícito na região.

As associações voltadas para a defesa dos interesses dos lavradores das comunidades, mas articuladas entre si e apoiando-se mutuamente, foram a base da realização da Primeira Assembléia do Movimento de União dos Lavradores. Suas lutas mais setorizadas, envolvendo pequenos benefícios mais fáceis de serem alcançados, se revelaram como forma privilegiada de aglutinação e mobilização de núcleos de lavradores.

Na medida em que as associações se consolidam, alicerçadas em lutas e pequenas melhorias conseguidas, permitem uma intervenção educativa mais sistemática, o horizonte de lutas se amplia, aparecendo a ocasião de enfrentamentos mais globais (envolvendo a forma de organização sindical). É neste momento que se coloca a questão sindical.

A organização sindical ampliaria a luta pela eliminação de intermediários de algodão, surgindo possibilidade através dos contratos diretos de se criar contratos coletivos. O Centro de Treinamento seria útil nesta direção: formação, treinamento em nego- ciação coletiva e pesquisas tecnológicas como munição para negociações.

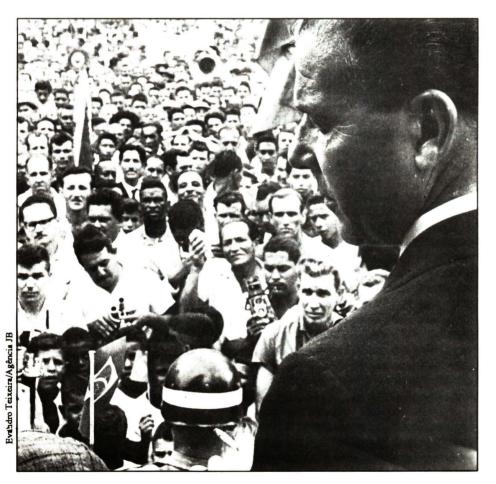
A luta pela reforma agrária se dinamiza também no contexto da questão sindical. Luta pelo acesso, posse, estabilização e legalização da terra. Que envolve também a discussão sobre a política agrícola (a formulação e a gestação de novas políticas agrícolas por parte dos agricultores). A organização sindical deverá ser o instrumento privilegiado na luta pela reforma agrária e pela política agrícola. Neste sentido, a discussão sobre novas tecnologias surge como um ponto importante, a ser tratado através do Centro de Tecnologia Agrícola articulado pelo movimento.

Agricultura e reforma agrária no planejamento econômico (1963 - 1985)

Este artigo é o resumo livre de um texto de Nelson Giordano Delgado publicado no livro Desenvolvimento e crise do cooperativismo empresarial do Rio Grande do Sul (Secretaria de Coordenação e Planejamento, Fundação de Economia e Estatística, Porto Alegre, 1985), feito por Ricardo Tavares e Jean-Pierre Leroy, assessores da FASE. Apresenta e discute uma instância particular de intervenção do Estado na sociedade brasileira: os diversos planos de desenvolvimento preparados pelo governo federal a partir da década de 60.

Boa parte desses planos é abandonada e não implementada, como resultado de conflitos que se agudizam na sociedade e ao nível do aparelho de Estado. Tais planos, no entanto, representam discursos ideológicos importantes através dos quais é possível perceber as diferentes visões das frações dos grupos dominantes a respeito dos problemas da agricultura e do desenvolvimento a partir dos anos 60 e também a capacidade dos movimentos sociais de imprimir sua presença no planejamento econômico.

13 de marco de 1964: último ato de Jango



O PLANO TRIENAL 1963-65

O Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social foi formulado como uma tentativa de fazer face à grave crise econômica e principalmente político-institucional em que estava mergulhada a sociedade brasileira no início dos anos 60. Acentuava-se a crise político- institucional desencadeada pela renúncia de Jânio Quadros em 1961 e pela tentativa de impedir a posse de João Goulart, mas que refletia, entre outros fatores, a nítida mobilização política dos trabalhadores industriais e agrícolas, do campesinato e de segmentos da classe média. Estes setores reivindicavam uma maior participação na estrutura de poder e, consequentemente, nos frutos do rápido progresso econômico anterior, ensaiando projetos alternativos para o conjunto da sociedade brasileira. Radicalizavam-se, assim, os conflitos de interesses, ameacando a ruptura do pacto populista bem ou mal prevalecente desde o período Vargas.

Ênfase especial era dada no Plano Trienal às chamadas **reformas** de **base**, que incluíam as reformas administrativas, bancária, fiscal e agrária.

No que se refere ao setor agropecuário, o plano diagnostica um "descompasso entre a agricultura e a indústria". E, segundo ele, o principal obstáculo à modernização e à adequação do setor agrícola brasileiro aos requisitos do desenvolvimento econômico e social no início dos anos 60 é, sem qualquer dúvida, a estrutura agrária: "O mais sério obstáculo à exploração racional da terra em bases capitalistas e do permanente aprimoramento tecnológico da atividade agrícola" (Brasil, Presidência, 1962. Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social 1963-1965, síntese, p. 140).

O plano define a estrutura agrária do país como "arcaica e obsoleta". Os dados do Censo Agropecuário de 1950 utilizados apontam para uma estrutura fundiária com predominância da combinação latifúndio/minifúndio, onde 51,2% do número total de estabelecimentos recenseados (e que se concentram nos grupos de área total de menos de 20 ha) utilizam apenas 3,4% da área total recenseada; e 1,6% do número total de



As ligas camponesas imprimiram o seu programa no Plano de Metas

estabelecimentos (situados nos extratos de 1.000 ha e mais de área total) ocupa 50,8% da área total. (Br. Pres., 1962, p. 141.)

Parece claro que o Plano Trienal concebe a estrutura agrária da época como causadora de dois tipos de distorções fundamentais. Por um lado, ela gera graves injustiças sociais no meio rural, impedindo a melhoria dos níveis de vida do campesinato brasileiro, mergulhado na pobreza e na marginalização.

Por outro lado, ela representa um obstáculo à própria industrialização na medida em que, ao mesmo tempo que obriga uma transferência de renda do meio urbano para o rural - pressionando, direta ou indiretamente, as margens de lucro da indústria pelo encarecimento dos produtos agrícolas -, essa transferência de excedente não se converte em estímulo à industrialização pela abertura de novos mercados, seja de bens de produção, seja de bens de consumo industriais. Seu único resultante é aumentar a renda da terra, esterilizando-se por princípio. O objetivo da reforma agrária seria, então, o de eliminar esses dois tipos de distorção.

Sem dúvida é difícil discordar do diagnóstico do plano no que toca ao primeiro ponto: é indiscutível que a elevada concentração de estrutura fundiária brasileira agravou e agrava as condições de reprodução do campesinato, tornando-o um grupo social praticamente

marginalizado (e mesmo excluído) do processo de desenvolvimento econômico.

Apesar do plano visivelmente subestimar a heterogeneidade do campesinato brasileiro, está claro hoje que a intensa modernização de agricultura sem reforma agrária, ocorrida na década de 70, teve como conseqüência acentuar a diferenciação social desse campesinato, pauperizando e expulsando do meio rural um vasto segmento de pequenos produtores - em particular os não proprietários - precisamente das regiões onde a modernização foi mais intensa (particularmente no Rio Grande do Sul e no Paraná).

Quanto ao segundo ponto - a estrutura agrária como obstáculo à modernização agrícola e à própria industrialização -, o diagnóstico do plano, visto retrospectivamente, mostrou-se totalmente incorreto. A agricultura no Brasil nunca representou um obstáculo à continuidade da industrialização.

Há, também, aparentemente, uma identificação indevida entre grande propriedade e latifúndio, entendido este último como um sistema de propriedade e uso da terra que implica relações de poder político entre o proprietário e a comunidade de camponeses sem terra, agregados e os mecanismos de extração do excedente gerados pelos produtores diretos.

Sem dúvida, o latifúndio, assim considerado, predominava em grandes áreas de agricultura brasileira - especialmente no Nordeste - mas sua generalização para todo o espaço agrícola - basta pensar na região Centro-Sul - é claramente equivocada. Dessa forma, ao fazer a generalização o plano menospreza a capacidade de modernização da grande propriedade agrícola, seja através da produção capitalista direta, seja através do arrendamento a capitalistas agrários.

A contrapartida da generalização do latifúndio é a generalização do campesinato minifundiário sem terras e a perigosa desconsideração de uma importante produção familiar - mais uma vez concentrada no Centro-Sul - não necessariamente capitalista, porém totalmente mercantil e capaz de responder prontamente aos estímulos derivados do mercado e da política agrícola.

Dessa forma, o plano subestima consideravelmente a capacidade de ajustamento da agricultura brasileira, mesmo sem alterações na estrutura fundiária, a mudanças no mercado e na política governamental.

Deixa de considerar, em especial, as consequências da expansão da fronteira agrícola em curso no período (particularmente no Paraná, Mato Grosso e Goiás), subestima o dinamismo do mercado agrícola do Centro-Sul, o

mais importante do país - talvez como consequência da indevida e apressada generalização para toda a agricultura brasileira de uma visão mais apropriada a segmentos da agricultura nordestina - e desconsidera os efeitos da política agrícola desenvolvida desde a década dos anos 50.

Esta política agrícola dos anos 50 teve ênfase na instalação de uma rede de transportes e armazenamento, tendo em vista melhorar as condições de comercialização, mas também adotou medidas visando desenvolver a pesquisa tecnológica, ampliar a assistência técnica e subsidiar o crédito rural e a importação de insumos, máquinas e equipamentos requeridos pela modernização do setor. Seja como for, o plano propõe um programa de desenvolvimento agrícola segundo o qual a ação governamental deveria centrar-se em algumas políticas de mercado e tecnologia, visando o aumento da oferta de bens de produção para agricultura e a reforma agrária.

Entre as políticas de mercado e tecnologia, destacam-se: 1) política de pesquisa e fomento agrícola adequada às regiões; 2) política de crédito agrícola; 3) política de preços mínimos.

No que diz respeito à reforma agrária, o plano não apresenta uma proposta concreta. Apenas arrola, nas diretrizes para as reformas de base, objetivos mínimos a serem considerados pela reforma agrária: fim do pagamento da renda da terra para o trabalhador que ocupe por um ciclo agrícola completo terras virgens; garantia de indenização para foreiros e arrendatários há mais de dois anos em uma propriedade, nos casos de expulsão; extinção da renda da terra para o trabalhador com renda familiar mensal até um salário-mínimo; desapropriação "para pagamento a longo prazo" de todas as terras necessárias à produção de alimentos que não estivessem sendo utilizadas.

O PAEG - 1964-66

O Paeg (Programa de Ação Econômica do Governo) representa o programa do primeiro governo militar pós-64. Seus objetivos declarados são acelerar o desenvolvimento econômico, conter a inflação, reduzir os desníveis econômicos setorias e regionais, criar novos empregos e corrigir os déficits no balanço de pagamentos.

A agricultura, no diagnóstico do Paeg, emerge como um setor retardatário, "ameaçando comprometer a expansão de todo o conjunto" (Brasil. Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, Programa de ação econômica do governo, 1964-1966, 1965, p. 92).

Esta conclusão, como vimos, é similar à inferida pelo Plano Trienal. Ou seja, a incapacidade de modernização da agricultura compromete as perspectivas

de crescimento da economia como um todo porque representa, tendencialmente, uma pressão inflacionária de intensidade crescente. Pois o seu crescimento insuficiente tem levado a contínuas crises de abastecimento.

Para o Paeg, não há absorção de progresso técnico na agricultura brasileira. Se há maior produtividade nas áreas agrícolas novas do que nas áreas de exploração mais antigas, é por causa da fertilidade natural das primeiras. A tendência altista dos preços agrícolas dar-se-ia nas regiões antigas por declínio de fertilidade do solo (que impede que a produção acompanhe o crescimento da demanda) e nas regiões novas por causa dos custos de transporte e das deficiências do sistema de comercialização. Acrescenta a isso o baixo nível cultural dos agricultores, que lhes impede de aplicar as modernas técnicas de produção.

À semelhança do Plano Trienal, a estrutura agrária, ou seja, a predominância do sistema latifúndio/ minifúndio, é apontada como uma das determinantes da não-adoção de melhorias técnicas no campo brasileiro.

O Paeg conclui, assim como o Plano Trienal, que a adoção de progresso técnico na agricultura brasileira pressupõe a implementação pelo Estado de uma reforma agrária.

É importante destacar que com o Paeg se encerra uma visão da agricultura brasileira, por parte do Estado,



.

que a encara essencialmente como um problema, um obstáculo estrutural à continuidade do crescimento econômico e que exige a sua intervenção para realizar uma reorganização da estrutura fundiária em vigor, diagnosticada como fator limitador efetivo à possibilidade de modernização tecnológica do meio rural.

Nesse aspecto, há uma continuidade significativa entre o Paeg e o Plano Trienal - por mais contrastantes que fossem as forças sociais de apoio aos governos que os conceberam - que os distinguem marcadamente dos planos de desenvolvimento dos governos posteriores, onde a política fundiária ou é reduzida a projetos de colonização e assentamento, ou é circunscrita a áreas de conflito de terra, ou é mera figura de retórica.

Grande parte dessa ênfase na reforma agrária é conseqüência lógica do diagnóstico dos dois planos sobre a predominância do sistema latifúndio/minifúndio no meio rural brasileiro, sua aversão estrutural ao progresso técnico e à impossibilidade de romper o círculo vicioso que aí se instala pelo simples manuseio de políticas de mercado.

No entanto, boa parte dessa ênfase deve-se também ao momento histórico de crise política por que passava o capitalismo brasileiro na época em que foram concebidos esses planos. Algumas formas de manifestação dessa crise estavam ligadas estreitamente ao meio rural - ascensão política do campesinato, crise de abastecimento e escassez de gêneros alimentícios e elevação de seus preços, déficit no balanço de pagamentos, etc. Mais: todas foram unificadas e encaminhadas em torno da luta pela reforma agrária. Assim sendo, a reorganização do sistema econômico. requerida pela retomada do crescimento econômico, era percebida como implicando alguma intervenção do Estado no meio rural.

Isso fica muito claro no caso do Plano Trienal, que é formulado precisamente como uma tentativa de reorganização do sistema capitalista que levasse em conta no mínimo os interesses do campesinato brasileiro, indiscutivelmente associados à reforma agrária.

Mas é também perceptível no caso do Paeg que, embora fruto de um governo autoritário e antipopular que reprime as lideranças sindicais e camponesas, considera a reforma agrária um instrumento de "modernização" do capitalismo brasileiro (daí a ênfase na "empresa rural" que se encontra no Estatuto da Terra, aprovado em 1964, principal instrumento para a reforma agrária na concepção do governo Castello Branco) e de redução dos conflitos sociais e políticos no campo através da cooptação assistencialista e corporativa do campesinato -, cujos ecos ainda retumbam incomodamente.

O PED - 1968-70

O governo Costa e Silva representa o início da consolidação hegemônica, nos grupos dominantes no aparelho de Estado pós-64, da idéia (e prática) da modernização da agricultura sem reforma agrária.

De modo geral, antes de 1964 a burguesia rural brasileira argumentava pela desimportância da reforma agrária e a inoportunidade da extensão da legislação trabalhista ao campo, priorizando a desigualdade das relações agricultura/indústria, e da falta de apoio da política estatal como as causas principais do atraso e da pobreza no campo brasileiro. Nesse sentido, sua reivindicação era pelo decidido apoio do Estado à capitalização da agricultura como única forma de eliminar os problemas do setor.

Do ponto de vista da burguesia industrial, a continuidade do crescimento industrial era vista como exigindo rápidas transformações do setor

A questão agrária foi parar no quartel, sem a "intromissão" da sociedade civil agrícola por razões muito próximas às apresentadas nos diagnósticos do Plano Trienal e do Paeg. No entanto, isso não implicava uma proposta de rompimento com os grandes proprietários de terra e, embora um processo restrito de reestruturação fundiária fosse apoiado por setores da burguesia industrial, a ênfase fundamental era novamente na modernização tecnológica capaz de elevar a baixa produtividade do setor e ampliar o mercado interno industrial.

Aqui, havia uma clara coincidência entre as reivindicações dos grupos dominantes industriais e agrários, clamando por um maior apoio do Estado, especialmente através da política de crédito capaz de financiar a aquisição pelos agricultores das máquinas e insumos (industriais) requeridos pela transformação tecnológica da agricultura. (Leonilde Sérvolo de Medeiros, A questão da reforma agrária no Brasil, tese de mestrado, USP, 1982, cap. 4.)

No início dos anos 60, duas entidades de articulação políticoempresarial-militar contra o governo Goulart, o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad) e o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes), apresentam propostas que destacam não apenas a necessidade de modernização tecnológica mas também propõem uma reforma agrária.

Com a derrota do governo Goulart, o primeiro governo pós-64 esteve vivamente influenciado pelo chamado "grupo ipesiano", que propunha modernização com algum tipo de reforma agrária. Mudanças institucionais, como o Estatuto da Terra (Lei 4.504, de 30 de novembro de 1964) estão inseridas nesse contexto.

No governo Castello Branco, o governo federal instrumentalizava-se para a realização de uma reforma agrária a partir de uma política intervencionista bem definida.

"(...) o governo militar separava o problema social e econômico, representado pela concentração fundiária, da questão política, das mediações - os sindicatos, as ligas camponesas, os partidos e grupos políticos - que se interpunham entre os trabalhadores do campo (...) e o Estado (...) Entendido portanto que as medidas reformistas eram necessárias, mas que os grupos e as

mediações políticas para concretizá-las eram desnecessários e nocivos." (José de Souza Martins, A militarização da questão agrária no Brasil, Rio de Janeiro, Vozes, 1984, p. 31.)

Tratava-se, sim, de reformar o campo com vistas à modernização tecnológica e à redução das tensões sociais, mas o pressuposto para isto era "(...) a despolitização da questão fundiária e a exclusão política do campesinato das decisões sobre os seus próprios interesses, que redundam basicamente em restrições severas à cidadania dos trabalhadores do campo. Além, é claro, do banimento da atividade política no campo.")(Martins, 1984, p. 32).

Mesmo este "reformismo autoritário" do governo Castello Branco foi seriamente contestado por segmentos das classes dominantes agrárias e acabou sendo abandonado em um processo que se inicia em 67-68 e se completa na primeira metade dos anos 70. Parece claro que a concepção de modernização com reforma agrária predominante no governo Castello Branco não desaparece totalmente no governo Costa e Silva. Na verdade, sua derrota definitiva só será completa nos governos Médici e Geisel.

A reivindicação principal da burguesia agrária era a modernização tecnológica e a adoção por parte do Estado de uma política financeira que a estimulasse amplamente e viabilizasse (sem qualquer necessidade de reformulações, mesmo que tópicas, na estrutura fundiária).

Nesse sentido, na medida em que o governo excluía a participação dos camponeses e trabalhadores rurais no apoio político à reforma agrária - e em que o apoio da burguesia industrial seria, na melhor das hipóteses, tímido - parece claro que o ensaio reformista liderado pelo grupo ipesiano não tinha base política de sustentação da classe dominante e poderia, no máximo, irritar os interesses agrários dominantes, de cujo apoio, inclusive, o novo governo não se podia ver dispensado.

Naquele momento, as possibilidades do projeto de modernização almejado pela burguesia agrária encontravam-se bastante comprometidas pela política econômica restritiva e recessiva dominante no período 1964-67. A política prioritária de combate à inflação impôs

um considerável arrocho creditício que, obviamente, não poderia deixar de repercutir sobre o volume dos empréstimos oficiais ao setor rural, inviabilizando a tão almejada política financeira para a modernização. (Paulo Bastos Cezar, "A política agrícola no Brasil", 1981, mimeo.)

A necessidade de apoio político do novo governo valorizou as possibilidades de manobra da burguesia agrária, força importante nas negociações com os governos estaduais e no próprio parlamento, ainda em atividade. A partir de 68-69, a mudança na política anti-inflacionária e a conjuntura inter nacional favorável viabilizam a modernização sem reforma agrária.

O Programa Nacional de Política Agrícola tendo como objetivo prioritário a modernização da agricultura, a partir de 1968 passa a operar com saldos crescentes de empréstimos, aos quais se somam, após 1973, com a aceleração da inflação, subsídios crescentes. Isso até 1977, quando a política se redireciona no sentido da redução dos volumes de empréstimo em termos reais e também dos subsídios.

Um conjunto de mudanças em outros instrumentos de política agrícola ocorre no período: a) a transformação, a partir de 1966, da política de preços mínimos em um mecanismo basicamente financeiro, através da priorização das operações de EGF (Empréstimo do Governo Federal, financia a estocagem pelo produtor, para aguardar preço) em

A partir de 68/69, muda a política antiinflacionária. O governo financia a modernização conservadora, sem reforma agrária, como queria a burguesia detrimento das de AGF (Aquisição do Governo Federal, executa a compra do produto pelo governo para formação de estoques oficiais); b) a política de minidesvalorizações cambiais, a partir de 1968, e de incentivos e subsídios fiscais e creditícios às exportações, o que aumentou consideravelmente a sua rentabilidade absoluta e relativa; e c) a criação, no início dos anos 70, da Embrapa e, principalmente, da Embrater, viabilizando a difusão de pacotes tecnológicos modernizadores, pelo menos entre os agricultores do Centro-Sul. (Cezar, 1981, p. 33, 88 e 44).

É neste contexto que é elaborado o Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED) do governo Costa e Silva. O PED marca o abandono da política de estabilização do governo anterior e o início da política econômica expansionista que, gracas à conjuntura muitíssimo favorável. internacional desembocaria no chamado "milagre brasileiro" do período 1967-73 e viabilizaria o padrão de modernização da agricultura brasileira sem reforma agrária que passou a ser conhecido na literatura sobre a questão agrária no Brasil como "modernização conservadora". Para o PED, as transformações do setor agrícola são consideradas sempre do ponto de vista dos interesses de uma economia urbano-industrial, em que o aumento da produtividade é o principal instrumento através do qual os trabalhadores rurais serão favorecidos.

As referências à reforma agrária são escassas. Em uma das raras menções, afirma que ela deverá exercer-se "(...) através da implantação das seguintes linhas principais: elevação da produtividade e mudança da estrutura agrária pelo sistema de tributação; facilidade na aquisição e legalização da propriedade rural; e desenvolvimento das zonas prioritárias de reforma agrária, notada- mente no Nordeste, Rio de Janeiro, Brasília e Rio Grande do Sul." (Brasil. Min. do Planejamento, Programa Estra- tégico de Desenvolvimento, 1967, p. 80)

Algumas ênfases novas, que caracterizariam a política agrícola a partir de então, serão introduzidas pelo PED, tais como: a necessidade de incorporação dos cerrados, o incentivo à agroindustrialização e a preponderância dos programas de colonização como

veículo de reorganização da estrutra agrária.

Em relação à modernização do sistema de abastecimento, os produtos prioritários são a carne, o leite, os principais cereais e produtos hortigranjeiros. A principal recomendação é a unificação dos órgãos federais que atuam no abastecimento - Sunab, Cobal, CFP, Cibrazem - sob uma única empresa. Além disso, o PED recomenda maior agressividade nos mercados externos através de mecanismos financeiros que estimulem as exportações.

METAS E BASES 1970-72

Metas e Bases para a Ação de Governo é o plano de ação do governo Médici. É composto por dois instrumentos de programação: o novo Orçamento Plurianual de Investimentos (1971-83) e o I Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (1972-74). Define metas e objetivos nacionalisticamente ufanistas. O objetivo síntese, basta dizer, seria o " ingresso do Brasil no meio desenvolvido até o final do século." (Brasil. Presidência, Metas e Bases para a Ação do Governo, 1970, p. 15).

A meta principal é o controle da inflação e a estratégia global da intervenção governamental seria consecução de um desenvolvimento mais integrado: "(...) menos dependente de um só setor - a indústria - e de um só fator dinâmico - o processo de substituição de importações - do que foi o período do pós-guerra. Isso significa, particularmente no Centro-Sul, a integração de um desenvolvimento industrial acelerado com um crescimento mais rápido da agricultura do que na fase anterior, para permitir uma expansão complementar de demanda nos dois setores (simul- taneamente), capaz de sustentar o aumento do PIB no ritmo programado de pelo menos 7 a 9 por cento ao ano." (Br. Pres., 1979, p. 24-25.)

O Metas e Bases se distingue dos planos anteriores por inaugurar uma preocupação que se manteria viva nos planos seguintes: uma vez retomado o crescimento industrial no Centro-Sul, é fundamental que este seja consolidado e legitimado por dois tipos de integração.



Soja sendo preparada para exportação

A integração econômica das regiões atrasadas (como o Nordeste) e, principalmente, das regiões novas ou de fronteira (como o Centro-Oeste e o Norte) de modo a abrir o mercado e ampliar o espaço econômico de atuação do capital (nacional e estrangeiro), multiplicando as oportunidades de investimento e alargando, no tempo, a fase cíclica de crescimento acelerado por que passava a economia. Esse esforço de integração regional estaria a cargo do Programa de Integração Nacional (PIN). Complementarmente, haveria o Programa de Integração Social (PIS).

É interessante que o Metas e Bases ainda revele uma certa tensão a respeito do papel a ser desempenhado pelas áreas de fronteira agrícola no desenvolvimento capitalista. Pois se, por um lado, as regiões de fronteira são vistas como espaços abertos à ocupação pelo capital (como parece ser o caso nas regiões dos cerrados), por outro elas ainda também são vistas como locus para a absorção de mão-de-obra,

compensando a redução da taxa de crescimento do emprego rural por efeito da modernização tecnológica.

Apesar das oscilações do Metas e Bases e do PIN, já em 1970 o governo Médici extinguia o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (Ibra), subordinado à Presidência da República, e criava o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), fazendo dele uma simples autarquia. Isso significava a redução da questão agrária a uma questão setorial menor. Em 1973, o governo Médici consolidou definitivamente as posições contrárias à reforma agrária.

Ao mesmo tempo - o que se fortalece ainda mais no governo Geisel - reduz-se a importância da colonização oficial na Amazônia, enfatiza-se a sua "vocação regional" para a pecuária, e os grandes agentes da ocupação econômica da fronteira amazônica passam a ser as grandes empresas agropecuárias, nacionais e estrangeiras.

Resolveu-se a tensão, presente no início do governo latente no Metas e

proposta nº 44 maio 1990 43

Bases, acerca do papel das regiões de fronteira no desenvolvimento capitalista, deixando de lado a concepção que as encarava como locus privilegiado para o arrefecimento da questão fundiária no país e a favor de sua ocupação pelos grandes capitais nacional e internacional, em uma política ideologicamente expressa como de criação de pólos de desenvolvimento na região amazônica.

O I PND - 1972-74

O I PND (Plano Nacional de Desenvolvimento) é um instrumento de programação que complementa o Metas e Bases (ambos elaborados durante o governo Médici) sem apresentar qualquer mudança significativa. A ênfase geral recai na modernização do capitalismo brasileiro e no que diz respeito à agricultura o destaque é para a diversificação da pauta de exportações de produtos agrícolas não tradicionais e a consolidação do Brasil no mercado mundial. O Pró-Rural aparece como um dos instrumentos financeiros da política social, ao lado do PIS e do Pasen.

O PND é fruto do período de rápida expansão conhecido como "milagre brasileiro" - cujo auge se inicia em 1970 - em sua concepção ufanista de que o Brasil, enfim, estava rompendo a barreira do subdesenvolvimento e ingressando não apenas no rol dos países desenvolvidos, mas galgando, mesmo, as posições mais elevadas em seu ranking.

O I PND consegue reunir - com a truculência tecnocrática característica da época - alguns dos mais pobres lugares-comuns da ideologia autoritária conservadora e realizar a façanha estilística de definir da forma mais ideológica e circular possível o tão famoso (na época) "modelo brasileiro de desenvolvimento".

O interesse adicional do I PND em relação ao Metas e Bases é que caracteriza com mais clareza e detalhes a concepção acerca da estratégia regional subjacente à proposta prioritária de integração nacional Metas e Bases.

"Ao mesmo tempo em que se consolida o núcleo desenvolvido do Centro-Sul, através da criação de regiões metropolitanas, controle da poluição e construção da estrutura integrada de Indústria e Tecnologia, implantar-se-ão novos pólos regionais, notadamente o agroindustrial do Sul, o industrial-agrícola do Nordeste e o agropecuário do Planalto Central e Amazônia." (Brasil. Ministério do Planejamento, **Plano Nacional de Desenvolvimento**, 1971, p. 9)

O que transparece é uma proposta de integração, no que diz respeito à agricultura, ao chamado complexo agroindustrial, em fase de grande expansão e internacionalização no período. Isso faz sentido em relação ao padrão de modernização tecnológica da agricultura brasileira então em curso.

É relevante destacar que com o I PND se inaugura a política de desenvolvimento regional através da implantação de grandes programas setoriais de desenvolvimento para o Norte, Nordeste e Centro-Oeste, sob a égide do governo federal. Na verdade, essa centralização da política de desenvolvimento regional é um corolário da proposta de integração nacional



No governo Figueiredo os pequenos agricultores começaram a peitar a política agrícola

formulada pelo governo Médici e reflete a centralização política operada no pós-64 e a relativa autonomia conquistada pelo aparato tecnoburocrático e militar, hegemônico no governo federal, na formulação das diretrizes da política e dos programas de desenvolvimento econômico em relação às oligarquias regionais.

É evidente que essa autonomia relativa diz respeito à formulação da política e dos programas, já que os interesses regionais se impõem com vigor no momento da sua execução e da alocação concreta de recursos financeiros correspondentes.

Esse processo reflete, com efeito, uma luta política complexa no âmbito das oligarquias regionais, com o enfraquecimento de alguns de seus segmentos e o fortalecimento de outros, em função de sua capacidade política e econômica de influenciar e canalizar para seus interesses as medidas postas em prática para modernizar a atividade econômica regional e adequá-las às direções e padrões assumidos pelo crescimento econômico nacional e de aliar-se aos grupos e setores líderes desse crescimento.

Os programas de desenvolvimento agrícola do Norte e Nordeste acabam representando tentativas de homogeneizar a base produtiva da agricultura nacional - à imagem e semelhança da agricultura do Centro-Sul -, no sentido de adequá-las aos padrões de modernização tecnológica impostos pela internacionalização, consolidação e expansão do complexo agroindustrial, pela crescente mercantilização padronizada da produção agrícola e intensificação de sua participação diversificada no mercado mundial.

Daí a recorrente insistência desses programas na eliminação da chamada agricultura de subsistência (que não passa do jargão oficial no período para designar a agricultura camponesa), no fortalecimento da empresa agrícola, na disseminação do uso de insumos modernos e na implantação de programas de industrialização de produtos agrícolas regionais.

E daí que seus instrumentos de execução - apesar das intenções que não precisam ser necessariamente enganosas, de promover ensaios de reorganização fundiária - acabam, na letra e na prática, reduzindo-se à manipulação do sistema

de incentivos fiscais e creditícios que, além de atrair capitais de fora do setor e da região, seleciona os produtores potencialmente abrangíveis pelos programas, favorecendo as iniciativas de "caráter empresarial" e subordinando e eliminando os pequenos produtores reproduzindo nas áreas abrangidas pelos programas no Norte e Nordeste, as características e os efeitos sociais perversos magnificados pelo modelo de modernização tecnológica adotado no Centro-Sul.

O II PND - 1975-79

O II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento) é o plano de ação do governo Geisel. Nele, desaparece de maneira geral o tom ufanista característico do governo anterior. Como ajustar a economia brasileira à nova situação internacional, marcada pelo choque do petróleo em 1973 (os preços internacionais do produto disparam no momento em que o país importava dois terços do seu consumo interno) e a desaceleração do crescimento industrial anterior são as grandes questões.

Um dos elementos dessa estratégia será a diversificação das fontes de crescimento do PIB (Produto Interno Bruto), por meio de uma maior contribuição da agricultura, da pecuária, da agroindústria e da mineração. Para o II PND, a política de energia passa a ser peça decisiva da estratégia nacional, com ênfase no incremento da prospecção de petróleo, na hidroeletricidade e na pesquisa de fontes energéticas alternativas.

Quanto ao desenvolvimento rural, ressalta a "vocação do Brasil como supridor mundial de alimentos, matériasprimas agrícolas e produtos agrícolas industrializados" (Br. Pres., 1974, p. 41). Desse modo, o destino principal da produção agrícola brasileira passa a ser o comércio internacional. Como opção estratégica, isso representa uma certa novidade.

Do ponto de vista regional o II PND coloca a necessidade de uma nova etapa de integração nacional, a fim de reduzir o hiato entre o Nordeste e o Centro-Sul (que cresce a taxas superiores ao resto do país) e possibilitar a ocupação produtiva da Amazônia e do Centro-Oeste.

Em relação ao Nordeste, o II

PND enfatiza, na área agrícola, a execução de programas de desenvolvimento em áreas integradas e de desenvolvimento da agroindústria. Quanto à ocupação produtiva da Amazônia e Centro-Oeste, o plano menciona o Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (Polamazônia), o programa de Desenvolvimento de Recursos Florestais, a execução de programas especiais (como, por exemplo, o Programa Especial de Desenvolvimento do Pantanal).

Em relação ao setor agrícola, o II PND não apresenta grandes novidades. A par da ênfase na vocação exportadora de produtos agrícolas do país - que parece indicar uma opção pela internacionalização também na agricultura -, o plano segue o modelo de modernização agrícola proposto e implementado desde o final dos anos 60 e a proposta de integração nacional contida no I PND; com sua concepção de que o desenvolvimento regional é um problema a ser encaminhado pelo governo federal através da formulação e execução de grandes programas e projetos especiais.

Em relação à Amazônia, firmou-se ainda mais, no governo Geisel, a concepção já presente em governos anteriores, especialmente no governo Médici, de que a ocupação econômica da região deveria se pautar pelo estímulo à iniciativa privada, o que significou aqui estímulo à instalação e expansão de grandes empresas agropecuárias e agrominerais que se enquadravam perfeitamente na proposta de implementação de grandes projetos de exportação do II PND.

Como diz Martins, a grande empresa capitalista ou o grande grupo econômico, sulista ou internacional, é o agente econômico da centralização da questão regional e da questão fundiária, especialmente na Amazônia. (Martins, 1984, p. 57.)

O III PND - 1980-85

O III PND (Plano Nacional de Desenvolvimento), o plano de desenvolvimento do governo Figueiredo é, indiscutivelmente, o mais pobre dos documentos até agora analisados. Concebido como um documento de caráter qualitativo, reproduz uma série de lugares-comuns formulados em um nível de grande generalidade. É impossível evitar a impressão de que se trata de um

documento meramente formal, impotente e incapaz de formular uma estratégia de adaptação da economia brasileira à crise interna do modelo econômico e às pressões oriundas do exterior.

Para enfrentar as dificuldades a curto prazo, o plano propõe reduzir as importações e incrementar as exportações. O aumento das exportações será viabilizado sobretudo pela contribuição da agricultura, setor que "(...) detém a liderança em termos de vantagens comparativas internacionais". (Brasil. Presidência, III Plano Nacional de Desenvolvimento - 1980-85, Brasília, 1980, p. 25.) É preciso, portanto, implementar uma política econômica e comercial estimulante para o setor primário de modo a viabilizar uma expansão rápida das suas exportações.

No início do governo Figueiredo, como já aparece no III PND, lança-se a prioridade à agricultura, com um estardalhaço que coincide com o reaparecimento na cena nacional do então ministro da Agricultura, Delfim Neto, marginalizado no governo anterior.

É o momento em que se espera (como está no plano) que a agricultura contribua para a solução da crise do endividamento externo (aumento das exportações), da crise energética (produção de álcool combustível) e para o aumento da produção de alimentos básicos. Foi visível, no entanto, a incompatibilidade desses três objetivos de política.

Foram adotadas algumas medidas no sentido de aumentar a participação de pequenos e médios agricultores no crédito agrícola. Mas, enquanto durou, a prioridade agrícola aplicou-se mais aos produtos de exportação e à produção de cana-de-açúcar do que aos alimentos básicos. A partir da ida ao FMI (Fundo Monetário Internacional), em 1982, o que restava de prioridade agrícola desaparece, e a agricultura é também submetida a uma política recessiva com redução e encarecimento do crédito rural e progressiva eliminação de subsídios.

Política agrícola: do discurso à prática

Guilherme Costa Delgado *

A inclusão na Constituição de 1988 de todo um capítulo (Arts. 184 a 191) sobre "política agrícola, fundiária e de reforma agrária"; e ainda a norma aí contida que preconiza a elaboração um ano após a promulgação, de uma "lei agrícola" - (Art. 50 das Disposições Transitórias), suscitaram debates em diferentes setores sobre questões agrárias, vistas sob as mais distintas óticas político-ideológicas.

Estando o eixo temático das atuais discussões sobre política agrícola referenciando aos aspectos mais próprios da ordem jurídica, aprofunda-se a partir desta discussão o próprio reexame da "questão agrária", muito embora a leitura conservadora da Lei Agrícola restrinja-se aos aspectos funcionais da política agrícola, desconsiderando importantes aspectos das relações sociais de produção.

Os limites deste artigo não permitem uma discussão exaustiva sobre política agrícola a partir dos projetos de lei agrícola ora em discussão no Congresso. Mas, é possível apresentar algumas idéias representativas de diferentes posições doutrinárias, confrontando-as, ao mesmo tempo, com a prática concreta dos atores sociais principais que ao longo das últimas décadas têm realizado suas demandas reais em termos de ação governamental. Ao lado disso, as instituições públicas e seu aparato técnico-burocrático executam essas concepções e ao fazê-lo introduzem outras determinações no campo concreto da tomada de decisões governamentais, produzindo-se como resultante as diversas políticas agrícolas.

À guisa de simplificação e síntese vou resumir algumas principais correntes de pensamento e de controle do poder político, identificando suas propostas e dilemas no atual estágio das discussões.

Há uma leitura neoliberal sobre política agrícola a partir da qual seus autores propugnam basicamente o seguinte programa:

a) liberação dos mercados das intervenções governamentais que alteram preços relativos dos insumos e produtos agrícolas, tomando-se o mercado externo por paradigma; e

b) confinamento do Estado às funções típicas para "investimento em capital social básico (estradas, educação, saúde, energia e comunicação); serviços ligados à estrutura de produção (pesquisa, assistência técnica, defesa sanitária, fiscalização, informação, proteção à natureza) -, mas também a aplicação de instrumentos de mercado (crédito, preços de garantia e seguro rural), com sentido social...". (Alberto Veiga: "Fundamentos de Uma Política Agrícola para o Brasil" - Agroanalysis IBRE-FGV - Set 1989 - p. 27).

Diferentemente da citada posição neoliberal, prevalecem em distintos segmentos burocráticos, acadêmicos e de

^{*} Técnico de planejamento e pesquisa do IPLAN/IPEA, doutor em economia pela Universidade de Campinas.



:

representação do empresariado apelos ao Estado no sentido ora de estabilização do mercado, ora de defesa do nível de renda dos produtores; ou ainda de fomento à produção, seguido de apoio à comercialização contra os riscos peculiares de preços e de produção na atividade rural. Essa segunda versão, certamente mais próxima dos apelos reais dos empresários, muito se aproxima das teses keynesianas da demanda efetiva.

Aplicada à agricultura essa posição pressuporia um setor estatal fortemente dotado de recursos e instrumentos monetários-financeiros de fomento à produção (crédito rural, preços mínimos, seguro rural etc.), enquanto que as formas de garantia para comercialização (realização dessa produção) dependeriam de um conjunto outro de operações de política econômica de âmbito mais geral (política cambial, política salarial, subvenções à exportação, subvenções ao consumo interno, formação de estoques públicos etc.).

O grande problema dessa versão de política agrícola reguladora simultaneamente da produção e da demanda é o ônus do desequilíbrio endógeno que contém. Esses desequilíbrios, refletindo seja a descoordenação das decisões públicas de política econômica, seja a própria assincronia entre o caráter privado de decisão de produção agrícola e as condições sociais para realização dessa produção, refletem-se em instabilidade de preços e quantidades, além de repercurtir fortemente nas finanças públicas.

As duas versões citadas neoliberal e keynesiana - estão apresentadas de forma em que se silencia sobre
o que aparentemente é o mais importante
no debate atual sobre política agrícola:
as instituições públicas e a estrutura
agrária, aí entendidas tanto as relações
de propriedade, quanto as relações de
trabalho.

Em verdade este silêncio é também em grande parte a prática da oligarquia grande proprietária que ao longo dos últimos 50 anos vem se albergando em distintos aparatos de política agrícola (IAA, IBC, CTRIN/DTRIG, Ceplac, CFP/MA, Bacen, Irga etc.), usufruindo de benefícios, subvenções, patentes, contratos de exclusividade e um sem-número de concessões e privilégios cujo conhecimento e controle

escapam à grande maioria da opinião pública.

Esse setor mais tradicional, hoje fortemente representado pela UDR, fala eventualmente o discurso neoliberal, ou - quando interessa - a versão keynesiana da intervenção. Mas o discurso que mais utiliza com o fito de justificar benefícios é o da defesa de um genérico setor rural, contra as taxações, confiscos e expropriações que o Estado realizaria em desfavor de um produtor rural inespecífico.

O objeto próprio da reivindicação dos movimentos sociais dos trabalhadores e pequenos produtores, relativamente à política agrícola, é algo que está ausente nos discursos convencionais sobre esta questão. E mesmo propostas do tipo social-democrata, como se propõe a ser o programa do PSDB, para citar um exemplo mais explícito, tratam a política agrícola de maneira bastante convencional, remetendo a um tópico final justaposto para defesa da reforma agrária, sem maior conexão à sua política agrícola explícita.

Ora, é preciso entender que uma política agrícola consistente com uma proposta ampla de reforma agrária ou de apoio a grupos organizados de pequenos produtores coloca outras questões para formulação de uma lei agrícola. Estas propostas devem explicitar a heterogeneidade estrutural e os diferenciados interesses sociais do

O silêncio sobre modelo de assentamento, diferenciação dos produtores rurais e objetivos da produção, significa que a chamada "caixa de ferramentas" da política agrícola se concebe só para a empresa capitalista

meio rural brasileiro.

Nesse contexto, os critérios para desapropriação de terras são apenas um dos elementos normativos propiciadores desse novo caráter da política agrícola. Há que avançar muito ainda na legitimação dos diferentes modelos de assentamento; no reconhecimento das múltiplas formas associativas emergentes nesses processos; na criatividade e informalismo dos contratos de crédito rural (tipo operação troca-troca por exemplo); e num sem-número de novas relações sociais e mercantis que se criam num processo novo e efetivamente transformador, que deve ser a legitimação da cidadania a uma parcela expressiva da nossa população rural.

É preciso ter clareza tanto para o que se diz, quanto para o que se silencia nessa questão da política agrícola. O silêncio sobre modelo de assentamento, forma de organização, diferenciação dos produtores rurais, objetivos da produção etc. significa que a chamada "caixa de ferramentas" da política agrícola e comercial (crédito, preços mínimos, seguro agrícola, estocagem pública, assistência técnica etc.), se concebe exclusivamente para a empresa capitalista, organizada em bases individuais ou sob a forma de sociedade ações. Estes estrategicamente maximizam lucros privadamente; mas requerem um Estado que adote medidas "ex-ante" e "ex-post" para regular suas margens de lucratividade pelo acesso privilegiado aos benefícios fiscais e financeiros.

Não cabe aqui tentar explicitar aquilo que seria uma leitura da Lei Agrícola incorporando toda uma nova concepção de política agrária e reforma agrária. Isto não é simples ou consensual. Mas algo pode ser resgatado, a partir da leitura da realidade concreta, à luz das experiências dos assentamentos agrários dos últimos quatro anos.

Proposta de projeto de lei agrícola da Central Única dos Trabalhadores

Entrevistas de Walter Bianchini (Deser) e Adelmo Escher (CUT) Edição de Aurélio Vianna (CEDI)

O III Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores (III Concut) tomou como uma de suas resoluções o fortalecimento do Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais (DNTR), visando a emergência da CUT como grande referência da luta dos trabalhadores do campo.

Neste sentido, uma das medidas tomadas pelo DNTR, então em fase de implantação, foi a convocação de uma reunião com várias entidades - organizações não-governamentais - visando articular o apoio às principais lutas dos trabalhadores rurais e à estruturação da CUT no campo.

A reunião ocorreu em outubro de 1988, quando o DNTR discutiu sua organização e também o papel do Departamento de Estudos Econômicos e Políticos (Desep), órgão de estudos e análises vinculado à direção executiva da CUT. Além disto, foram assinaladas as principais demandas de assessoria e estudos do movimento sindical de trabalhadores rurais. Colocadas as demandas, buscou-se verificar como as entidades poderiam auxiliar o DNTR-CUT. Pela primeira vez as entidades que atuavam no mesmo campo político - assessoria a movimentos sociais e sindicatos de trabalhadores rurais vinculados à CUT - articulavam-se, capitaneadas pelo DNTR, visando a uma ação conjugada.

Assim, foram organizados grupos de entidades por temas de estudo e assessoria, respeitando-se as especificidades de cada experiência.

Dentre os grupos de entidades surgiu um em torno da problemática da pequena produção. O grupo, com as entidades e o DNTR, depois de analisar as principais demandas, destacou o tema da nova Constituição e os direitos dos trabalhadores. Assim, iniciou-se um debate sobre a regulamentação da política agrícola a ser encaminhada pelo Congresso Nacional. A CUT, que sempre participou do debate em torno de uma política agrícola voltada aos interesses dos pequenos produtores, não poderia deixar de apresentar uma proposta.

A partir daí o DNTR solicitou ao Deser (Departamento Sindical de Estudos Rurais), sediado em Curitiba, a elaboração de um documento preliminar que colocasse uma proposta de Lei Agrícola resultante da experiência da CUT, isto é, diferente das demais que estavam em debate no Congresso Nacional (todas patronais até então), que privilegiasse os interesses dos pequenos agricultores e tivesse como objetivo fundamental o abastecimento da população.

O primeiro esboço do documento foi discutido em reunião do DNTR da CUT, onde recebeu as primeiras emendas. A partir daí o DNTR elaborou um boletim, de 35 mil exemplares, que foi enviado para as CUTs estaduais e daí para os sindicatos dos trabalhadores rurais, para discutir a proposta com os trabalhadores rurais na base.

A discussão, a participação das bases na melhoria da proposta, foi feita de forma bastante desigual. Houve uma maior participação em algumas regiões, estados e sindicatos; em outras, pouco ou nada se debateu sobre o assunto. Nos meses de fevereiro e março de 1989, várias contribuições e sugestões de emendas foram encaminhadas ao DNTR e ao Deser, com vistas a melhorar a proposta inicial. O DNTR promoveu diversas reuniões com sindicalistas, representantes de movimentos sociais e entidades de assessoria (Deser, FASE, Ibase, Cedi, Proter, Deserp, Camp, GEA, MST e CPT). As reuniões tinham como objetivo analisar as propostas e emendas recebidas e tirar delas contribuições importantes.

Dentre as propostas de emendas foram agrupadas algumas que tratavam do mesmo tema e estavam presentes em quase todas as contribuições, tais como: a caracterização dos pequenos e médios produtores, as especificidades regionais dos pequenos produtores, os trabalhadores assalariados, as políticas creditícias diferenciadas para pequenos e médios produtores e a composição do Conselho Nacional de Política Agrícola. Em comparação com as propostas iniciais, avançou-se também em relação à participação do Estado e à questão do crédito fundiário. Outro ponto de destaque foi a questão do comércio exterior.

PEQUENOS, MÉDIOS E GRANDES

A discussão de caracterização dos pequenos, médios e grandes produtores foi uma das mais acaloradas nas reuniões e esteve presente em todas as contribuições encaminhadas ao DNTR. A questão era definir quem éramos nós (os pequenos produtores) e ainda os médios produtores (objeto de aliança) e grandes produtores. Cabe observar que o debate acentuava as especificidades regionais dos pequenos produtores, já que somente pela área das propriedades era impossível definir essas três "classes" de produtores.

Além disto, o debate tornava-se mais importante por ser efetivamente a primeira vez que os pequenos produtores apresentavam sua proposta de política agrícola para a sociedade. A discussão da delimitação dos pequenos produtores era assim a discussão de quem somos nós que estamos na CUT propondo

políticas públicas e a estruturação de políticas de apoio diferenciadas.

Assim, na caracterização dos pequenos agricultores foi definido como critério básico o **módulo fiscal** que varia de uma região para outra do país, em função das condições de produção, características dos solos e das principais culturas exploradas, etc. Esse tamanho do módulo fiscal varia de 5 a 110 ha dentro do território nacional. No Norte a média é de 75 ha, no Nordeste 45 ha, no Sudeste 25 ha, no Centro-Oeste 20 ha e no Sul 25 ha.

TRABALHADORES RURAIS ASSALARIADOS

Os trabalhadores rurais assalariados não entraram especificamente na proposta de lei agrícola da CUT. O entendimento foi que a questão salarial deve ser objeto de uma lei salarial, de uma política salarial específica que deve contemplar tanto a questão dos assalariados do campo quanto a questão dos assalariados urbanos, isto é, dos operários e trabalhadores das cidades.

A única coisa de benefício direto estabelecido na proposta foi a obrigatoriedade de no prazo de uma ano o governo definir uma política de crédito com encargos de correção monetária e juros, no mínimo em condições iguais do que as do crédito rural e com um prazo de pagamento largo, para que os trabalhadores do campo possam construir ou adquirir casa própria.

POLÍTICAS DIFERENCIADAS

A definição clara de pequenos, médios e grandes produtores possibilitou uma interessante discussão sobre as políticas creditícias e de subsídios diferenciadas. Desta forma, a proposta de lei agrícola da CUT não ficou apenas no discurso, na prioridade do crédito rural para os pequenos agricultores.

A decisão de se direcionar subsídios para os pequenos agricultores, além de taxas diferenciadas de encargos, foi tomada depois de amplo debate em



que sindicalistas e assessores discutiram a atual política de subsídios aos grandes agricultores e a experiência internacional de pequena produção subsidiada que ocorre nos Estados Unidos da América, Japão e vários países da Europa.

A política proposta estabelece que o crédito rural oficial subsidiado só pode ser destinado para pequenos e médios agricultores. Mais que isso, coloca que pelo menos 50% do total de recursos do crédito rural (do volume total de recursos) devem ser destinados aos pequenos agricultores, que terão acesso garantido a todo volume de crédito que precisarem.

Além disso, criam-se taxas diferenciadas para as diversas categorias de produtores. Os pequenos agricultores (até três módulos fiscais) pagarão encargos correspondentes a 50% da variação da correção monetária e mais taxa de juros de 3% ao ano. Os médios agricultores (de três a cinco módulos) pagarão encargos correspondentes a 70% da variação da correção monetária e taxas de 6% de juros ao ano. E os grandes produtores não terão crédito rural oficial subsidiado - deverão buscar dinheiro no mercado ou então utilizar recursos próprios.

O nível do subsídio foi considerado passível de negociação, passível de discussão, inclusive porque com a inflação alta, uma taxa de subsídio de 50% da correção monetária implica realmente em volume significativo de recursos. Inclusive, houve inúmeros questionamentos sobre a possibilidade financeira do Estado bancar um

nível de subsídio tão alto quanto o proposto pela CUT. De qualquer forma, a posição política tomada é de que deve haver subsídio, e subsídio significativo, em níveis diferenciados para as diversas categorias de produtores.

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA AGRÍCOLA

A composição do Conselho Nacional de Política Agrícola também foi o objeto de grande debate, tanto no que tange à sua composição, quanto às suas finalidades. O consenso estabelecido foi o de que as maiorias - pequenos agricultores e trabalhadores - devem ter a maioria no Conselho.

A democracia pressupõe que as maiorias na sociedade tenham maioria de voto nas decisões. Essa foi a preocupação fundamental que norteou a composição proposta para o Conselho Nacional de Política Agrícola. Também foi colocado na proposta que esse Conselho deve ter um caráter consultivo, de forma a evitar o que a direita pretende, isto é: estabelecer um Conselho com caráter deliberativo que preserve o atual status quo, preserve a atual correlação de forças, enxergando o risco de que com a eleição presidencial pudesse haver alguma alteração que implicasse em mudança da correlação de forças.

Por isso, a proposta da CUT estabelece um Conselho com caráter consultivo, preservando como fórum máximo das decisões o Congresso Nacional. Isto também porque a política agrícola é considerada como parte da política econômica. Assim, não pode estar dissociada do conjunto da política econômica, não podendo atender interesses corporativos de agricultores. Ela tem que estar inserida, estar casada, com a política econômica global, que deve atender ao conjunto da população brasileira.

PARTICIPAÇÃO DO ESTADO

No incentivo ao associativismo, houve uma evolução muito grande na proposta da CUT desde o esboço inicial até o documento final. No começo, se colocava que o Estado deveria ter uma ação direta, decisiva, na organização cooperativa, associativa, dos pequenos agricultores; uma ação no sentido de criar de fato, até apadrinhar essas organizações. No decorrer das discussões se chegou à conclusão que uma ação desse tipo iria acabar com a autonomia dos pequenos agricultores, das suas associações, das cooperativas. De forma que no final ficou um pouco diferente. Ficou garantida a possibilidade dos pequenos agricultores se organizarem, e garantida a autonomia dessas organizações.

Em termos de medidas políticas de apoio direto, não existem muitas; o que existe é que, dentro de cada categoria, os pequenos e os médios agricultores organizados em associações e cooperativas terão preferência sobre os demais na destinação dos recursos de política agrícola, desde que os estatutos de tais organizações garantam a sua autonomia e a gestão democrática.

Ficou também muito clara a liberdade de organização e manifestação dos pequenos agricultores e a garantia de representação na gestão democrática da política agrícola. Ou seja, ficou garantida, na proposta, a participação efetiva dos pequenos agricultores organizados no processo decisório. Outra coisa que ficou colocada foram as manifestações organizadas, as reivindicações feitas pelos pequenos agricultores organizados: devem receber prioridade do governo. O atendimento dessas reivindicações deve realizar-se fugindo dos esquemas assistencialistas, característica dos governos autoritários.

Ficou colocado também que o Estado, ao invés de organismos tuteladores, deve circunscrever sua ação à abertura de espaço para a movimentação e organização autônoma desses segmentos do meio rural, utilizando para isso alguns instrumentos, alguns mecanismos próprios de política econômica e social e de política agrícola em particular. E também ficou claramente colocado que as manifestações político-reivindicatórias dos trabalhadores rurais e dos pequenos agricultores não devem ser vistas e tratadas como casos de polícia, mas como parte da dinâmica social.

CRÉDITO FUNDIÁRIO

Sobre o crédito fundiário também houve uma evolução muito grande entre a proposta inicial e a proposta final. No início foi colocado o crédito fundiário, até porque a Constituição estabelece que a política agrícola deve tratar do crédito fundiário. Mas nas diversas discussões, se chegou à conclusão de que não deveria se colocar explicitamente o crédito fundiário dentro da Lei Agrícola, para não prejudicar a luta e a necessidade que se têm da reforma agrária. Pois, na intenção de colocar o crédito fundiário na Lei Agrícola, parece implícito o objetivo de substituir, através do crédito fundiário, a reforma agrária. O que ficou posto, isso sim, foi o crédito subsidiado prioritário para os agricultores assentados no quadro da reforma agrária.

COMÉRCIO EXTERIOR

Sobre o comércio exterior, a preocupação básica que norteou a elaboração da proposta da CUT foi a de preservar os interesses nacionais, os interesses do conjunto da população brasileira. Nesse sentido, se estabeleceu um controle do governo sobre o comércio exterior, sem nenhuma fobia à exportação, como alguns poderiam supor.

O que está colocado é que poderão ser concedidos estímulos, incentivos e outras vantagens à exportação, desde que idênticos benefícios sejam concedidos aos mesmos produtos quando comercializados internamente. Pois no entender da CUT não se pode continuar produzindo alimentos baratos para os consumidores e criadores europeus quando aqui dentro os mesmos produtos são vendidos a preços muito mais altos.

Sobre a importação, o que está colocado é que a importação de produtos, insumos, máquinas, equipamentos, etc. só poderá ser feita quando a produção em termos de quantidade e qualidade não for suficiente para garantir o abastecimento interno, de forma a se evitar a importação desnecessária de produtos e máquinas, além

da necessidade de se criar condições de desenvolvimento para a própria indústria nacional desses produtos e equipamentos.

ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA

Com base nos resultados dessas discussões, dessas reuniões, o Deser, durante o mês de abril, elaborou a proposta final do projeto de Lei Agrícola. Esse documento foi novamente discutido em São Paulo, em reunião do DNTR com algumas entidades, e aprovado com pequenas modificações.

Concluída a Proposta de Lei Agrícola, a CUT passou à divulgação, através de novo Boletim do DNTR e ainda à apresentação no Congresso Nacional. O DNTR-CUT apresentou a proposta para um projeto de Lei Agrícola aos diversos partidos políticos, sendo assumida pelo deputado Antônio Marangon (PT-RS), que a apresentou como projeto na Câmara dos Deputados.

No esforço de não se fechar no seu próprio projeto, mas de garantir um avanço na política agrícola para os trabalhadores rurais, a CUT passou a se articular com o "Fórum Nacional de Secretarias de Agricultura", que apresentava um anteprojeto que contemplava reivindicações dos pequenos produtores, e também com a Contag.

Pois, na visão da CUT, para além das diferenças com a Contag, era importante visar a unidade de ação. Isso não significaria a fusão dos projetos num só, mas a definição dos pontos divergentes e dos pontos em comum em cima dos quais se poderia buscar e articular o apoio de parlamentares de vários partidos.

No encaminhamento da elaboração da proposta de Lei Agrícola, o DNTR da CUT conseguiu, por um lado, abrir a pequenos agricultores de todo o país a possibilidade de gestação de uma política voltada a seus interesses e, por outro, articular diversas entidades no debate e discussão de uma proposta que tivesse como objetivo de garantir os interesses da maioria da população brasileira.

DESER: A POLÍTICA AGRÍCOLA DOS PEQUENOS AGRICULTORES

O Departamento Sindical de Estudos Rurais (Deser) foi criado, é dirigido e mantido pelo próprio movimento sindical. Suas principais atividades são organizar estudos sobre política agrícola, analisar custos de produção, prestar assessoria a sindicatos e associações, bem como estudos sócio-econômicos e informes sobre as principais medidas de política agrícola e econômica do interesse dos pequenos produtores.

O Deser é fruto da própria mobilização dos trabalhadores rurais do Sul do Brasil, que nas suas lutas descobriram a necessidade de constituir uma assessoria técnica ao movimento.

Em fevereiro de 1988. quando os sindicalistas rurais do Sul do país preparavam as mobilizações de abril daquele ano contra a política agrícola do governo, decidiram criar o Deser, ao avaliarem a sua trajetória de lutas e as novas demandas, principalmente em torno da política agrícola. Em junho a entidade foi fundada oficialmente em Curitiba, no Paraná, por sindicalistas de cinco Estados: Mato Grosso do Sul, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

A equipe técnica inicial era formada por um engenheiro agrônomo, um auxiliar técnico e uma secretária. Em abril de 1989, foi reforçada com a contratação de mais um engenheiro agrônomo, em tempo parcial. A coordenação técnica está a cargo de um economista que não faz parte do quadro de funcionários.

Um aspecto importante do Deser é que, pelos seus estatutos, a equipe técnica é quem encaminha decisões tomadas pela diretoria, e a diretoria tem de ser composta obrigatoriamente por dois terços de sindicalistas.

O Deser publica um boletim mensal com informações sobre crédito rural, safras e mercados, preços pagos e recebidos pelos agricultores, agroindústrias, cooperativas, etc. Além disso, produz documentos que têm despertado grande interesse, como o "Avanço do Capitalismo no Campo", que subsidia cursos e seminários.

Um estudo sobre custo de produção da lavoura de fumo e das condições de mercado desse produto, para ajudar sindicatos nas negociações com a indústria fumageira, também é um dos exemplos de trabalhos da entidade, que deu contribuição decisiva na elaboração do projeto de Política Agrícola da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Para elaborar o projeto da CUT, inclusive, o Deser por dois meses um contratou veterinário médico com grande experiência em políticas públicas, a fim de contribuir para as discussões.

Para ter acesso aos serviços prestados pelo Deser e participar da direção do órgão, as entidades sindicais e afins devem associar-se pagando taxa de ingresso e anuidade. Podem associar-se ao Deser sindicatos, associações de pequenos produtores rurais e entidades afins. O endereço do Deser é rua Alfredo Bufren, 51, sala 301, Curitiba (PR), CEP 80020 e telefone (041) 224-4111.

O Deser tem atualmente 35 sindicatos e 14 entidades afins filiados, entre eles a Assessoar, Cetap, SAI, CPT, PTA-FASE, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra e regionais da CUT.

Quadro de associados do Deser em agosto/89

Estado da Federação	PR	RS	SC	SP	MS	Nacional	Total
Sindicatos de trabalhadores rurais	14	13	5	2	1	-	35
Entidades afins	6	2	2	1	-	3	14

FASE - NACIONAL Rua Bento Lisboa, 58 22221 - RIO DE JANEIRO - RJ Tel.: (021) 285-2998

REGIONAL NORTE

FASE - ABAETETUBA Trav. Pedro Pinheiro Paes, 330 68440 - ABAETETUBA - PA Tel.: (091) 751-1181

FASE - BELÉM Rua Bernal do Couto, 1329 66030 - BELÉM - PA Tel.: (091) 222-0318

FASE - CAPANEMA Av. Pres. Médici, 1992 68700 - CAPANEMA - PA Tel.: (091) 821-1716

FASE - IMPERATRIZ Rua Aquiles Lisboa, 167 65900 - IMPERATRIZ - MA Tel.: (098) 721-4474

FASE - SÃO LUÍS Rua Oswaldo Cruz, 1314 65020 - SÃO LUÍS - MA Tel.: (098) 222-1175

FASE - MANAUS Av. Getúlio Vargas, 1295 69013 - MANAUS - AM Tel.: (092) 234-6761

FASE - VALE DO GUAPORÉ Trav. Cel. Ricardo Franco, s/nº 78770 - VILA BELA SSMA. TRINDADE - MA Tel.: (065) 259-1210

REGIONAL NORDESTE

FASE - RECIFE Rua Barão de S. Borja, 495 50070 - RECIFE - PE Tel.: (081) 221-5478

FASE - FORTALEZA Rua Prof. João Bosco, 73 60430 - FORTALEZA - CE Tel.: (085) 223-4056

FASE - ITABUNA Rua Rio Branco, 93/1º andar 45600 - ITABUNA - BA Tel.: (073) 211-4498

FASE - MACEIÓ Rua Gonçalves Dias, 62 57055 - MACEIÓ - AL Tel.: (082) 221-0667

FASE - ICÓ Rua Dr. Inácio Dias, 2148 63430 - ICÓ - CE Tel.: (085) 731-1064

SUDESTE/SUL

FASE - RIO Av. Pres. Wilson, 113/Conj. 1302 20030 - RIO DE JANEIRO - RJ Tel.: (021) 220-7198 e 262-2565

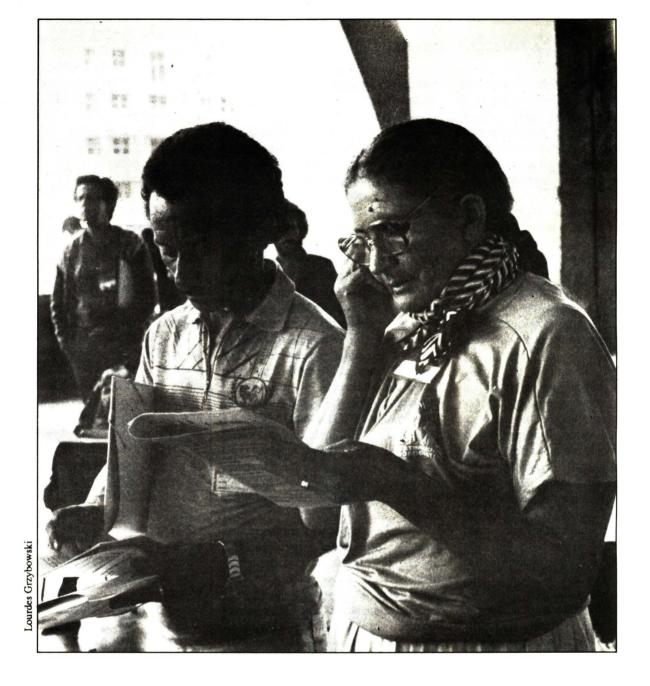
FASE - VITÓRIA Rua Antônio Aguirre, 117 - Centro 29015 - VITÓRIA - ES Tel.: (027) 223-7436

FASE - SÃO PAULO Rua Loefgren, 1651/C. 6 04040 - SÃO PAULO - SP Tel.: (011) 549-3888 e 549-1307

FASE - JABOTICABAL Rua Mimi Alemagna, 37 - Centro 14870 - JABOTICABAL - SP Tel.: (0163) 22-5219

FASE - PORTO ALEGRE Rua Gaspar Martins, 470 90220 - PORTO ALEGRE - RS Tel.: (051) 225-0787

PROJETO TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS Rua Bento Lisboa, 58 22221 - RIO DE JANEIRO - RJ



O sindicalismo é espaço fundamental de socialização dos camponeses.

A leitura, passo fundamental no processo de alfabetização política do campesinato.



Comissões de Fábrica e Trabalhadores na Indústria

Iram Jácome Rodrigues

São Paulo, co-edição FASE/Cortez Editora, 1990, 156 pp., preço Cr\$ 690,00.

 No final da década de 70, as greves no ABC paulista trouxeram a classe trabalhadora de volta ao centro da política no Brasil. Foram dirigidas por um novo organismo, as comissões de fábrica. Desvinculadas do Ministério do Trabalho e independentes dos sindicatos, as comissões são um poderoso instrumento para quebrar o modelo corporativo no sindicalismo brasileiro

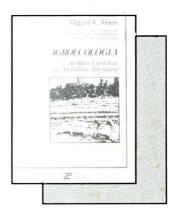
TRANSFORMAÇÕES NO LESTE EUROPEU



Esta é uma publicação da Coleção Comunicações do ISER, que relata, reflete e levanta questões sobre os últimos acontecimentos no Leste Europeu, a partir da visita de um grupo de brasileiros à Polônia no final de 1989.

Preco Cr\$ 230,00 Pedidos ao ISER Ladeira da Glória, 98 Rio de Janeiro RJ 22211 Assinatura: 6 exemplares 30BTN





AGROECOLOGIA: as Bases Científicas da Agricultura Alternativa

Miguel A. Altieri (Trad. Patricia Vaz)

Rio de Janeiro, PTA/FASE, 1989, 240 pp., preço Cr\$ 820,00.

• O livro oferece uma síntese simples da pesquisa sobre agrossistemas e tecnologias novas, fazendo uma análise das propriedades rurais que trabalham de forma ecológica, dando as bases científicas da agricultura alternativa.



O CRIA - Centro Radiofônico de Informação Alternativa do IBASE apresenta...

NOTÍCIAS DO BRASIL

Uma revista radiofônica semanal de 30 minutos que leva aos seus assinantes notícias nacionais analisadas sob a ótica do movimento popular.

Peça mais informações — solicite um programa piloto — Cr\$ 220,00

CRIA/IBASE — R. Vicente de Souza, 29 - Botafogo - 22251 - Rio de Janeiro - RJ - Tel:(021)286-0348.